

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

TESE

**As Críticas de José de Souza Martins aos mediadores de
esquerda dos movimentos sociais agrários**

Guilherme Marinho Moita

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**AS CRÍTICAS DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS AOS MEDIADORES DE
ESQUERDA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS**

GUILHERME MARINHO MOITA

Sob a orientação do Professor
Raimundo Santos

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutor em
Ciências Sociais**, no Curso de pós-
graduação em desenvolvimento,
agricultura e sociedade

Rio de Janeiro, RJ
Março de 2010

320.5
M715c
T

Moita, Guilherme Marinho

As críticas de José de Souza Martins aos mediadores de esquerda dos movimentos sociais agrários./ Guilherme Marinho Moita, 2010.

118 f.

Orientador: Raimundo Santos.

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 106-110.

1. Camponeses - Teses. 2. Intelectuais – Teses. 3. Sociologia – Teses. 4. Marxismo – Teses. I. Santos, Raimundo. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

DEDICATÓRIAS

Dedico essa tese aos meus pais Diniz e Emília, que, com poucos recursos financeiros e fartos recursos afetivos, possibilitaram que seus filhos pudessem transpor fronteiras a eles bloqueadas.

Presto ainda homenagem aos meus filhos Pedro e Bento. Deposito toda a fé que eles farão um Brasil melhor.

Por fim, dedico os meus melhores sentimentos à minha esposa e companheira de todas as horas, que comigo está para o que der e vier, a semente de toda a minha inspiração: Carolina.

“In memoriam” de minha querida avó, Patrocínia de Oliveira, que partiu em 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à cuidadosa e paciente orientação do professor Raimundo Santos nestes dez anos de convivência desde o meu Mestrado e, sobretudo, nas idas e vindas que a vida me reservou neste período do Doutorado.

Sou grato ainda à Carolina, companheira de todas as horas, e que além de tudo me auxiliou nas questões de ordem prática da apresentação da tese.

RESUMO

MOITA, Guilherme Marinho. **As Críticas de José de Souza Martins aos mediadores de esquerda dos movimentos sociais agrários: Rio de Janeiro, RJ.** 118f. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

A tese versa sobre as críticas do sociólogo José de Souza Martins aos mediadores políticos de esquerda com atuação no espaço agrário brasileiro entre os últimos anos 1970 até o início dos anos 2000. O seu argumento está centrado na interpretação que o autor realiza – em seus textos publicados aos longos dos anos – sobre o mundo rural brasileiro e suas mobilizações sociais. A tese tem como eixo a relação entre marxismo e sociologia na obra do professor da USP, e se orienta pela problemática da relação teoria-prática tal como se apresenta nos clássicos do marxismo.

Palavras-chave: Camponeses. Intelectuais. Sociologia. Marxismo.

ABSTRACT

MOITA, Guilherme Marinho. **The reviews of José de Souza Martins intermediaries leftist social movements agrarian: Rio de Janeiro, RJ.** 118f. 2010. Thesis (Doctorate in Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

The thesis deals with the critical sociologist José de Souza Martins intermediaries with left-wing political activities in the Brazilian agrarian space between the years 1970 to early 2000. His argument focuses on the author's interpretation of the Brazilian rural world and the agrarian mobilizations exposed in his writings published over the years. The thesis is the cornerstone of the relationship between Marxism and the work of sociology professor at USP and is guided by the problem of the theory-practice as presented in the classics of Marxism.

Key words: Peasants. Intellectuals. Sociology. Marxism.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
---------------------	---

INTRODUÇÃO	3
-------------------	---

PARTE I

O INTELLECTUAL E O PUBLICISTA

Capítulo 1: O intelectual, suas influências e papel como publicista agrário	07
1.1. José de Souza Martins e a Escola de Sociologia da USP	09
1.2. A atualização do marxismo de José de Souza Martins	14
Capítulo 2: A relação teoria-prática nos clássicos marxistas e a questão dos intelectuais em Gramsci	18

PARTE II

O SENTIDO DOS TEXTOS AGRÁRIOS DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Capítulo 3: As origens dos movimentos camponeses e o significado da luta pela terra	35
3.1. Renda da terra e luta pela terra: <i>O Cativo da Terra</i>	37
3.2. A proposição da categoria de expropriação	40
3.3. Os posseiros como emblema das mobilizações camponesas dos anos 1980	57
3.4. O conceito de classes subalternas em <i>Caminhada no Chão da Noite</i>	59
Capítulo 4: A defesa da mediação católico-camponesa	67

PARTE III

DA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO À PERSPECTIVA DA HISTÓRIA LENTA

Capítulo 5: A crítica ao marxismo vulgar: o camponês nos “projetos dos outros”	77
Capítulo 6: As críticas à CPT e ao MST	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

APRESENTAÇÃO

Nossa intenção é apresentar as críticas do sociólogo José de Souza Martins aos mediadores políticos de esquerda com atuação no espaço agrário brasileiro desde os últimos anos 1970 até o início dos anos 2000.

Destacaremos alguns textos da extensa obra de José de Souza Martins com o objetivo de sublinhar os impasses surgidos nos debates acadêmicos e políticos sobre a atuação dos movimentos sociais no campo brasileiro. Para tal, nos valeremos de uma bibliografia preocupada com as relações dos movimentos sociais com os intelectuais que os interpelam. Assim, teremos que recorrer às conexões entre a teoria e a prática no contexto da mediação de tipo intelectual em mobilizações sociais, mais especificamente a mediação agrária exercida pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) nos anos 1950 até 1964 e as mais contemporâneas desempenhadas pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Gostaríamos de enfatizar que não pesquisaremos as relações diretas de Martins com os movimentos sociais nem a influência direta de suas reflexões sobre as ações dos mesmos. Nossa atenção estará voltada para a construção teórica que levou o autor a realizar as suas críticas às esquerdas, em especial a esquerda agrária. Para tal, teremos de recorrer ao período de sua formação e realizar um mapeamento de suas influências teóricas.

No período compreendido entre a segunda metade dos anos 1970 até a década seguinte, Martins era uma voz quase isolada na academia a defender a luta dos posseiros afetados pela modernização conservadora da agricultura brasileira. Ele criticou os partidos políticos de esquerda – em especial o PCB (Partido Comunista Brasileiro) – por não terem tido a capacidade de traduzir as demandas camponesas num projeto nacional-popular, sendo, segundo Santos, depois de Caio Prado Júnior (que interpelou o seu próprio partido por ter viés camponês), o autor que critica os comunistas de modo mais amplo, neste caso por eles não valorizarem os camponeses (Cf. SANTOS, 1998).

Mas aí temos só uma parte da crítica do autor à mediação de tipo intelectual. Nos anos 1990, o autor vai voltar suas críticas à mediação exercida pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), mediação essa que ajudou a fundamentar nos anos 1980. Nessa última crítica está contido o interesse maior da presente tese.

Nossas aspirações de pesquisa partem de algumas informações levantadas quando iniciamos a leitura dos textos do sociólogo da USP (Universidade de São Paulo) ainda nas aulas de Geografia Agrária na graduação¹, mas, sobretudo, no mestrado que tratou das ações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nas grandes cidades². Nesses primeiros contatos, percebemos alguns pontos que foram sublinhados para uma posterior análise.

Na introdução da presente tese, apresentaremos de maneira sucinta alguns autores das ciências sociais que desenvolvem pesquisas sobre o tema da mediação de mobilizações populares com o objetivo de transformar a sociedade e diminuir as desigualdades econômicas e sociais.

¹ Nas citadas aulas, ministradas pelo professor Jacob Binsztok (Geografia/UFF) tive o primeiro contato com os textos de José de Souza Martins, através do livro “O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta”. Essa leitura permitiu uma abertura analítica para a compreensão de uma interpretação alternativa do desenvolvimento capitalista brasileiro (em relação aos modelos clássicos de modernização burguesa).

² Em nossa dissertação de Mestrado – *As Ações do MST nas Grandes Cidades e a Nacionalização da Luta pela Terra* – constatamos a grande importância de José de Souza Martins para as mobilizações agrárias que culminaram na formação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e do MST.

Na primeira parte da presente tese – *O Intelectual e o Publicista* –, contextualizaremos o período de formação do autor dando ênfase as influências intelectuais que recebeu e o seu papel como publicista . Em seu capítulo 1 – “O intelectual, suas influências e papel como publicista agrário” – abordaremos o “caminho” do autor até a academia e os seus primeiros passos como publicista agrário. No capítulo 2 – “A relação teoria-prática nos clássicos marxistas e a questão dos intelectuais em Gramsci” – apresentaremos o marco teórico que orienta a presente tese, privilegiando a tradição marxista desde Marx e Engels até Gramsci, passando por Lênin. Nesta parte, daremos destaque à importância fundamental do tema da relação teoria e prática para esses clássicos.

Na segunda parte – *Os Textos Agrários de José de Souza Martins* –, abordaremos os textos que realçam a associação entre a questão agrária e a ação política no espaço rural brasileiro. Traremos os principais pontos da dissertação martiniana sobre o mundo rural brasileiro e sua visão sobre os camponeses procurando mostrar os fundamentos em que Martins baseia a mediação católico-camponesa que propõe naqueles anos 1980.

Na terceira seção – *Da Crítica ao Desenvolvimentismo à Perspectiva da História Lenta* – expomos a crítica que José de Souza Martins dirige aos grupos influentes nos processos de mediação no espaço agrário brasileiro dos tempos mais contemporâneos.

INTRODUÇÃO

Como observa Valter Lúcio de Oliveira, “mediador social é um conceito analítico utilizado para compreender o papel que desempenha aquele agente que se relaciona com diferentes espaços sociais, transcodificando e codificando informações e interligando estes espaços, influenciando, dessa forma, nas várias dimensões pertinentes aos grupos sociais que estão a ele ligados” (OLIVEIRA, 2004, p.30).

Ainda para OLIVEIRA (2004, p.37), o mediador “alude de imediato àquela figura que assume o papel de estabelecer a ponte entre partes diferentes e, por vezes, divergentes, com vistas a um determinado resultado.” Ele seria uma figura fundamental para o desenvolvimento das lutas sociais por estabelecer a conexão entre a base – formada pelos trabalhadores diretamente envolvidos nas lutas sociais do mundo rural – e as esferas institucionais. Em nossa tese recebem essa denominação alguns agentes que interligavam os trabalhadores rurais com a esfera política nacional. Estamos nos referindo ao PCB e as Ligas Camponesas (no pré-64) aos associados à Igreja Católica, à CPT e ao MST (no pós-64).

Regina Novaes traz outras dimensões para o conceito, ao dizer que: “fazer mediação é traduzir, e/ou introduzir, falas, linguagens...” (NOVAES, 1994, p.178). A autora constata que até os anos 1970, a categoria de mediação era restrita ao vocabulário dos estudos antropológicos. Só a partir de então ela passa a ser considerada como recurso de análise ou como parte da linguagem dos movimentos, sobretudo “depois que se delineou um modelo de desenvolvimento do capitalismo concentrador de terra e de poder. A formulação da exclusão dos trabalhadores rurais, de sua não cidadania ou de uma cidadania de segunda classe, traz consigo a quase necessidade do uso da categoria de mediação” (Idem, p.179).

NOVAES (1994) se refere ainda a três tipos principais de mediadores: mediadores externos, mediadores de “cima” e mediadores de “dentro”. O grupo dos mediadores externos seria formado por integrantes da Igreja Católica, de universidades, do Estado e das ONGs. Os mediadores de “cima” seriam os funcionários públicos comprometidos com as lutas dos trabalhadores rurais. Já os mediadores de “dentro” seriam as lideranças legitimadas por entidades para serem os representantes de seus interesses.

A respeito daquela distinção, a mesma autora chama atenção para o fato de as fronteiras entre as diferentes formas de mediação não estarem facilmente demarcadas. Assim, um agente de mediação pode estar situado em mais de uma categoria de acordo com as funções que exerce em diferentes momentos de sua trajetória.

Por sua vez, Delma Pessanha Neves enriquece esse entendimento, ao defender que:

“Os mediadores são, em grande parte, militantes políticos fundamentais no exercício de constituição, de consagração e de divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de instituições ou movimentos associativos” (NEVES, 1998, p.10).

Essa autora recorre à origem da palavra mediação: “Pela etimologia latina, mediação deriva de *mediato*, de *mediare*, que significa se interpor ou dividir; de *médios* ou meio”. Para ela, devemos nos contrapor à visão simplificadora, segundo a qual “a mediação é pensada pela referência a um terceiro ou intermediário, que põe em comunicação um duplo polarizado, incomunicável ou sem correspondência” (Idem, p. 22).

Neves lembra ainda que é preciso delimitar bem a abrangência da mediação que se pretende estudar para evitar generalizações. Desta forma,

“a proposta analítica que valoriza o plano das mediações sociais contrapõe-se àquela que

geralmente representa a construção da ordem social como unidade perfeita, fundada sobre uma visão teológica-natural, seja como um processo que avança para uma solução final das contradições do presente, seja como sociedade transparente (e sem conflito)” (Idem, p. 29).

A autora se contrapõe ao que chama de “essencialismos e positivismos, aos substantivismos absolutizantes, bem como à dicotomização entre indivíduo e sociedade” (ibidem). Assim sendo, entende que:

“valorizar a mediação social como perspectiva de análise é tentar se desembaraçar do positivismo, da reificação ou da cristalização. Considerá-la é reconhecer a coexistência de diferenciados universos, só alcançáveis se corresponderem a saberes obtidos pelo mediado, isto é, se este se apresenta como sujeito de produção de inerentes novos saberes” (Idem, p. 39).

Em Neves, tal percepção de mediação como uma “via de mão dupla” foi resultado da influência de alguns intelectuais, como Bourdieu. Diz ela: “É do entendimento da ação recíproca entre mediadores e mediados que se pode compreender o conjunto das forças sociais em jogo, isto é, colocar o ator na história, para se interrogar sobre a produção das situações históricas” (Idem, p. 34).

O tema das intervenções sociais com o objetivo de transformar a atual sociedade, e projetar na mesma a sociedade do futuro, está presente:

“Estou destacando concepções de mediação e modos de ação de agentes cuja pré-estruturação simbólica orienta as ações com vistas à conversão de posições sociais. Considero então o caso de mediadores que operam em contextos de intervenção social, em cujo horizonte desenham comportamentos sociais correspondentes a uma almejada sociedade (pré-proclamada)” (Idem, p. 35).

Citando ainda a autora:

“A prática dos mediadores é devedora do postulado de que toda mudança de posição social se objetiva por um trabalho educativo (mesmo que geralmente visto como apenas incidente sobre o mediado), razão pela qual eles se vêem como portadores da função (ou missão) pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo” (NEVES, p.36).

Trouxemos breves passagens anteriores sobre o conceito de mediação tal como ele circula no campo das ciências sociais, campo em que labora José de Souza Martins, e de onde vem à maioria das pesquisas brasileiras especializadas no estudo das mediações que objetivam divulgar novos valores almejando a transformação da sociedade.

Este último sentido da mediação a distingue da noção desenvolvimentista prevalecente na sociologia rural entre os anos 1960 e 1980. José de Souza Martins critica de maneira veemente essa noção tecnicista:

“A sociologia rural tem um pesado débito para com as populações rurais de todo o mundo. As gerações

vitimadas por uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais incluídos, emancipadores e libertadores. (...) Por muito tempo e para muitos, a sociologia rural foi mais uma sociologia da ocupação agrícola e da produtividade do que uma sociologia propriamente rural. Mais uma sociologia das perturbações do agrícola pelo rural do que uma sociologia de um modo de ser e de um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico (...) A sociologia rural, sabemos todos, foi engolida por um compromisso precipitado com a *soi disant* modernização econômica, no equivocado pressuposto de que essa modernização acarretaria automaticamente a modernização social e o bem estar das populações rurais ou ruralizadas” (MARTINS, 2000b, p.3).

Ocupar-nos-emos da mesma problemática da mediação com o objetivo de divulgar novos valores para a transformação da sociedade. Entretanto, gostaríamos de registrar que a presente tese, diversamente dos autores mencionados, vai se localizar na história das ideias e conferir atenção às implicações de natureza prática e teórica que o tipo de mediação intelectual suscita para o estudo das mobilizações dos grupos subalternos, no caso os movimentos camponeses brasileiros contemporâneos e mais contemporâneos.

Para apresentar as ideias de Martins enquanto publicista e crítico das esquerdas (em especial das esquerdas agrárias), ou como um autor que utiliza suas teorizações para influenciar na prática das mobilizações agrárias, teremos de analisar a importância de seu “discurso publicista” baseados no marxismo³.

Assim, teremos como orientação geral desta tese a sugestão de Raimundo Santos que entende a relação entre marxismo e sociologia como o melhor eixo para apreciarmos a crítica de José de Souza Martins às esquerdas agrárias (SANTOS, 1999).

Em tal contexto traremos no próximo capítulo as influências e os temas recebidos por José de Souza Martins em sua vivência com a Escola de Sociologia da USP, procurando ver como os mesmos foram fundamentais nas pesquisas e textos do autor, e seriam eles que dariam sentido as suas críticas aos três principais grupos de esquerda (PCB, CPT e MST) que realizaram a mediação das mobilizações agrárias no Brasil.

³ Consideramos este campo teórico como o mais indicado por ser o que mais realça a questão da relação teoria e prática (Cf. SANTOS, 2009)

PARTE I
O INTELLECTUAL E O PUBLICISTA

Capítulo 1: O intelectual, suas influências e seu papel como publicista agrário

Façamos inicialmente uma breve referência à trajetória de José de Souza Martins, com o objetivo de apresentar o seu “caminho” até a academia, onde recebe suas influências teóricas e os temas que foram fundamentais para sua obra e, no caso do nosso particular interesse, para a sua interpelação aos mediadores da esquerda agrária brasileira, tema principal desta tese, do qual nos ocuparemos nos capítulos 5 e 6.

O primeiro momento da trajetória de Martins que destacaremos é a conclusão, em 1960, do Curso de Formação de Professores, em Santo André. Embora tivesse como intenção ser professor primário na roça, sentiu-se atraído pela Sociologia. O contato, ainda em palestras durante o ensino médio, com os professores da primeira geração da Faculdade de Filosofia da USP causou um deslumbramento naquele jovem da periferia, operário desde os onze anos.

Martins passou para o curso noturno em Ciências Sociais da USP, na turma de 1961. No início de sua graduação trabalhava no setor de pesquisas da Nestlé durante o dia e estudava à noite, fato que impossibilitava o desejado envolvimento integral com a vida universitária. Ele menciona a influência em sua formação exercida pelas aulas de professores como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi e Maria Sylvania de Carvalho Franco⁴.

Por intermédio do professor Fernando Henrique Cardoso, Martins ganhou uma bolsa de estudos para auxiliar Luiz Pereira numa pesquisa sobre qualificação da mão-de-obra operária no Cesit (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho)⁵. Dessa pesquisa resultaria o livro *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* (PEREIRA, 1965). Citando MARTINS: “Nesse momento o Cesit passa para uma segunda etapa, havendo uma ampliação da pesquisa. Tratava-se do projeto Economia e Sociedade no Brasil, e cada uma das pesquisas individuais integrava-se nele” (MARTINS, 1998, p.10).

A pesquisa na qual Martins passou a trabalhar integrava o projeto *Economia e Sociedade no Brasil (Análise Sociológica do Subdesenvolvimento)*⁶. As pesquisas ligadas a

⁴Citando o próprio MARTINS: “Claramente, Florestan, Fernando Henrique, Ianni com certeza os três foram muito importantes. A Marialice Mencarini Foracchi também foi porque nós trabalhamos juntos na montagem daquela antologia. Ela estava preocupada com um ser humano completamente diferente. Com Maria Sylvania de Carvalho Franco tive menos contato.” (MARTINS, in BASTOS et. al., p.2006).

⁵ A propósito do contexto no qual o Cesit foi criado, Maria Arminda do Nascimento Arruda afirma que: “O sentimento de evidente ceticismo a percorrer as páginas de *A integração do negro na sociedade de classes* marcou o fim das reflexões sistemáticas do sociólogo sobre o tema, que já fora seduzido por novo projeto – *Economia no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*, seguido do *Plano de estudos A Empresa Industrial em São Paulo* – concebido por ele e Fernando Henrique Cardoso com a finalidade de nortear as pesquisas que seriam desenvolvidas no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho – Cesit, criado em 1962, por intermédio de financiamento público e privado”. Continuando, a autora menciona a importância desse Centro: “Durante os nove anos de existência do Cesit, trabalhos de relevo foram produzidos, a partir de levantamentos que visavam conhecer os rumos da modernização brasileira e a particularidade da ‘civilização industrial no Brasil’. Com a criação do Cesit, ocorreu a entrada definitiva dos sociólogos paulistas no debate sobre o desenvolvimento do país, embora de forma diversa à dos cientistas sociais vocalizadores dos projetos de desenvolvimento nacional, como ocorria no meio dos cientistas sociais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – o ISEB, sediado no Rio de Janeiro” (ARRUDA, 2009, p.318-319).

⁶ Martins atribui tanta importância àquele projeto liderado por Florestan Fernandes que chega a dizer: “Esse projeto era uma síntese dos projetos de pesquisa dos vários assistentes do professor Florestan, incluindo o projeto específico do próprio Fernando Henrique Cardoso. Com orientação diversa, mas enraizada em muitos aspectos do projeto *Economia e sociedade no Brasil*, o professor Florestan tornou-se deputado federal. É claro que a partidarização teve alcance maior e menos visível do que o desses casos espetaculares, levando numeroso grupo de alunos e professores aos partidos políticos, basicamente os de oposição à ditadura, fazendo de vários deles, com o tempo, membros influentes de governos locais e estaduais” (MARTINS, 1996, p.11).

esse projeto tinham como objetivo comum desvendar os bloqueios interpostos à modernização das diferentes esferas da sociedade brasileira, com a finalidade de indicar as limitações históricas da burguesia, do Estado e da classe trabalhadora, temas nos quais ficaram conhecidos nomes proeminentes, tais como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Luiz Pereira.

Essa oportunidade foi fundamental para Martins dedicar-se em tempo integral à vida acadêmica, embora financeiramente tenha passado a receber bem menos do que ganhava como técnico do setor de pesquisas da Nestlé (MARTINS, 1998). O professor Fernando Henrique Cardoso indicou Martins para o Cesit não apenas por seu grande interesse em dedicar-se em tempo integral às atividades da universidade, mas também por sua facilidade de mobilidade nas fábricas e bairros operários, fato esse que ajudou bastante nos trabalhos de campo da citada pesquisa. Tal facilidade, aliada ao seu grande interesse, fez com que toda a parte empírica da pesquisa fosse realizada por Martins. Citando o autor:

“Fernando Henrique estava valorizando muito o fato de que eu vinha de um subúrbio operário e de ter trabalhado em fábrica, tendo idéia de seu funcionamento. Eu recebia uma bolsa do INEP, e passei, então, a entrevistar os operários fora da fábrica e isto era uma coisa que eu tinha de fazer à noite. Eu passei a assistir aula durante o dia e a noite eu ia para a periferia (...). Tinha de sair sábado e domingo para fazer entrevistas. Todas as noites fazer entrevistas, em verdadeiros buracos de São Paulo. O volume de material recolhido foi enorme. Foi bom para mim porque cada entrevista que eu fazia e que durava duas, três horas, no dia seguinte sentava com Luiz Pereira na hora do almoço e a discutia com ele. Trabalhei com ele dois anos. Terminei o curso em 64. Aí veio o golpe de estado e eu fui procurado pela polícia dentro da Faculdade. O clima era muito ruim. Quer dizer, isto aconteceu depois, mas, quando estava chegando no fim de sua estadia na USP Florestan já tinha a intuição de que as coisas iam se complicar. (...) Conseguiu algumas vagas para colocar uma terceira geração no Cesit, e eu fui indicado para uma delas” (Idem, p. 56).

Ao final dessa pesquisa, Martins foi selecionado para fazer especialização, que hoje equivale ao mestrado, escolhendo Octavio Ianni como seu orientador. Por ter apresentado um projeto sobre a modernização do campo, teve de se transferir do Cesit, pois, após Fernando Henrique Cardoso ter deixado o país perseguido pela polícia política, Luiz Pereira assumiu sua direção, seguido por Leôncio Martins. Este último teria se incomodado com o tema de Martins, pois o mesmo não tinha relação direta com a especialização daquele centro. Florestan Fernandes solucionou esse impasse transferindo-o para a cadeira de Sociologia I. Entretanto, ele continuava contra a maré, pois essa cátedra não tratava das questões rurais, que eram estudadas na cadeira de Sociologia II.

Em 1992, José de Souza Martins fez sua livre-docência no Departamento de Sociologia da USP, tornando-se seu professor associado. Também nesse ano foi distinguido como professor titular da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge. Ele foi o terceiro sociólogo e o terceiro brasileiro a ocupar tal cátedra – Celso Furtado e Fernando

Henrique Cardoso já haviam recebido tal distinção – a mais alta concedida a intelectuais latino-americanos.

Desde sua chegada à USP, Martins vai viver o ambiente intelectual existente na universidade daqueles primeiros anos 1960, fato que teria possibilitado a criação de um quadro de referência para discutir as questões postas pela sociedade brasileira de então.

Como este é o ponto mais importante dessa trajetória do autor até a academia, abordaremos com mais detalhes as influências e os temas recebidos por Martins na Escola de Sociologia da USP, com ênfase especial para as orientações de seu maior mestre, Florestan Fernandes.

1.1. José de Souza Martins e a Escola de Sociologia da USP

A influência exercida pelos professores da USP será de natureza metodológica, uma vez que as temáticas rurais não tinham uma posição de destaque nos estudos daquele grupo. Duas orientações marcavam todas as pesquisas dos sociólogos articulados por Florestan Fernandes. A primeira – já mencionada – é a preocupação em explicitar os bloqueios que dificultavam o nosso desenvolvimento econômico-social. Seus estudos tinham o objetivo de contribuir para a modernização das diferentes classes sociais que formavam a sociedade brasileira de então. A segunda está relacionada à importância dada por Florestan Fernandes à interpretação dos processos que ocorrem à margem do sistema para o entendimento da modernização capitalista.

Para José de Souza Martins, as pesquisas do grupo uspiano convergiam em apontar as bases de um projeto nacional de desenvolvimento sem recorrer a ideologias políticas e partidárias. Dizia ele que havia em tais estudos a preocupação em reconhecer as

“possibilidades de transformação social que o próprio conhecimento científico abria. Por isso, insisto sempre, **o projeto *Economia e Sociedade no Brasil (Análise Sociológica do Subdesenvolvimento)* sintetizou essas preocupações com implicação política. Esse foi o primeiro texto em que o grupo da Faculdade de Filosofia disse sociologicamente o que poderia acontecer com a sociedade brasileira se a situação se mantivesse aquela. Era a proposta de uma sociologia enraizada**” (MARTINS, 1998, p.163-164, grifos nossos).

No entanto, o ambiente cada vez mais politizado e de esquerda no meio acadêmico brasileiro daquele início dos anos 1960 exigia, no entender de Martins,

“a necessidade de uma maior precisão e rigor quanto à relação entre sociologia e marxismo. Nos anos 50, Florestan Fernandes publicara trabalhos fundamentais sobre os métodos de explicação na sociologia. Reunidos em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, esses trabalhos já sugeriam a especificidade das orientações teóricas e dos procedimentos interpretativos de cada um dos grandes métodos de explicação: o funcionalismo de Durkheim, a compreensão de Weber e a dialética de Marx” (idem, P.159, grifos nossos).

José de Souza Martins cita três livros que serviriam como eixo de referência para a compreensão da obra de Florestan Fernandes: *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1966), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975)⁷. Nessas obras “Florestan mostra que o atraso e as relações atrasadas constituem uma necessidade do capital e do desenvolvimento capitalista” (MARTINS, 1998, p.155).

O primeiro livro (de 1966), originalmente sua tese de cátedra, defendida em 1964, tinha o objetivo de criticar a ideologia da democracia racial brasileira presente nas obras de Gilberto Freyre (FREITAG, 1995). Florestan sustentava que o Brasil da primeira metade do século XX passava pelo dilema de ser uma sociedade estatamental que não conseguira livrar-se das heranças da escravidão. Para ele, o país encontrava-se permeado de contradições e dilemas. Dentre os quais o “dilema social” de sermos uma sociedade rural, em fase de modernização, que não conseguia libertar-se de seus fantasmas e das estruturas do passado. Para Maria Arminda do Nascimento Arruda, *A integração do negro na sociedade de classes*:

“Elucida o tratamento peculiar oferecido ao tema e certas concepções que acaba construindo sobre o Brasil. Na obra, a problemática do negro é revisitada à luz das noções de classe e de mudança do padrão societário, mostrando a exclusão social vivenciada pelos ex-escravos. Nesses termos, a análise aponta para padrões diferenciais, ou, mais especificamente, para a presença de uma modernidade travada, dado à persistência do arcaico no novo” (ARRUDA, 1994)

O segundo livro de Florestan Fernandes, *Sociedades de Classes e Subdesenvolvimento* (1968), é apontado por Martins como propriamente a contribuição da “Escola Sociológica de São Paulo” ao debate sobre feudalismo e capitalismo na América Latina no qual se envolviam intelectuais e instituições de alto renome, como Caio Prado Júnior e o seu PCB, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), entre outros.

Arruda entende que a originalidade da obra de Florestan Fernandes está na reflexão sobre os bloqueios à modernização da sociedade brasileira, que teve início em *A integração do negro na sociedade de classes*, e se estenderia a *A Revolução Burguesa no Brasil*. Para ela, esse livro de 1975 pode ser inserido entre as obras clássicas de *interpretação de Brasil*:

“Em *A revolução burguesa no Brasil* amplia-se o universo dessa problemática, conferindo ao texto a densidade das grandes interpretações do país. Através de uma análise pontuada por referências sociológicas nítidas, onde as principais contribuições são absorvidas de modo singular, o professor constrói uma visão particular do Brasil”. (ARRUDA, 1994)

A autora vê nessa obra um:

“... testemunho vivo da sua trajetória intelectual e das posições que assumiu. Reflexão de grande vulto, voltada à análise do processo histórico de formação da sociedade burguesa no Brasil, cobre um largo período da independência ao pós-golpe militar de 1964. Partindo das categorias tipológicas de

⁷ Para Martins: “Esses três livros, no meu modo de ver, formam a trilogia que dá sentido à maior parte da obra de Florestan Fernandes” (MARTINS, 1998, p.56).

‘burguês’, ‘burguesia’ e ‘revolução burguesa’, busca as mesmas referências na história do país, para discutir as modalidades da formação da sociedade de classes e da revolução burguesa no Brasil” (ARRUDA, 2009, p.321).

A mesma autora também se refere ao grupo liderado por Florestan Fernandes:

“Paralelamente à urdidura da sua obra, Florestan formou um grupo de sociólogos que trabalhavam articuladamente. Atuou no campo do reconhecimento da profissão, da institucionalização da pesquisa e desenvolveu ações de natureza claramente intervencionista, como no caso da campanha em defesa da escola pública. Mas, sobretudo, consolidou um modo de produzir conhecimento em sociologia e assentou a necessidade da transmissão de procedimentos indispensáveis à realização das pesquisas. **A hegemonia intelectual da cadeira de Sociologia I, dirigida por Florestan, referenda a importância adquirida pelo grupo que congregou e que passou a ser identificada pela expressão *escola paulista de sociologia*.** A trajetória e a obra de Florestan Fernandes permitem que se lhe atribua o papel de artífice fundamental, na história da construção da sociologia acadêmica no Brasil⁸”. (Idem, p. 322, grifos nossos)

Referindo-se à resistência de Florestan em classificar esse grupo como escola sociológica, José de Souza Martins defende que:

“trata-se de uma escola, porque definiu um estilo de trabalho científico e porque seus membros criaram conjuntamente um elenco de indagações teóricas que são até hoje fundamentais na pesquisa sociológica. É uma escola que se define pela construção de uma perspectiva sociológica enraizada nas singularidades históricas, sociais e culturais da sociedade brasileira; por contraponto, portanto uma perspectiva crítica em relação às interpretativas produzidas nos países dominantes, cuja realidade sociológica, é em grande parte outra⁹” (MARTINS, 1998, p.44).

⁸ Liedke Filho também observa que o grupo liderado por Florestan Fernandes formou uma escola sociológica: “Por Escola Sociológica do Florestan Fernandes entende-se o grupo de cientistas sociais que trabalharam ligados aquele cientista no período entre 1954 e 1969, na antiga Faculdade de Filosofia da USP, desenvolvendo uma série de projetos de pesquisa comuns abrangendo temas referentes às relações raciais no Brasil, à empresa industrial em São Paulo e à análise sociológica do desenvolvimento brasileiro.” (LIEDKE, 1977, p. 8).

⁹ Em outra oportunidade bem mais recente, Martins relativiza aquela sua opinião: “Florestan dizia que não existia a Escola Paulista de Sociologia e eu tendo a concordar com ele. Digamos que núcleos comuns de interesse aqui definem o que é o grupo de São Paulo, que não é só a Faculdade de Filosofia, é também a Escola de Sociologia e Política. No caso de Florestan é bom lembrar que o mestrado dele é em Antropologia e não em Sociologia, feito na Sociologia e Política, onde teve influência de alemães – Baldus, Willhems. A chamada Escola Paulista de Sociologia é uma versão brasileira das Ciências Sociais européias – francesa e alemã –, mas a Antropologia é muito alemã, ainda hoje. A filosofia era uma escola aberta, pensada como uma escola ecumênica.

De acordo com Martins, os membros da “Escola sociológica de São Paulo”¹⁰, tendo definido temas e orientações próprias em suas pesquisas, convergiam no objetivo comum de buscar as causas e as consequências dos bloqueios às possibilidades históricas da sociedade brasileira, através da proposição de “uma sociologia que lidasse com as consequências do salto histórico que poderia levar à superação das barreiras que mantinham o país em estado de estagnação econômica, de atraso cultural e de dependência política”.

Esse tema do projeto nacional era o tema do nacional-desenvolvimentismo que, no entanto, será o principal alvo das críticas daqueles pesquisadores liderados por Florestan Fernandes. Como também diz Willian Héctor Soto, um estudioso da obra de Martins, esse núcleo de sociólogos vai inaugurar “uma nova forma de pensar, baseada no rigor científico e distanciando-se da liberdade fantasiosa do ensaísmo” (SOTO, 2002, p.113). Nesse contexto alternativo, ganha importância a crítica à noção de “dois Brasis”, inspirada em Jaques Lambert e Roger Bastide, expressiva do dualismo prevalecente nos autores do nacional-desenvolvimentismo. O interesse das pesquisas lideradas por Florestan Fernandes era mostrar o caráter funcional, e não apenas suplementar, da persistência de relações econômico-sociais ditas arcaicas na modernização do Brasil. À medida que lograsse reconhecer o lugar histórico das resistências à modernização social, a sociologia brasileira uspiana estaria contribuindo para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

De acordo com essas orientações do grupo da USP, ao pesquisar as relações econômico-sociais antigas, os sociólogos contribuiriam da mesma maneira que aqueles dedicados ao estudo das relações capitalistas modernas. Sob tal orientação de Florestan Fernandes, essas pesquisas convergem para a interpretação do desenvolvimento do capitalismo num país economicamente dependente como o Brasil. Assim, o ponto forte das orientações de Florestan Fernandes está no desvendamento da singularidade brasileira no contexto das características universais do capitalismo.

Martins menciona Antônio Cândido como outro autor influente nas pesquisas dos jovens sociólogos da USP¹¹:

“vários de nós que viemos depois e que nos interessamos pelo mundo rural fomos profundamente influenciados pela análise e pelas sugestões teóricas e interpretativas que há em *Os Parceiros do Rio Bonito*. Geralmente aqueles de nós que fizemos os trabalhos mais incômodos e mais questionadores das certezas, linearidades e formalismos economicistas do marxismo vulgar temos um débito grande para com a interpretação

Poucas pessoas se dão conta de onde procede o pensamento crítico. Muitos afirmam vir do marxismo, o qual não teve nenhuma influência a não ser depois do golpe de 64. Quem definiu o pensamento crítico aqui foram os judeus e os protestantes” (MARTINS, in BASTOS et. al, 2006, p.49).

¹⁰ O próprio Florestan enumera os integrantes do grupo: “Trabalharam comigo, ao longo do período do tempo em que estive à testa da Cadeira de Sociologia I, diretamente ou através do Cesit, os seguintes colegas: Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira, Octávio Ianni, Marialice Mecarini Forachi, Maria Sylvia Carvalho Franco, Luiz Pereira, Leôncio Martins Rodrigues Netto, Celso de Rui Beisegel, José de Souza Martins, José César Gnaccarini, Gabriel Cohn, José Carlos Pereira, Gabriel Bolaffi, Sedi Hirano, Lourdes Sola, Claudio José Torres Vouga, José Rodrigues Barbosa, Luiz Wejz, José Francisco Fernandes Quirino, Vera Lúcia Brizola, Maria Célia Pinheiro Machado, Dirceu Nogueira Magalhães, André Pompeu Vilalobos e Maria Helena Oliva Augusto” (FERNANDES, 1976, p.183-184).

¹¹ Citando MARTINS: “Eu tive sorte de ter professores que tinham preocupações com a linguagem, até por influência de Antonio Candido, que é sociólogo também, mas lida com a literatura, é um crítico literário que sempre escreveu de uma maneira muito clara e elegante. Mas a clareza se aprende também no trabalho de campo”. Entrevista de Martins para a Fapesp, edição 147.

que Antonio Candido faz do mundo rural (...). No ótimo estudo que Fernando Henrique Cardoso fez sobre *Os Parceiros do Rio Bonito*, ele indica corretamente, no meu modo de ver, que o alcance do livro foi limitado pela onda que envolveu muitos pesquisadores marcados pelo afã de ‘restituir ao marxismo prioridade e consistência científica’, perdendo-se a interpretação nas grandes categorias e grandes classificações distanciadas do vivido. Como ele bem mostra uma linha oposta à de Antonio Candido” (MARTINS, 1998, p.143-144).

Agora que nos referimos à influência das orientações sociológicas recebidas do grupo de São Paulo (em especial as de Florestan Fernandes) para a escolha dos temas de pesquisa de José de Souza Martins, vejamos como as ideias marxistas chegaram-lhe através do chamado Seminário sobre *O Capital*, de 1958¹².

O próprio Martins reconhece a importância do Seminário sobre *O Capital* na formação teórica e metodológica dos sociólogos liderados na USP por Florestan Fernandes. O livro de Florestan Fernandes *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, diz Martins, teria sido responsável por situar o marxismo como uma orientação interpretativa das ciências sociais, mas que não atendia a todas as questões. Citando o autor:

“Essa perspectiva é de certo modo, a meu ver, grande responsável pela definição dos rumos de leitura do primeiro seminário sobre *O Capital*, de Marx, desenvolvido por um grupo de jovens docentes da Faculdade de Filosofia, de orientação claramente acadêmica, alguns dos quais assistentes do professor Florestan, cuja ênfase foi posta, justamente, na questão do método. (...) É com esse grupo que o dilema representado pelo alcance distinto da sociologia e do marxismo se resolve na proposta de uma orientação metodológica, na produção do conhecimento sociológico, que resgata da dialética toda sua ampla riqueza de possibilidades interpretativas. Esse foi o veio de onde saiu uma orientação cognoscitiva dialética avessa ao economicismo e aos mecanicismos, dentre estes o althusseriano, que se difundiria mais tarde entre nós, mas que, justamente por isso, não ganhou propriamente adeptos no chamado ‘grupo de São Paulo’. Como assinalou Fernando Henrique Cardoso, a leitura acadêmica de Marx pelo ‘grupo de São Paulo’ precedeu à vaga dos estudos acadêmicos de Marx na França” (MARTINS, 1998, p.63-64).

Esse estudo sistemático de *O Capital* teve tanta importância para a formação de Martins, a ponto de Raimundo Santos indicar que Martins estrutura a sua visão do agrário a

¹² Estamos utilizando a denominação de marxismo acadêmico pelo simples fato desta forma de abordagem marxista ter surgido dentro da academia, em contraposição ao marxismo político, originário da esfera de atuação política do PCB. Não objetivamos com isto atribuir significados como idealista, distante da realidade, etc.

partir da relação capital-trabalho, como Marx apresenta o tema no volume 1 de *O Capital*¹³. Citando o autor: “Como consequência do processo de sua territorialização, o capital descrito por Marx passa a subsumir, no tempo mais contemporâneo, cada vez mais importantes dimensões do mundo rural brasileiro”. Santos defende que o sociólogo da USP possui uma busca camponês tendo partido de categorias abstratas, mas observa que: “Martins amplia aquela sua referência a Marx associando o anticapitalismo camponês ao nexos capital – renda da terra (recoberto pelo registro da história lenta e o tema da cultura popular – familística)” (SANTOS, 2007, p.95).

O próprio Martins expressa importância àquela leitura de Marx¹⁴:

“Venho orientando a minha pesquisa teórica e empírica pelo problema da produção capitalista de relações não-capitalistas de produção. Diante dos impasses e simplificações contidos no já cansativo debate sobre feudalismo e capitalismo, como tipos macro-estruturais pelos quais se poderia definir a sociedade brasileira, no todo ou em parte, conforme o momento, ou a sua transição, procurei, como tantos outros pesquisadores, trabalhar criticamente sobre o tema” (MARTINS, 1978, p.1).

No capítulo do livro de William Héctor Soto, denominado “José de Souza Martins: a construção sociológica do ‘mundo rural’ e do capitalismo brasileiro”, temos a defesa da tese de que a categoria de *produção capitalista de relações não-capitalistas* seria central na obra do sociólogo em questão:

“Porque não somente permite captar o *fio condutor* da sua produção, mas por ser um instrumento que possui um significado amplo, sintético, global e que possibilita entender o pensamento do autor (...) a categoria mencionada permite entender e explicar as outras categorias utilizadas pelo autor em suas análises. Categorias como camponês e seu significado, seu papel político, sua posição social, suas relações sociais e suas características enquanto expressão do real são explicadas a partir daquela categoria central” (SOTO, 2002, p.167-168).

A propósito desse marxismo de José de Souza Martins, mencionemos sua referência a um autor que passa a ser fundamental na obra do sociólogo da USP: Henry Lefebvre.

1.2. A atualização do marxismo de José de Souza Martins

Uma influência importante em José de Souza Martins é a sua leitura da obra do marxista francês Henry Lefebvre. O que mais despertou o interesse do sociólogo da USP para sua leitura dos textos de Henry Lefebvre foi o objetivo de estudar a realidade a partir da *totalidade do processo social e de suas leis*, através da incorporação de uma releitura não-

¹³ Essa ênfase viria do “marxismo de rigor metodológico” oriundo do seminário sobre *O Capital* (SANTOS, 1999).

¹⁴ Recordemos que o Seminário sobre *O Capital* foi importante para que Martins conhecesse a fundo (o seminário durou doze anos) esse clássico da economia política sem a mediação de leituras ortodoxas e dogmáticas.

evolucionista do conceito marxista de “formação econômico-social”.

O sociólogo da USP faz essa revelação:

“Vocês sabem que eu tive na USP um seminário sobre a obra de Marx, que durou doze anos. Depois mais seis sobre a obra de Lefebvre. O primeiro começava com a leitura de *O Capital* e o objetivo era fazer uma leitura metodológica da obra de Marx. Depois sugeri aos alunos que discutíssemos um marxismo moderno de envergadura clássica. Isso era o Lefebvre, sem dúvida” (MARTINS, 1998, p.40).

José de Souza Martins foi o maior divulgador dos textos de Henri Lefebvre no Brasil¹⁵. O interesse de Martins estava no caráter crítico e aberto do intelectual francês:

“Ele [Lefebvre] sempre diz não trabalhar com conceitos, mas com noções. Os conceitos são fechados, noções são abertas. Evita colocar rótulos, classificações, tomando decisões, a partir de conceitos fechados, pois estes pré-definem uma modalidade de explicações. É um autor aberto à compreensão das coisas, à via irracional (...) Existe um livro dele, a *Metafilosofia* muito interessante, em que ele faz uma tabela onde coloca lado a lado estas polarizações. Aí, acontece uma coisa interessante: a razão e a religião. **A religião aparece positivamente como algo que tem mais abrangência do que a razão. Todo o irracional está contido nela, as emoções, etc. É a história da totalidade aberta que ele fala. Tem sentido, mas, não tem direção**¹⁶” (Idem, p.41, grifos nossos).

No ano de 1977, José de Souza Martins e Marialice Mencarini Foracchi publicam *Sociologia e Sociedade*. Esta coletânea continha dois textos de Lefebvre: “A práxis: a relação social como processo” e “Estrutura social: a reprodução das relações sociais”. Em 1980, José de Souza Martins publicou outros dois textos de Lefebvre na *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, coletânea editada pela Hucitec (1980). São eles: *Problemas de Sociologia Rural* (1949) e *Perspectivas da Sociologia Rural* (1953). Entretanto, o livro que mais contribuiu para a divulgação da obra de Lefebvre no país foi: *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética* (1996), publicado pela Hucitec.

O sociólogo da USP valoriza o objetivo de Lefebvre: realizar um retorno crítico à dialética em Marx. Citando o próprio: “Lefebvre no fundo, retorna ao residual desse Marx, ao irredutível de sua pessoa e de seu tempo. A um Marx da história, personagem, pensador, homem de luta, de incertezas e não de certezas. O Marx que Lefebvre encontra em sua minuciosa busca é um Marx mortal, como qualquer um de nós”¹⁷. (MARTINS, 2000, p.111).

¹⁵ Ao abordar o breve contato direto e a importância do marxista francês, Martins afirma: “Cheguei a ter alguma correspondência com ele e quis trazê-lo ao Brasil. Ele tem vários trabalhos interessantes. Os dois principais são os artigos que escreveu sobre o método dialético, que Sartre reconheceu como a melhor formulação instrumental do método dialético que já foi escrita” (MARTINS, in BASTOS et al., 2006, p.65).

¹⁶ Podemos perceber que o sociólogo da USP já em Lefebvre busca inspiração para a sua valorização da mediação católico-camponesa por esta basear-se na cultura religiosa popular, como veremos adiante em outra parte dessa tese.

¹⁷ Martins destaca que o intelectual francês buscava o Marx marxiano (e não o “marxista”), ou seja, um personagem de seu tempo, influenciador e influenciado por ele mesmo. Citando Martins: “Na verdade, um dos

José de Souza Martins destaca o fato de o autor francês buscar a essência do método dialético: “o método que foi se definindo ao longo da obra de Marx, que combina os momentos do método de investigação e do método de explicação; e que culmina com a análise inacabada sobre as classes sociais, isto é, sobre a primeira tríade: trabalho, terra e capital, ou seja, salário, renda e lucro. O pensamento de Marx não era binário, como o fez mais tarde o marxismo vulgar, e sim triádico” (Idem, p.112).

É também por intermédio de Lefebvre que Martins incorpora a noção de formação econômico-social, esboçada por Marx em *A Ideologia Alemã* (1845), e tornada conhecida por Lênin. Esta noção possibilitaria a percepção de que a realidade social é marcada pela coexistência de relações sociais de tempos históricos diferentes, que estariam “numa relação de descompasso e desencontro” (Idem, p.113). Além disso, indicaria que “as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico” (Idem, p.117).

Teríamos, então, o desencontro entre o econômico e o social, com o avanço mais rápido do primeiro termo em relação ao segundo. O capitalismo (sobretudo em países de desenvolvimento tardio) teria nesse descompasso uma de suas características centrais: “O econômico anuncia possibilidades que a sociedade não realiza ou realiza com atraso”, diz Martins (Ibidem).

A retomada do método dialético por parte de Lefebvre leva a que se considere os processos incomuns como referência de natureza metodológica fundamental. Por meio da influência do autor francês, o sociólogo da USP destaca temas não valorizados na maior parte das pesquisas acadêmicas e programas partidários. Essa influência, aliada à orientação metodológica de Florestan Fernandes – que defende o estudo do capitalismo brasileiro a partir de sua margem – são as referências principais utilizadas por Martins em suas análises sobre a questão agrária brasileira.

A incorporação das reflexões de Lefebvre permite a Martins a compreensão da pobreza através de uma nova dimensão, menos limitada do que a noção de pobreza material. Nesta reinterpretação, “A pobreza é pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para a sua libertação das carências que o colocam aquém do possível” (Idem, p. 118). Esse tema da pobreza como veremos mais adiante, fará com que o professor da USP proponha uma visão mais ampliada para a compreensão dos processos sociais que aquelas baseadas no conceito de classe social. A abertura analítica que a noção de *pobre* possibilita para a interpretação da dinâmica social será tão valorizada por Martins quanto a noção gramsciana de classes subalternas, como veremos no capítulo 3, tópico 4.

Voltemos à observação de Santos acerca da interlocução entre a sociologia e o marxismo como uma característica central da obra de Martins, influência essa que ele recebe do grupo da USP, principalmente de Florestan Fernandes e do Seminário sobre *O Capital*.

SANTOS (1999) entende:

“os escritos de José de Souza Martins enquanto ensaística que, ao longo de quase vinte anos, interpela a tradição leninista brasileira, ao tempo que se torna referência para a práxis pastoral da Igreja. Tomado como texto-base, igual a Caio Prado Jr., a comparação enseja procurar, nos primeiros textos do

meus autores fundamentais de referência é o Henri Lefebvre, que foi pioneiro em relação a isso tudo e tratou desses conceitos ligados à modernidade de uma perspectiva muito mais sociológica porque considerou outros aspectos da realidade social. No retorno a Marx, ele era um autor que distinguia entre o Marx marxista e o Marx marxiano. (...) Marx era muito mais sociólogo do que dizem. Ele tentou entender o que era a sociedade contemporânea. Claro que caiu na tentação de achar que os sociólogos podem mudar a sociedade. O sociólogo não pode mudar nada.” (MARTINS, 2008, p.4).

sociólogo da USP, o viés do estudo ‘da formação e da transformação’, como na tradição, quer ao modo da publicística isebiana, quer ao estilo da própria sociologia uspiana (Florestan, Fernando Henrique, etc.) de que descende, vale dizer, a vocação para discutir um projeto para o país a partir de uma interpretação de Brasil”.

Nossa tese se ocupa da trajetória de José de Souza Martins enquanto crítico das esquerdas que, ao longo das últimas três décadas serve de referência para grande parte dos estudos sobre os processos ocorridos no mundo rural brasileiro¹⁸, ou de acordo com as orientações de Santos, como publicista, considerando esta condição do sociólogo da USP como “chave de leitura valorizadora (e crítica) da sua obra agrária e rural” (SANTOS, 2008, p. 14).

Esse viés publicista contido na obra do sociólogo da USP nos remete para o tema das relações entre o intelectual e os movimentos sociais por ele analisados e também orientados no âmbito da Igreja. As relações entre os intelectuais e os diferentes movimentos populares (sindicais, camponeses, etc.) existentes ao longo de diferentes realidades espaço-temporais foi uma preocupação que sempre influenciou o levantamento das questões do campo marxista, tendo constituído a grande preocupação de Marx e Engels, de Lênin e de Gramsci, como veremos no capítulo 2.

¹⁸ Tratando da grande influência exercida por Martins na formação de jovens pesquisadores, Santos afirma: “Em boa medida por conta dessa condição afortunada, seus textos passam a formar toda uma geração de pesquisadores jovens que vem se afirmando no mundo universitário, pelos menos desde o começo dos anos 1980 (SANTOS, 2008, p. 13).

Capítulo 2: A relação teoria-prática nos clássicos marxistas e a questão dos intelectuais em Gramsci

O capítulo 1 da presente tese trouxe alguns traços da trajetória acadêmica e da publicística de José de Souza Martins. Nesta trajetória destacamos dois pontos cruciais para os nossos interesses. Por um lado, verificamos a influência exercida pelas questões desenvolvidas pelo chamado Grupo da USP, grupo esse que partiu dos apontamentos e orientações de Florestan Fernandes, seu maior mestre juntamente com Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Por outro, constatamos a importância desempenhada pela assessoria prestada pelo sociólogo da USP para a CPT e para a CNBB nos primeiros anos 1980. Esses dois lados do autor – visto como protagonista – possibilitaram a visualização da ensaística de Martins enquanto publicística (sobre as mobilizações rurais) de maior gravitação nos círculos acadêmicos e militantes desde os anos 1980 (Cf. SANTOS 1999).

Defendemos nessa tese que Martins auxiliou a fundamentar o ideário da mediação católico-camponesa entre meados dos anos 1970 e durante toda a década de 1980. Para a realização desta tarefa, ele partiu da desconstrução dos pressupostos da mediação partidária proposta por Lênin, mediação essa que se tornou hegemônica no campo da esquerda revolucionária brasileira até esse período. Como veremos mais detidamente no capítulo 5, o autor defende que aqueles mediadores inseriam os camponeses em seus próprios projetos políticos de transformação social sem considerar as suas demandas e os seus modos de vida.

Em um sentido geral, nossa tese terá como referência os apontamentos de Raimundo Santos, que tem insistido em mostrar a função de Martins como publicista (entendido como aquele autor que realiza as suas reflexões com o objetivo de influenciar a realidade na qual vive), particularmente na ação de atores protagonistas da revolução ou mudança social.

Trataremos da temática geral da mediação política e do papel exercido pelos intelectuais nos movimentos de transformação da sociedade, tendo como interesse específico a interpelação crítica de José de Souza Martins aos mediadores (antigos, como o PCB, e novos, como a CPT e o MST) das mobilizações agrárias ocorridas no Brasil na última metade do século XX, sobretudo em suas últimas três décadas.

Veremos como Martins partiu da crítica ao *marxismo vulgar* para desconstruir os principais pilares das idéias defendidas pelos grupos de mediação de esquerda abrigados sob o guarda-chuva do nacional-desenvolvimentismo. Nos tópicos abaixo, mencionaremos sucintamente algumas dessas idéias que foram alvos da crítica de Martins. Para o professor da USP, os grupos identificados com o ideário do nacional-desenvolvimentismo, tais como o PCB e o ISEB:

- Utilizariam categorias de análise criadas para entender os processos sociais e econômicos ocorridos em outras realidades espaço-temporais, que não permitiam enxergar os bloqueios à modernização das mais diferentes esferas da sociedade brasileira;
- Acreditavam que a expansão do capitalismo destruiria todas as relações atrasadas, sem atentar para os diferentes ritmos de modernização e, também, para as resistências a este processo;
- Analisariam o par moderno x atraso através de uma visão dualista da história, da qual resultava a defesa das alianças de classe para a destruição do que seriam “restos feudais” que persistiriam na sociedade brasileira, principalmente em seu espaço rural;
- Consideravam o campesinato como uma classe do passado que seria extinta pelo desenvolvimento capitalista, dando origem a dois estratos agrários: o proletariado rural e a burguesia agrária. Sendo essa previsão uma consequência da tese leninista

da diferenciação do campesinato (incorporada pelos mediadores), como veremos adiante;

- Entendiam que o desenvolvimento do mercado interno (através da formação de uma pequena burguesia rural) deveria ser o principal objetivo das forças progressistas interessadas no desenvolvimento do país,
- Sobrevalorizariam a importância da propriedade privada, resultando na proposição de uma reforma agrária distributivista, em detrimento da luta pela terra de trabalho, luta esta que Martins vai entender como sendo a mais marcante no mundo rural brasileiro no final dos anos 1970 e durante toda a década de 1980;

Faremos referência a algumas idéias dos clássicos do marxismo sobre a relação teoria-prática, com o objetivo de apresentar o marco teórico que nos guiará na interpretação das críticas de Martins ao ideário dos grupos de mediação das nossas mobilizações agrárias. Realizamos aqui esse exercício, pois constatamos que o tema sobre a relação teoria-prática possui importância fundamental para o campo marxista, podendo ser considerada como a principal razão que estimulou os seus clássicos a desenvolverem as suas reflexões sobre diferentes questões.

Deste modo, para reconstituir alguns pontos da tradição marxista nesse tema da relação teoria-prática, consideraremos essa avaliação geral de Santos:

“Como é sabido, a esquerda moderna tem suas referências na teoria marxista e leninista do partido revolucionário. Os clássicos marxistas fixaram os seus fundamentos nas *Teses sobre Feuerbach* (1845). Enquanto em *O Manifesto Comunista* (1847-48), Marx e Engels visualizaram os comunistas como um grupo auxiliar do processo de auto-organização dos operários do primeiro industrialismo, em seu opúsculo *Que Fazer?* (1902), Lênin consagrou o partido marxista como instrumento vertebrador da nova classe universal proletária em uma situação de debilidade do capitalismo. Na tradição desses clássicos, o protagonista revolucionário sempre foi pensado como uma mediação intelectual.” (SANTOS, 2009).

José de Souza Martins busca na teoria do partido de Lênin as origens do processo de desqualificação dos trabalhadores (não só do campesinato, como também do proletariado) nos projetos dos movimentos socialistas. Para o professor da USP, aqui estava o fracasso de muitos movimentos de orientação marxista, pois, com Lênin, o sujeito das transformações sociais passaria a ser o partido político, e não mais a classe operária, sendo esse um tema de intensos debates do marxista russo com outros autores revolucionários de seu tempo. Esse debate gera disputas até os dias de hoje em círculos de militantes e de mediadores. Como exemplo, podemos citar as críticas de Martins acerca da influência leninista nos métodos organizativos do MST.

A propósito da teoria do partido de Lênin, temos ainda em SANTOS (2009):

“Não obstante as tragédias históricas a que deu lugar (estatização da sociedade civil no socialismo real, depuração partidária e os “processos de Moscou”, estalinismo organizacional), a teoria exposta em *Que Fazer?*, no que se refere à função do partido, teria se conservado ao longo de muitas décadas como referência obrigatória (ao menos no mundo dos

PCs). (...) Segundo Sánchez Vázquez, seria a citada função mediadora de tipo intelectual o ponto forte do legado deixado pelo teórico da revolução na periferia capitalista” (Idem).

É essa função mediadora de tipo intelectual defendida por Lênin que está no centro das preocupações da presente tese. Essa é a razão pela qual nos referiremos às ideias dos principais pensadores da tradição marxista – que refletiram sobre o tema e constituíram referenciais para as ações dos partidos e movimentos revolucionários e reformistas (onde se situava o PCB e, ainda em certo sentido, também podemos inserir o MST) – para tratar do nosso interesse específico: os fundamentos da crítica de José de Souza Martins aos mediadores das mobilizações agrárias antigas (PCB), e, mais detidamente, das novas (CPT e MST).

Embora Martins tenha interpelado os grupos de mediação criticando o “marxismo vulgar” do PCB e os pressupostos organizativos baseados no leninismo (principalmente a ideia de partido de quadros, como veremos mais adiante), se realizarmos uma leitura sociológica dessa interpelação, veremos que o autor não escapa (ele próprio cumpre) da função do intelectual de tipo revolucionário sublinhado por Lênin, como destaca Sánchez Vázquez na citação de Santos, anteriormente mencionada.

Como sustentamos nessa tese, o próprio sociólogo da USP exerce esse papel de mediador, expressando de alguma maneira a função intelectual que, para Lênin, em países de desenvolvimento tardio, é de suma importância. No começo dos anos 1980, o autor já cobrava uma posição intelectual nova dos mediadores (principalmente do PCB) diante do impetuoso dinamismo das mobilizações agrárias. Para Martins, esse dinamismo não seria percebido, pois os velhos mediadores utilizavam referenciais teóricos gerados para a compreensão de outras realidades espaço-temporais. Já nos anos 1990, o professor da USP vai cobrar que a CPT desempenhe o papel principal de intelectual como mediadora dos movimentos sociais sob sua influência (sobretudo o MST), pois, para ele, movimentos como o MST precisam de críticos que apontem os seus erros, e não bajuladores que em nada contribuiriam para possibilitar que as lutas desses grupos agrários avancem (MARTINS, 2000), como veremos no capítulo 6.

Uma citação muito utilizada por aqueles que estudam a relação teoria-prática através da perspectiva do marxismo é a décima primeira *Tese de Feuerbach*¹⁹: “Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de distintos modos; do que se trata é de transformá-lo”. Ao contrário da característica unicamente contemplativa e conservadora, teríamos, agora com a proposição de Marx e Engels, a compreensão da filosofia em sua ação revolucionária, auxiliando a transformação da realidade econômico-social, histórico-concreta. Temos aqui a postulação do conceito-chave marxista de “práxis revolucionária”, que seria a razão de ser dos grupos autodenominados como marxistas e revolucionários surgidos depois dos clássicos.

A partir de Marx e Engels, a categoria de mediação passou por um processo de renovação ultrapassando o idealismo de Hegel e trazendo esse tema para resolver problemas de ordem prática tornados estratégicos para as reflexões de seu contexto histórico. Podemos perceber essa renovação na segunda tese sobre Feuerbach: “A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno

¹⁹ As “Teses sobre Feuerbach” são onze curtas notas filosóficas escritas por Karl Marx, em 1845. Eles explicitam a crítica das ideias de Marx ao materialismo contemplativo e outras formas de idealismo filosófico. Marx não publicou as “Teses sobre Feuerbach” durante sua vida; foram mais tarde editadas por Friedrich Engels e publicadas em 1888 acopladas no seu livro: “*Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*”, com o texto original emergindo em 1924 e em 1932 pelo Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou na “Ideologia alemã”.

de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou irrealidade do pensamento (visto isoladamente da práxis) é uma questão puramente escolástica”.

Vejamos agora como Marx e Engels retomam essas teses em *O Manifesto do Partido Comunista*, como se sabe um texto escrito com o objetivo de unir a teoria à prática, visando indicar caminhos para a organização dos grupos revolucionários de sua época (o projeto da revolução socialista no mundo moderno capitalista da segunda metade do século XIX)²⁰.

Segundo a teoria presente no capítulo de *O Manifesto Comunista*, a história da humanidade teria a luta de classes como sua principal característica, como indicado na primeira frase do seu primeiro capítulo: “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (MARX E ENGELS, 1998, p.8), ou ainda em um trecho mais adiante: “Todas as sociedades até agora se apoiaram, como vimos, no antagonismo entre classes dominantes e dominadas” (Idem, p.19).

Podemos apontar o citado texto como uma espécie de anunciação da visão de Marx e Engels, que pode ser visualizado no núcleo de sua teoria social, resumido na dialética da relação entre forças produtivas e relações de produção em grandes transformações em longos períodos da história.

Em um texto escrito em 1859 (Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política), anterior ao *O Capital* (de 1867), Marx assim apresenta essa teoria do desenvolvimento histórico:

“na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de

²⁰Para Carlos Nelson Coutinho: “O *Manifesto do Partido Comunista* é, certamente, o texto mais conhecido e lido de Marx e Engels. Escrito entre o final de 1847 e o início de 1848, provavelmente ele foi redigido apenas por Marx, que se utilizou para isso de um esboço preliminar elaborado por Engels, intitulado *Princípios do comunismo*. O texto lhes fora encomendado pela Liga dos Comunistas (antes chamada de Liga dos Justos), na qual militavam, um pequeno agrupamento de exilados alemães com sede em Londres. Quando Marx e Engels morreram, respectivamente em 1883 e em 1895, o *Manifesto* não só conhecera inúmeras edições em alemão (a língua em que fora escrito), mas também já havia sido traduzido em vários outros idiomas; essas reedições e traduções quase sempre traziam novos prefácios dos autores (sobretudo de Engels, que viveu 12 anos mais do que Marx), em muitos dos quais — particularmente nos mais tardios — já se esboçavam autocríticas quanto a algumas das afirmações do texto originário” (COUTINHO, 1998, p.43)

produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social” (MARX & ENGELS, 1977, p.15).

Os dois fundadores da filosofia da práxis entendem que a história da modernidade se confunde com a história da burguesia. Esse protagonismo da burguesia – que teria surgido como uma classe revolucionária no mundo feudal – fez com que a sua forma de organização econômico-social se expandisse para diferentes pontos do planeta.

“A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimentos permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas repressões e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas” (MARX & ENGELS, 1998, p.11).

De acordo com a tese da combinação e tensão entre forças produtivas e relações de produção, Marx e Engels apresentam as transformações sociais como resultado da dinâmica da sociedade. Assim sendo, da mesma maneira que surgiu como classe revolucionária no interior da antiga sociedade feudal, a burguesia também criou as armas que destruirão o capitalismo e levarão ao socialismo. Citando os autores: “As armas com as quais a burguesia abateu o feudalismo se voltam contra ela mesma. (...) “Mas a burguesia não forjou apenas as armas que a levarão à morte; produziu também os homens que usarão essas armas: os trabalhadores modernos, os proletários” (Idem, p.14).

Continuando essa sua visão de revolução social, Marx afirma ainda que:

“Com a transformação do fundamento econômico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições econômicas da produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem” (MARX & ENGELS, 1977, p.18).

Nesta visão, não bastava haver uma crise econômica para que ocorresse uma revolução social. O fundamental eram as ações das classes sociais em luta contra a formação social em desintegração para que reconheçam as debilidades do sistema econômico e possam auxiliar na emergência de uma nova forma de organização social. Para Marx: “Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produções novas e superiores antes de as

condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha” (MARX & ENGELS, 1977, p.3).

Voltando ao *Manifesto Comunista*, especialmente em seu segundo capítulo – *Proletários e Comunistas* —, Marx e Engels tratam da relação teoria-prática, ou seja, da classe com o “partido” dos comunistas. Como observou S. Vazquez (SANTOS, 2009), temos aqui mais uma idéia de identidade entre o “partido revolucionário” com a classe operária, uma vez que: “Os comunistas não constituem um partido especial, separado dos demais partidos operários” (MARX & ENGELS, 1998, p.20). Os comunistas (o partido revolucionário) são apontados como a parcela mais decidida dos partidos operários, pois possuem a capacidade de compreender as suas características gerais. Eles lutam pelos interesses imediatos do proletariado e representam no momento atual o futuro do movimento (Idem, p.40).

Marx e Engels vão entender com tais teses, no *Manifesto Comunista*, que a mediação junto aos protagonistas da revolução socialista deveria considerar o nível de consciência política, no caso do proletariado. A elevação da consciência de classe seria conquistada através da percepção crítica da própria realidade em que se inseriam os grupos subalternos. Assim, a mediação intelectual teria a função de elevar a consciência de classe segundo a doutrina científica do socialismo, que seria a crítica científica do estado de coisas existente na sociedade capitalista.

Marx e Engels, em *O Manifesto Comunista*, concebem a mediação revolucionária a partir de uma perspectiva histórica – diferente do socialismo utópico de sua época – como expressão das lutas existentes, e não surgidas “sobre idéias e princípios que tenham sido inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo” (Idem, p.21). No contexto da auto-organização dos grupos sociais para a destruição do capitalismo, é ressaltada a importância dos intelectuais²¹ (denominados como ideólogos pelos dois clássicos fundadores do marxismo) de origem burguesa: “como outrora uma fração da nobreza aliou-se à burguesia, também uma parte da burguesia passa agora para o lado do proletariado, especialmente uma parte dos ideólogos da burguesia que alcançam uma compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto” (Idem, p.18). Podemos citar os próprios autores do *Manifesto Comunista* como integrantes da *intelligentsia*²² de origem burguesa, apoiadores da revolução operária daqueles meados dos anos 1840.

A partir de Lênin, a “teoria do partido” no marxismo adquire um caráter mais instrumental, uma vez que este autor trata de questões mais concretas de um país da periferia capitalista. Como vimos Marx e Engels trataram, particularmente nos capítulos 1 e 2 de *O Manifesto Comunista*, de preocupações de sentido geral para grandes períodos históricos.

Lênin radicaliza as reflexões de Marx e Engels, apontando para a existência de duas consciências na classe revolucionária proletária: a consciência socialista e a consciência tradeunionista. Essa última seria a consciência corporativa ou sindicalista a que chegam os operários, sem a consideração da sociedade como um todo. A consciência socialista seria aquela que já ultrapassou a concepção de grupo social (corporativa) e é capaz de apontar para o movimento operário os passos que devem ser dados para a transformação da sociedade.

Lênin defende que, para atingir a consciência socialista, é necessário que exista uma força exterior, que seria exercida pelos intelectuais representados no partido revolucionário. Eis o axioma de Lênin:

²¹ Partindo da concepção marxiana, os intelectuais podem ser definidos como uma camada da sociedade integrada pelos indivíduos dedicados exclusivamente ao trabalho intelectual, assumindo diversas formas de acordo com a sua respectiva realidade espaço-temporal.

²² O termo *intelligentsia* é utilizado para designar o conjunto de intelectuais que discutiam os rumos da Revolução Russa. Este termo continua sendo usado para classificar os intelectuais de forma negativa, como uma classe ‘pensante’ destacada do restante da sociedade.

“A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com as suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência tradeunionista, quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc., por seu lado, a doutrina do socialismo nasceu de teorias filosóficas, históricas e econômicas elaboradas por representantes instruídos das classes possidentes, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pertenciam, pela sua situação social, à intelectualidade burguesa” (LENINE, 1982, p.101).

Podemos perceber como Lênin extremou os ensinamentos de Marx e Engels sobre a relação teoria-prática nos processos de transformação social. O revolucionário russo instrumentalizou as idéias de Marx, consagrando-as na teoria de partido revolucionário. Para o marxista russo, é de fundamental importância o papel dos intelectuais que romperam, no dizer de Marx, com o *status quo*, e alcançaram a *compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto*, passando a guiar através do partido revolucionário, a classe operária rumo ao socialismo.

Enquanto Marx e Engels entendiam que os comunistas possuíam uma identidade com a classe operária (VÁZQUEZ, 1978, Op.cit), Lênin, por sua vez, vai conceber que os comunistas deveriam liderar os operários nos processos revolucionários.

A polêmica de Lênin era com a tendência da *social-democracia* (assim se chamava o marxismo russo nesse momento do famoso *Que Fazer?*, de 1902) em tornar-se refém das lutas imediatas da classe operária, esquecendo sua missão histórica de elevar a consciência do proletariado e projetar o futuro socialista de suas ações. “Assim, persuadimo-nos de que o erro fundamental da ‘nova tendência’ da social-democracia russa (Lênin se referia aos grupos por ele denominados como socialdemocratas *economistas*) é o de ajoelhar-se perante a espontaneidade, o de não compreender que a espontaneidade das massas exige de nós, socialdemocratas, uma elevada consciência” (LENINE, 1982, p.116). Para alcançar o nível da consciência revolucionária, dizia Lênin, deve-se buscar enxergar além da “cinzenta luta cotidiana.”

Vejamos como Lênin dá continuidade a seus argumentos em *Que Fazer?*. Ele defende que os intelectuais teriam um papel crucial na elevação da consciência proletária. O marxista russo sublinha que os intelectuais revolucionários devem estar conscientes das especificidades de suas atribuições para que possam contribuir efetivamente, e não confundir-se com as funções de um militante prático. Para ele,

“é necessário que os intelectuais nos repitam menos o que nós próprios sabemos, e que nos dêem mais daquilo que ainda ignoramos, daquilo que a nossa experiência ‘econômica’ e fabril nunca nos ensinará: os conhecimentos políticos. Estes conhecimentos só vós, os intelectuais, podeis adquirir-los, e é dever fornecer-no-los cem e mil vezes mais do que até aqui o tendes feito; além disso, não os deveis fornecer apenas sob a forma de raciocínios, brochuras e artigos (que frequentemente – desculpai a nossa franqueza! – são um pouco maçudos), mas

indispensavelmente sob a forma de *denúncias* vivas de tudo aquilo que o nosso governo e as nossas classes dominantes fazem atualmente em todos os aspectos da vida. (...) não vos prosterneis tanto perante a espontaneidade e pensai mais em elevar a *vossa própria* atividade, senhores!” (Idem, p.131-132).

O revolucionário russo considera o papel dos intelectuais como mediadores entre as massas em luta e a esfera política – entendida esta como o campo da generalidade no qual a classe operária pode perceber criticamente os movimentos e as contradições da sociedade e adquirir sua própria experiência política. Na visão de Lênin, a atribuição dos intelectuais consiste em trazer a luta espontânea (econômica) das massas para o campo da política (da luta pelo poder), isto é, levando-as aos processos de aprendizagem revolucionária mediante a luta e as alianças entre as classes em disputa pelo poder no âmbito da sociedade em seu conjunto (SANTOS, 2008).

A propósito do papel dos intelectuais em processos mobilizatórios com objetivos revolucionários, Lênin trava um tenaz debate com os “economistas”, que defendiam a tese de que a consciência política dos operários poderia ser desenvolvida de dentro, ou seja, a partir de sua própria luta econômica. O marxista russo considerava a consciência adquirida na luta corporativa como ponto de partida para a construção da consciência revolucionária socialista. Para ele, “a consciência política de classe não pode ser levada ao operário *senão* do *exterior*, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões” (LENINE, 1982, p.135). Esse era o corolário do axioma relativo à impossibilidade de a classe operária obter por si mesma a consciência socialista no transcurso de suas lutas.

O líder da Revolução Russa distingue a luta econômica dos operários da luta política da social-democracia (como mencionado, o movimento revolucionário da sua época), pois esta última seria mais abrangente e teria a mediação intelectual como condição necessária para a sua existência²³. Os revolucionários russos, dizia Lênin, estariam “atrasados em relação ao ascenso espontâneo das massas”. Por essa razão, deveriam se esforçar para compreender esse processo e apontar as ações futuras num sentido político e não apenas econômico-sindical e por interesses de grupos.

Como observa SANTOS (2008), para Lênin, o contexto para o aprendizado revolucionário seria aquele do campo da generalidade, entendido, como já referido campo no qual as diferentes classes sociais se chocam e se relacionam em disputa pelo poder. Deste modo, os intelectuais teriam a função de fazer com que os operários avançassem de suas demandas imediatas para o contexto político (nacional e internacional). Para Lênin, a social-democracia russa, ao organizar as campanhas de denúncia dirigidas a todo o povo, poderia atingir o papel de vanguarda ou destacamento avançado das lutas sociais e revolucionários daquele seu tempo.

Como podemos ver, Lênin atribui grande importância ao trabalho teórico no processo de ação revolucionária. Ao citar, no livro *Que fazer?*, um trecho do texto de Marx “Crítica ao Programa de Gotha”, Lênin lança sua fórmula famosa: “sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário” (LENINE, 1982, p.135).

Em apoio a essa idéia do papel dos intelectuais na revolução, o marxista russo inclusive cita a observação de Engels feita aos socialistas da Alemanha no final do século XIX:

²³ Santos chama a atenção para o trecho em *Que Fazer?*, no qual Lênin cita a insistência de Engels segundo a qual a luta socialista possuía três frentes: a política, a econômica e a luta teórica (SANTOS, anotações de aula 2008).

“Em particular, os dirigentes deverão instruir-se cada vez mais em todas as questões teóricas, libertar-se cada vez mais da influência da fraseologia tradicional, própria da antiga concepção de mundo, e ter sempre presente que o socialismo, desde que tornou uma ciência, exige ser tratado como uma ciência, isto é, estudado. A consciência assim alcançada e cada vez mais lúcida deve ser difundida entre as massas operárias com zelo cada vez maior, deve consolidar-se cada vez mais fortemente a organização do partido e a dos sindicatos...” (LENINE, 1982, p.136).

Ao realçarmos a importância das ideias de Lênin no campo marxista, temos que atentar para duas características de sua teoria do partido. Por um lado, ele se inscreve na tradição de Marx e Engels trazendo (e radicalizando) as reflexões dos fundadores do marxismo para os dilemas revolucionários de seu tempo. Por outro, também podemos perceber que, como já citamos, sua teorização se refere a uma sociedade historicamente determinada – a Rússia da passagem dos séculos XIX-XX, país diversamente da Inglaterra (que serve de modelo a Marx e Engels em *O Manifesto Comunista*), de baixo desenvolvimento situado na periferia capitalista, contexto, como já observou Santos, no qual o tema do partido assume papel fundamental.

Vejamos agora as ideias de Gramsci, o teórico marxista que abordou a relação teoria-prática sob outro registro, do qual podemos visualizar a noção de cultura popular nos processos revolucionários do capitalismo mais desenvolvido.

Em uma passagem de *Materialismo histórico e à filosofia de Benedetto Croce*, Gramsci contesta o equívoco de que o intelectual seria o único capaz de “saber”:

“É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são ‘filósofos, definindo os limites e as características desta ‘filosofia espontânea’, peculiar a todo mundo, isto é, a filosofia que nela está contida” (GRAMSCI, 2006, p.93).

O marxista italiano assim se refere à filosofia espontânea que estaria contida

“no senso comum e no bom senso, na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças. Desta forma, todos os homens são filósofos, porque o pensamento é uma característica inata aos homens. O que caracteriza o intelectual especializado é a capacidade de organizar o pensamento de uma forma lógica e coerente, reconhecendo suas ações como consequência e influenciadora de sua própria sociedade” (idem, p.99)

Nesse sentido, Gramsci entende que todos os homens podem ser chamados de intelectuais, “mas nem todos na sociedade têm a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p.18).

Com tal abordagem, Gramsci insere o tema da cultura popular no campo da teoria marxista da revolução. Para ele, a cultura popular (ou “folclore” como dizia Gramsci) seria composta por idéias desagregadas e incoerentes, com uma natureza atrasada e provinciana. O marxista italiano defende a importância do estudo da cultura popular para a ação política revolucionária entre as massas, libertando-as de sua cultura fragmentada, e levando-as a uma visão do mundo avançada e universalista.

Essa passagem para a fase da crítica e da consciência se daria através da libertação de uma concepção (ou concepções) de mundo imposta (s) mecanicamente pelos grupos sociais dominantes para outra visão que contemplaria o papel ativo das classes subalternas na história. Ao incorporar uma nova visão crítica de mundo, as classes subalternas deixariam de aceitar de forma passiva que outras classes moldassem a sua própria personalidade. Citando o autor:

“Após demonstrar que todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente – já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na 'linguagem', está contida uma determinada concepção do mundo, passa-se ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência, ou seja, ao seguinte problema: é preferível 'pensar' sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, 'participar' de uma concepção do mundo 'imposta' mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode se originar na paróquia e na 'atividade intelectual' do vigário ou do velho patriarca, cuja 'sabedoria' dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?” (GRAMSCI, 2006, p.93-94).

Na perspectiva gramsciana, a concepção de mundo é elaborada em resposta aos problemas colocados pelas diferentes realidades espaço-temporais, que são “bem determinados e ‘originais’ em sua atualidade” (Idem, p.95). Temos aqui a oposição aos esquemas teóricos pré-determinados, que beneficiariam o *status quo* e dificultariam a afirmação de um novo “bloco histórico” expressivo de uma nova formação social.

Para a criação de uma nova cultura, é fundamental a ação dos intelectuais como difusores de verdades já descobertas para possibilitar o que Gramsci chama de “reforma intelectual e moral”, necessária para o advento da nova sociedade socialista. Citando o autor: “O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a

descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais” (Ibidem, p.96).

De acordo com a interpretação de Gramsci, a filosofia seria a superação da “religião” e do “senso comum”, e deveria ser alcançada através do trabalho de mediação política exercida pelos intelectuais. Para o comunista italiano, não pode haver separação entre filosofia e política, uma vez que a escolha e a crítica de uma visão de mundo são atos políticos.

Assim, uma filosofia da práxis só poderia apresentar-se de uma maneira crítica partindo do “senso comum” para níveis superiores de consciência. Gramsci chega a dizer:

“É assim, portanto, que uma introdução ao estudo da filosofia deve expor sinteticamente os problemas nascidos no processo de desenvolvimento da cultura geral, que só parcialmente se reflete na história da filosofia, a qual, todavia, na ausência de uma história do senso comum (impossível de ser elaborada pela ausência de material documental), permanece a fonte máxima de referências para criticá-los, demonstrar o seu valor real (se ainda o tiverem) ou o significado que tiveram como elos superados de uma cadeia e fixar os problemas novos ou atuais ou a colocação atual dos velhos problemas” (Ibidem, p.101).

Para Gramsci, os filósofos expressariam a unidade do espírito humano e os sistemas filosóficos seriam o resultado das contradições que marcaram as diferentes sociedades. Gramsci se refere aos grandes sistemas filosóficos como sistematizadores dos dilemas da sociedade ao longo da história:

“Hegel representa, na história do pensamento filosófico, um papel especial; e isto porque, em seu sistema, de um modo ou de outro, ainda que na forma de ‘romance filosófico’, consegue-se compreender o que é a realidade, isto é, tem-se, num só sistema e num só filósofo, aquele conhecimento das contradições, que, antes dele, resultava do conjunto dos sistemas, do conjunto dos filósofos em polêmica entre si, em contradição entre si” (Ibidem, p.204).

O marxista italiano alude à filosofia da práxis como um desenvolvimento do hegelianismo, pois seria uma “filosofia liberada (ou que busca liberar-se) de qualquer elemento ideológico unilateral ou fanático, é a consciência plena das contradições, na qual o próprio filósofo, entendido individualmente ou em grupo social, não só compreende as contradições, mas coloca si mesmo como elemento da contradição, eleva este elemento a princípio de conhecimento e, conseqüentemente, de ação” (Ibidem, p.204). Essa característica de origem da filosofia da práxis foi completamente desvirtuada através da história pela ação dos diferentes grupos auto-intitulados como marxistas. Isso porque alguns desses grupos entendem as contradições de sua sociedade através de esquemas pré-determinados, não considerando a eles próprios como parte destas mesmas contradições.

De acordo com o pensamento de Gramsci, a unidade entre a filosofia “superior” e o “senso comum” é possibilitada pela política. Tal unidade é necessária para o surgimento de um bloco intelectual-moral que possibilite um progresso intelectual de massa dando curso à transformação da sociedade. Temos aqui a construção da categoria de hegemonia, que representa, “para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma

concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (Idem, p.104).

Gramsci trata da necessidade de todo bloco social de manter sua unidade em torno de uma determinada ideologia. O autor cita a Igreja Católica como exemplo de uma instituição que sempre atuou no sentido de manter sua coesão, evitando a criação de duas religiões: a dos “intelectuais” e a das “almas simples”. Citando o autor:

“A Igreja romana foi sempre a mais tenaz na luta para impedir que se formassem ‘oficialmente’ duas religiões, a dos ‘intelectuais’ e a das ‘almas simples’. Esta luta não foi travada sem que ocorressem graves inconvenientes para a própria Igreja, mas estes inconvenientes estão ligados ao processo histórico que transforma a totalidade da sociedade civil e que contém, em bloco, uma crítica corrosiva das religiões. E isto faz ressaltar ainda mais a capacidade organizativa do clero na esfera da cultura, bem como a relação abstratamente racional e justa que a Igreja, em seu âmbito, soube estabelecer entre intelectuais e pessoas simples” (GRAMSCI, 2006, p.99).

De acordo com o pensamento de Gramsci, os comunistas também deveriam promover a unidade entre a alta e a baixa cultura, através de seu trabalho intelectual com as massas subalternas.

Assim, os intelectuais teriam a função de cimentar os diferentes níveis de um determinado “bloco histórico”, através da ação de indivíduos especializados em relacionar a teoria à prática:

“Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (Idem, p.104).

Segundo a interpretação do comunista italiano, no mundo moderno, os partidos políticos seriam os grandes elaboradores e difusores dos novos valores sociais. Eles fariam o papel do intelectual especializado, porta-vozes da nova formação social, servindo de ligação entre os diferentes níveis da sociedade. Para exercer essa função, esses atores devem romper com os valores da velha sociedade:

“Se os ‘novos’ intelectuais se colocam como continuação direta da *intelligentsia* precedente, não são verdadeiramente ‘novos’, isto é, não são ligados ao novo grupo social que representa organicamente a nova situação histórica, mas são um rebotinho conservador e fossilizado do grupo social historicamente superado (o que, de resto é o mesmo que dizer que, a nova situação histórica ainda não atingiu o grau de desenvolvimento necessário para

ter a capacidade de criar novas superestruturas, mas vive ainda no invólucro carcomido da velha história)²⁴” (Idem, p.125).

Assim, os partidos políticos são considerados pelo marxista italiano como uma espécie de “intelectual coletivo” por excelência do mundo moderno. Isso porque, nos partidos, os atores e as classes sociais se tornam agentes no mundo da generalidade, ultrapassando as fronteiras dos interesses corporativos ou estritamente grupais. Citando Gramsci:

“Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus: um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual (...) No partido político, os elementos de um grupo social econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional” (GRAMSCI, 2001, p.25).

Gramsci considera que o papel dos intelectuais é determinar e organizar a “reforma moral e intelectual” da sociedade. Para isso, é necessário que atentem para a unidade entre a teoria e a prática. O marxista italiano avança a tradição marxista ao observar as especificidades entre o elemento popular e o elemento intelectual, como podemos perceber na citação abaixo:

“O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual sabe, mas nem sempre compreende e, particularmente nem sempre sente. O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo conhecimento em si, mas pelo objeto de conhecimento), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendê-las e, assim, explicá-las e justificá-las em determinadas situações históricas, bem como relacioná-las dialeticamente às leis da história, numa concepção superior do mundo, científica e coerentemente elaborada, que é o saber; Na falta de tal nexos, as relações entre o intelectual e o povo-nação são ou se reduzem a ser relações de ordem puramente burocrática ou formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um corpo de sacerdotes. Se a relação entre

²⁴ Aqui percebemos a influência exercida pelo já citado *Prefácio à Crítica da Economia Política*, escrita por Marx, em 1859, no qual seu autor aborda as diferenças nos ritmos de modernização da superestrutura.

intelectuais e povo-nação, entre dirigente e dirigidos, entre governantes e governados, se estabelece graças a uma coesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, a seguir, conhecimento (não de uma maneira mecânica, mas vivencial), só então a relação é de representação” (GRAMSCI, 1995, p.45).

Através dessa conexão “sentimental” (intelectual-povo), forma-se o “bloco histórico”. Para o marxista italiano, o intelectual deve viver essas contradições, e não valer-se de teorias de uma maneira mecânica e destacada do povo que ele deseja representar. Citando Gramsci:

“De resto, a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social (...). Só através deste contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em ‘vida’” (GRAMSCI, 2006, p.100).

Assim, para Gramsci, um movimento revolucionário deveria surgir da autonomia das massas, através de sua larga dissensão em relação à hegemonia imposta pelas classes dominantes. Essa autonomia precisaria partir do “senso comum” e do “bom senso” à vontade coletiva que se auto-organiza contra a ordem vigente e se contrapõe à subalternidade, como indicado na passagem abaixo:

“uma filosofia da práxis só pode se apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do ‘senso comum’ (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que ‘todos’ são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de ‘todos’, mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente); e, posteriormente, como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que, enquanto individual (e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singulares particularmente dotados), pode ser considerada como ‘culminâncias’ de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular” (Idem, p.101).

Todavia, segundo as reflexões de Gramsci, não é suficiente a negação da ordem social pelas classes subalternas para a eclosão de movimentos revolucionários. É necessário que ocorra um processo de reorganização da vida material e cultural. Assim, a negação da velha

ordem social deve vir acompanhada da elaboração de uma nova subjetividade para alimentar o projeto de uma nova sociedade. Essa nova subjetividade deve partir das contradições do real, dos fragmentos dos valores das classes subalternas. Para a realização dessa tarefa é necessário que ocorra uma ampla “reforma moral e intelectual”, através de uma reorganização da vida material e cultural que supere a cultura das velhas classes que exerciam hegemonia na sociedade. (Idem, p.103).

Para o filósofo italiano não é possível conceber a categoria de subalternidade e a luta por emancipação dos grupos dominados dissociada dos grupos intelectuais. Assim como os valores das classes subalternas não podem estar dissociados das formas de domínio que lhe são impostas por meio das ações dos grupos intelectuais das elites dirigentes, também a negação e a superação da condição subalterna não podem ocorrer sem a constituição de um grupo intelectual autônomo tecido pelas próprias classes subalternas. Deste modo, as classes subalternas deveriam produzir um corpo de intelectuais saídos de seu interior e que deveriam agir em busca de seus próprios interesses.

Com efeito, Gramsci faz alusão aos “intelectuais orgânicos” da burguesia e aos intelectuais imprescindíveis às classes subalternas: “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, se cria juntamente, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não só no campo econômico, mas também no social e político” (ibidem).

Como afirmamos no início deste capítulo, procuramos reconstituir o tema da relação teoria-prática em Marx e Engels, em Lênin e em Antônio Gramsci. No entanto, ao utilizar como referencial teórico textos escritos em períodos distantes do nosso tempo, temos que atentar para suas contribuições de caráter geral, e não cairmos no erro de transpor sem critérios as suas categorias para os interesses de nossa tese. Além disso, temos que estar atentos para identificar as preocupações que levaram esses clássicos a elaborar as suas obras como “respostas” às questões surgidas em seus respectivos contextos espaço-temporais.

Como já foi dito anteriormente, Lênin radicaliza a função do partido em relação à Marx e Engels, uma vez que para estes últimos a mediação revolucionária não era imprescindível para o desenvolvimento da classe operária. Eles concebiam a consciência revolucionária como resultado do próprio desenvolvimento histórico e das suas lutas sociais. Recordemos que Marx e Engels, em seus textos aqui tratados, não se detiveram a uma sociedade historicamente definida, como foram os casos de Lênin (a Rússia da virada dos séculos XIX-XX) e Gramsci (a Itália em seu período de unificação), cuja referência ao tema partidário estava no centro de suas preocupações.

Enquanto Lênin e Gramsci tinham como preocupação responder a questões de caráter prático ou histórico, como aquelas relacionadas ao tema partidário, Marx e Engels voltaram as suas atenções para o surgimento (revolucionário) e a expansão do capitalismo mundial, não tendo nas passagens acima citadas de *O Manifesto Comunista* a preocupação de elaborar análises e estratégias para a ação em sociedades historicamente determinadas, embora os clássicos tenham se servido da Inglaterra como caso emblemático de sua descrição de revolução burguesa apresentada no capítulo 1 do famoso livro (SANTOS, 2009b).

Podemos citar a seção 4 do *Manifesto Comunista* – “Posição dos comunistas diante dos diversos partidos de oposição” – como a parte do livro em que os clássicos fundadores do marxismo fazem alusão a algumas sociedades historicamente determinadas como, por exemplo, os EUA, a França, a Suíça e a Alemanha. Marx e Engels traçam nessas três páginas os diferentes cenários e as respectivas táticas dos comunistas. “Os comunistas lutam pelos

objetivos e interesses mais imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, representam no movimento atual o futuro do movimento” (MARX & ENGELS, 1998, p. 40).

Como destacamos ao longo deste capítulo, Marx e Engels valorizaram os comunistas como a “fração mais decidida do movimento operário”, tendo a função de apoiar “em toda parte todo movimento revolucionário contra as condições sociais e políticas atuais (...) e pela união e o entendimento entre os partidos democráticos em todos os países” (Idem, p.41).

As ideias gerais dos clássicos do campo marxista sobre a relação teoria-prática apresentadas neste capítulo nos servirão como referência para compreender os fundamentos das críticas de José de Souza Martins aos grupos de mediação das mobilizações agrárias brasileiras, do tempo mais distante e dos anos mais recentes.

O sociólogo da USP vai deter-se no campo marxista por ser este o referencial dos protagonistas mediadores por ele criticados, como o PCB (no passado) e o MST (nos anos mais recentes). Esses mediadores partiriam de uma visão urbana para tratar dos impasses nas mobilizações agrárias mais contemporâneas. Martins também critica os mediadores dos movimentos sociais agrários (do passado e do presente) cobrando atenção dos mesmos para as temáticas relacionadas ao par teoria-prática, para que suas ações não contribuam para o bloqueio (ao invés de acelerar) do processo de busca da autonomia por parte das classes subalternas do espaço agrário brasileiro.

Teremos presente ao longo da presente tese as argumentações de Gramsci sobre a importância da consideração da cultura popular para as mediações visando à transformação da sociedade. Como vimos, o intelectual italiano não defende uma adesão cega aos valores da cultura popular, e sim uma mediação intelectual que estabeleça a conexão entre os diferentes níveis culturais. Deste modo, o marxista valoriza a cultura popular de uma maneira “instrumental”, defendendo a necessidade de, partindo dela, elevar a consciência das classes subalternas, e não concebendo os valores populares como ponto de chegada do processo emancipatório.

Voltemos para as considerações de Santos em relação ao sociólogo da USP. O professor da UFRRJ argumenta que, desde o início de sua publicística, Martins “tem em mente a interlocução entre o marxismo e a sociologia. É esta conexão mais inclusiva – eis uma linha investigativa das mais estimulantes – que redimensionaria o ponto de partida do constructo agrarista do sociólogo rural, anunciado desde cedo com amparo rigorosamente marxiano” (SANTOS, 1999, p.12). Aqui está a sugestão de investigação que valoriza as ideias do campo marxista para o estudo das relações entre os intelectuais e as mobilizações das classes subalternas no espaço agrário brasileiro.

PARTE II
O SENTIDO DOS TEXTOS AGRÁRIOS DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Capítulo 3: As origens dos movimentos camponeses brasileiros e o significado da luta pela terra

Neste capítulo apresentaremos algumas obras de Martins que apontam para os propósitos desta tese: a sua interpelação – na condição de sociólogo – às agências de mediação dos movimentos de trabalhadores rurais. Para evidenciar nosso interesse temático destacaremos algumas partes dos textos do autor que realçam a associação entre a questão agrária e a ação política no espaço rural brasileiro.

Traremos os principais pontos da dissertação martiniana sobre o mundo rural brasileiro e sua visão sobre os camponeses. Essa visão fundamentou teoricamente a mediação católico-camponesa daqueles anos 1980.

Nos textos que citaremos neste capítulo, Martins apresenta as suas intenções como publicista e de certa forma enquanto mediador, uma vez que levam reflexões suas sobre aquelas lutas camponesas para a esfera acadêmica e daqui retorna à esfera de mediação – no caso a partir da ação católica – com o propósito de influir nas mobilizações agrárias.

Os textos que compõem os livros aqui referidos foram escritos entre os anos de 1978 e 1989 e representavam diferentes pontos da visão de Brasil do autor. Essa interpretação foi elaborada ao longo de suas intervenções aos mediadores políticos dos movimentos de trabalhadores rurais do pré-64. Tais escritos podem ser inseridos nos três primeiros movimentos da obra de Martins apontados por SANTOS (1999)²⁵. Pretendemos realçar alguns pontos-chave que mostram que eles foram redigidos com o intuito de responder às questões que surgiam com o desenvolvimento daqueles movimentos que tinham suas ações mediadas por agentes ligados à Igreja Católica ao iniciar-se o último quartel do século XX.

Podemos considerar o sociólogo da USP como um dos elaboradores da mediação católico-camponesa naquela passagem dos anos 1970-80. Como já comentamos, nos anos 2000, Martins passa a ter papel de crítico desta mesma mediação que ajudara a se constituir, sendo essa característica de sua trajetória intelectual, a que mais chamou a nossa atenção para o recorte do tema e o desenvolvimento da presente tese.

Para auxiliar na formulação da mediação católico-camponesa, o autor utilizou a bagagem teórica acumulada nos anos do Grupo da USP, sobretudo como participante da equipe de sociólogos que trabalharam com Florestan Fernandes. Além dessa bagagem acadêmico-intelectual, ele soube aproveitar as oportunidades resultantes de seu contato com os movimentos sociais aos quais prestava assessoria, no contexto da ação pastoral da Igreja Católica.

Na passagem dos anos 1970-1980, é nítido este duplo exercício de Martins: a produção acadêmica aliada à função de assessor da CPT. Os textos deste período refletem esta conexão academia – movimentos sociais, com a elaboração de um argumento sociológico para justificar teoricamente a relevância do campesinato ao longo da história brasileira e também sugerir parâmetros de ação mediadora no mundo rural, segundo o autor, mediação de novo tipo.

Esse início da interpelação de Martins teve o agrarismo do PCB como alvo de suas críticas:

“O autor pretendia denunciar os últimos dias do agrarismo comunista erosionado por uma nova

²⁵ Raimundo Santos cita os quatro movimentos da trajetória de Martins. São eles: “1) a querela com o PCB (especialmente os textos de 1980); 2) a revisão do problema agrário a partir do marxismo de *O Capital*; 3) a introdução do tema da cultura popular na “revolução camponesa” (os escritos de meados dos anos 80); e, afinal, 4) a fase de sua nova tematização da questão da “contemporaneidade do velho e do novo”, seja retomando a “antiga” questão da territorialização dos industriais do pós-64, seja reproblematicando o velho tema da via de nossa modernização burguesa, nos seus ensaios de sociologia de história lenta”.

situação que só um marxismo de rigor metodológico, bem próprio dos anos 70 e ainda daqueles inícios dos 80, podia desvendar. O seu cálculo político era o de que, à medida que se impusera uma nova leitura do pós-64, mostrando como o capital aprofundara a sua territorialização, alargara a extração de renda da terra para encorpar os lucros e garantir estabilidade dos seus negócios, e daí se evidenciasse o anticapitalismo camponês, não havia como deter o falecimento da velha concepção ‘operária’ do PCB. Os tempos exigiam o novo movimento de ‘ouvir o campesinato’, tanto em sua própria fala quanto através de mecanismos intelectuais aptos para decodificar e enunciar o sentido seminal de um novo modo de pensar a resistência ao ‘capitalismo agrário’ pós-64” (SANTOS, 1999).

Os livros aqui referidos são os seguintes: *O Cativo da Terra*, 1979, *Expropriação e Violência (a questão política no campo)*, 1980c. *Os camponeses e a política no Brasil*, 1981^a. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil* (Terra e poder: o problema da terra na crise política), 1984; e *Caminhada no chão da noite*, 1989.

O autor desconstrói a cultura política leninista do PCB, partido que, segundo SANTOS (1999), ao seu tempo fazia uma interpelação camponesa a partir da política. Em seu lugar iria surgir uma nova forma de interpelação baseada nos valores culturais. Para este autor, é necessário que se atente para

“os termos do deslocamento temático que estaria ocorrendo na nossa bibliografia de maior vocação publicística: o abandono da interpelação dos camponeses a partir da política, típica do pré-64, em favor de um novo modo de pensar o problema agrário, que vem se diversificando no decorrer dos anos 70 e 80. Enfoques que vão importar desde a substituição da chamada vulgata marxista-leninista dos PCs (colocando no lugar da ‘burguesia nacional’ a figura do ‘capital’; revelando este último ‘aliado urbano’ como o invasor/*subsunsor* do mundo rural) até a tematização camponesa, fora da cultura leninista, seja na ótica dos valores (como no caso da atuação da Igreja), seja na antropologia; diversificação, inclusive, induzida pela autonomização das ciências sociais e seus métodos (história de vida, história oral)” (SANTOS, 1999).

Para Santos, o deslocamento de uma interpelação camponesa pela política para outra baseada nos valores culturais, no caso religioso, pode ser entendida como uma espécie de *segundo debate agrarista*, segundo em alusão aos debates travados entre o PCB e Francisco Julião na segunda metade dos anos 1960²⁶.

²⁶ O “primeiro debate agrarista” teria tido a participação de atores como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e autores da CEPAL (Comissão Econômica para a América

Como já afirmamos, Martins assumiu a posição de importante publicista neste *segundo debate agrarista*. Seus textos foram fundamentais para a formação de uma geração de intelectuais dedicados aos estudos sobre os processos sociais e econômicos ocorridos no espaço agrário brasileiro (SANTOS, 1999). A preocupação com o tema da mediação perpassa grande parte dos seus textos entre a segunda metade dos anos 1970 e toda a década de 1980. Foi particularmente esse o ponto de sua obra que despertou o nosso interesse em pesquisar a sua crítica às diferentes interpretações das agências de mediação sobre os movimentos camponeses e as consequências das mesmas para o desenvolvimento das lutas sociais no espaço agrário brasileiro.

Sua explanação sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário brasileiro é fundamentada na crítica ao nacional-desenvolvimentismo, como veremos mais detidamente no capítulo 5. O sociólogo da USP defende que a falta de uma crítica acerca da concepção de desenvolvimento como desenvolvimento das forças produtivas fazia com que os mediadores não contestassem o ideário nacional-desenvolvimentista prevalecente entre as esquerdas no pré-64. Como consequência desta ausência, os grupos políticos que realizavam função mediadora nos movimentos sociais do espaço agrário não podiam enxergar o dinamismo e a autonomia organizativa das mobilizações camponesas, pois, por conta daquele ideário, tinham suas atenções voltadas para a formação dos sindicatos rurais.

Nos textos que trabalharemos neste capítulo, Martins aparece expondo sua interpretação sobre a natureza do capitalismo brasileiro, apontando para os dois pontos centrais de sua argumentação: o predomínio da renda da terra no entendimento da questão agrária e a forte valorização da cultura camponesa nos processos mediadores por ele defendidos.

3.1. Renda da terra e luta pela terra: o argumento presente em *O Cativo da Terra*

Em 1979, José de Souza Martins lançou o livro *O Cativo da Terra* contendo o resultado de suas pesquisas sobre o ritmo das formas de expansão do capitalismo no Brasil mais contemporâneo. Os textos deste livro contradizem as interpretações segundo as quais a crise e a abolição do trabalho escravo teria resultado no assalariamento como única forma de remuneração da força de trabalho livre.

Muitos pesquisadores passaram a defender que o regime de colonato – formado principalmente por imigrantes italianos – era caracterizado pela existência do assalariamento como forma dominante de remuneração, tendo essa parte do mundo rural brasileiro (São Paulo) passado por um intenso processo de proletarização após a Abolição. Martins denomina essa interpretação como *assalariamento integral*, passando a criticá-la com o argumento principal exposto em *O Cativo da Terra*.

Latina e o Caribe). Este debate tratou do desenvolvimento da agricultura brasileira, e buscou compreender a natureza da mesma como feudal ou capitalista. (SANTOS, 1999).

As interpretações deste período foram baseadas nos modelos clássicos, através de uma visão etapista, em que a transição do feudalismo para o capitalismo teria as mesmas características independentemente de seu contexto espaço-temporal. Na interpretação pecebista, a sociedade brasileira deveria destruir os resquícios feudais ainda hegemônicos no espaço agrário. Para a modernização das relações econômicas e sociais seria necessária uma aliança entre a burguesia e o proletariado para se contrapor à elite latifundiária, representante dessa realidade feudal e “atrasada”.

Como vimos no capítulo 1 da presente tese, neste mesmo período desenvolvia-se a interpretação da Escola de Sociologia da USP, baseada na crítica ao ideário leninista preconizado pelo PCB.

O sociólogo da USP realiza a pesquisa sobre o colonato simultaneamente com a pesquisa sobre a industrialização de São Paulo, expressando dessa forma a sua intenção em investigar as diferentes formas assumidas pelas relações de trabalho com a expansão do capitalismo nacional em seu centro mais dinâmico.

Para Martins, após a criação da Lei de Terras (1850), tivemos o surgimento de novos mecanismos de sujeição dos trabalhadores, como a “escravidão por dívida”. Isso porque, ao financiar as despesas de viagem dos imigrantes, o latifundiário se via no direito de determinar seu ir e vir. Apenas com a intervenção do Estado, que passou a se responsabilizar pela “importação” da mão-de-obra, “foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo-se a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando-se as condições para que se instituisse o trabalho livre e o mercado de trabalho” (MARTINS, 1993, p.66).

José de Souza Martins lembra que, enquanto no período colonial, a acumulação de capital se dava com o tráfico de escravos, após a abolição da escravatura, a acumulação de capital passou a se constituir por meio do trato do cafezal. Entretanto, “com um regime de trabalho assalariado essa acumulação não teria sido possível na forma e na escala em que se deu” (idem, p.75). Desta forma, o autor contesta duas idéias muito difundidas pela bibliografia dedicada aos estudos sobre a natureza do capitalismo brasileiro: a que defendia o caráter feudal de nosso mundo rural e a que concebia o assalariamento como a única forma de remuneração dos trabalhadores sob o regime de colonato.

Em *O Cativo da Terra*, percebemos a preocupação de Martins em assinalar as especificidades do capitalismo no Brasil, sobretudo em relação aos denominados modelos clássicos. Para ele, a noção de formação econômico-social foi totalmente desfigurada e petrificada pelo raciocínio positivista. Autores clássicos, como Marx e o próprio Lênin:

“empregavam (a noção) em relação à totalidade do processo social do capital e à totalidade do capitalismo, mas não em relação a uma região determinada ou a um país determinado. O núcleo da formação não é o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual, não o desenvolvimento *econômico* desigual das análises dualistas produzidas na perspectiva economicista e sim **o desenvolvimento desigual das diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade**” (Idem, p.2-3, grifos nossos).

O professor da USP realiza esforços no sentido de compreender as diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade, buscando sempre associar as suas análises sobre a questão agrária com a expansão do capitalismo para o mundo subdesenvolvido, vendo esse processo como uma das faces do capitalismo mundial. Essa interpretação é uma herança da influência deixada pelas orientações metodológicas do Grupo da USP, através da já citada adoção de um marxismo de rigor metodológico que estudava o pensamento de Marx, sem recorrer a uma interpretação Brasil (SANTOS, 1999).

Dáí José de Souza Martins retoma observação de Marx de que o próprio capital engendra e reproduz relações não-capitalistas de produção. A análise de Marx sobre a renda territorial foi a sua principal orientação para compreender a natureza rentista do capitalismo brasileiro, tendo a propriedade da terra assumido o papel de centro dinâmico de acumulação de capitais. Isso porque a ação do capital não destrói a renda da terra nem mantém intacto o seu caráter pré-capitalista – “transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada” (MARTINS, 1993, p.3).

Em tal perspectiva, Martins aponta a importância de tratar o escravo com *renda*

capitalizada e não como capital:

“O regime escravista apóia-se na transferência compulsória de trabalho excedente, sob a forma de capital comercial, do processo de produção para o processo de circulação, instituindo a sujeição da produção ao comércio. Entretanto, **como o lucro do fazendeiro é regulado pelo lucro médio, o seu cativo não representa uma forma pré-capitalista de renda – trata-se efetivamente de renda capitalizada, de forma capitalista de renda, renda que se reveste da forma de lucro.** Exatamente por isso é que o fazendeiro não pode ser definido como um rentista de tipo feudal, um consumidor de rendas” (Idem, p.16, grifos nossos).

Com as mudanças que iriam culminar na extinção do regime escravocrata no Brasil, a renda capitalizada no escravo é substituída pela renda capitalizada na terra.

Ao discorrer sobre a formação da fazenda de café (após a Abolição) sob o regime do colonato, Martins aponta a conversão da renda de trabalho em capital, indo contracorrente da maioria dos autores que classificava como capitalistas as relações de trabalho do citado regime de produção. Para o sociólogo da USP, a expansão do capitalismo pelo país não era baseado tão somente em relações assalariadas, sendo muitas vezes acompanhado por relações em que o pagamento em dinheiro constituía apenas uma parte da remuneração (no caso específico do colonato a permissão para que os colonos possam cultivar seus alimentos em troca da abertura de novas fazendas).

Com o desaparecimento da sujeição dos trabalhadores ao capital comercial, “se tornaria possível desvendar a importância do monopólio de classe sobre a terra no processo de formação não-capitalista do capital do café” (Idem, p.62). Nesta nova forma de “transformação do capital em renda capitalizada, o grileiro substitui o antigo traficante de escravos” (Idem, p. 69). Os novos mecanismos de retenção dos trabalhadores na terra, por meio da já referida “escravidão por dívida”, são provas de que os trabalhadores não entraram nas relações produtivas como proprietários de sua força de trabalho, como nas sociedades que seguiram o modelo clássico de expansão capitalista (revoluções burguesas clássicas).

Nos novos regimes de trabalho implementados após a Abolição da escravatura, a maior percentagem do capital passa a ser investido no cafezal, e não mais na aquisição de escravos. Por meio do monopólio sobre a terra, o fazendeiro arrendava uma parte de sua propriedade para que os trabalhadores plantassem seus cereais e ali vivessem por quatro anos com sua família. Em troca, teriam que formar o cafezal. O trabalho era a principal forma de capital empregada na fazenda, sendo convertida, segundo Martins, em capital constante, no cafezal:

“De fato, na gênese do capital do fazendeiro estava uma modalidade de renda. Mas, que não se confunde com a exploração pré-capitalista da terra, pois que se convertia imediatamente em capital constante. **Esse é o segredo da acumulação do capital na economia do café. A fazenda produzia, a partir de relações não capitalistas de produção, grande parcela do seu próprio capital.** Nesse sentido é que a grande lavoura se transformou numa indústria de produção de fazendas de café, além de produzir o próprio café” (Idem, p.74, grifos nossos).

Notamos no livro a preocupação de Martins em compreender as especificidades da modernização do capitalismo brasileiro. A crítica do autor à noção de assalariamento integral no campo após a Abolição e a sua proposição da categoria de produção capitalista de relações não-capitalistas para dar conta dos processos sociais da economia do café são as duas contribuições importantes para o entendimento da modernização do mundo rural brasileiro.

Como vimos, o autor defende que o colonato não pode ser classificado como um regime em que o assalariamento é a sua forma de remuneração única, contrariando desta forma as principais análises sobre aquele período. Para ele, a mercadoria que confere um caráter mundial ao capitalismo, pode gerar para garantir a sua própria expansão, relações não-capitalistas, como no caso do mundo rural brasileiro.

Essa construção do autor serviu de base para as suas intervenções desde o chamado *segundo debate agrarista* até as últimas controvérsias agrárias, já no início do presente século. Depois daquela intervenção de caráter mais teórico em *O Cativo da Terra*, o autor vai buscar nas próprias lutas dos trabalhadores do espaço agrário as respostas para os impasses político-teóricos que ele via nas esquerdas ainda com alguma presença no campo naquele período, como veremos no próximo tópico.

3.2. A proposição da categoria de expropriação

O livro *O Cativo da Terra* concentra o argumento do autor em relação à questão-chave que percorre toda a sua obra e dá sentido à sua participação nas mobilizações agrárias dos anos 1970-80: a renda da terra. Neste mesmo período, o autor passa a tratar de temas diretamente relacionados com os processos por ele presenciados em suas andanças como assessor da CPT. A ensaística de Martins viria somar-se à práxis da Igreja justamente através da valorização da luta pela terra, ponto que o autor realçava em detrimento da luta pela reforma agrária, ênfase que, segundo ele seria decorrente do ideário nacional-desenvolvimentista, como veremos a seguir²⁷.

Vejamos esse ponto em *Expropriação e Violência (1978-1981) e a defesa dos posseiros*, livro composto por textos justamente produzidos durante a participação de Martins em atividades dos movimentos sociais ocorridas em diferentes pontos do meio rural brasileiro entre os anos de 1978 e 1980. A preparação do livro em questão foi uma sugestão do professor Florestan Fernandes. Embora contenha trabalhos bastante diferentes, há duas preocupações que permeiam o volume.

A primeira está relacionada com a necessidade de os mediadores políticos considerarem em suas ações as especificidades da realidade dos trabalhadores rurais, a partir da diferenciação entre duas categorias essenciais: “exploração” e “expropriação”. Citando o autor:

“A distinção que faço entre *terra de trabalho e terra de negócio* foi resgatada da distinção subjetiva que os próprios trabalhadores fazem entre as terras que eles próprios utilizam e terras que o patrão e proprietário utilizam para explorar o trabalhador e para especular – para negar o trabalho. Nessas concepções, a propriedade da terra aparece determinada pelas diferentes relações sociais que lhe dão diferentes sentidos. Esse é o modo de lidar

²⁷Para Raimundo Santos: “Tem-se, assim, na práxis agrária da Igreja e na ensaística de José de Souza Martins, uma valorização da luta pela terra, não só como resistência camponesa à extinção, mas também como denúncia radical do modelo de modernização do pós-64.” (SANTOS, 1999).

sociologicamente com as situações e concepções criadas pela questão agrária. É orientação completamente distinta da orientação economicista que, em face da matéria inanimada, que é a terra, consegue produzir alucinações e a ilusão alienadora de que a terra, enquanto propriedade, é que contém a imanência do movimento, das transformações sociais e políticas” (MARTINS, 1991, p.12).

Essa conceituação do autor pode ser comparada com os textos da CNBB e da CPT. O famoso documento *Igreja e os problemas da Terra* (CNBB, 1980) apontava para aquela realidade vivida pelos trabalhadores, registrando a influência de Martins nos textos agraristas da CNBB²⁸. Podemos entender esse movimento José de Souza Martins – Igreja como um movimento de mão dupla: ao mesmo tempo em que contribui na elaboração de documentos católicos, o autor é influenciado pelo contato com os movimentos sociais agrários estimulados então pela Igreja. Abaixo, temos um trecho do documento acima citado que reflete bem essa relação.

“84. Terra de exploração é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade.

85. Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse. Essas formas de propriedade, alternativas à exploração capitalista, abrem claramente um amplo caminho, que viabiliza o trabalho comunitário, até em áreas extensas, e a utilização de uma tecnologia adequada, tornando dispensável a exploração do trabalho alheio.”

A construção que o autor elabora e utiliza é baseada na crítica à concepção por ele chamada de economicista. Nessa crítica e na proposição de uma interpelação camponesa pelos valores sociais ocorre o encontro do pensamento martiniano com o ideário da Igreja. Neste contexto, a Igreja representa, *mutatis mutantis*, o que o PCB e os sindicatos representaram para Caio Prado Junior (SANTOS, 2009b): o abrigo “institucional” que traria maiores possibilidades de nacionalizar as lutas travadas no meio rural brasileiro.

²⁸ Citando o autor: “... *Igreja e os Problemas da Terra*: a parte sociológica fui eu que redigi”. (MARTINS, in BASTOS et.al., p.72). SANTOS (1999) considera este documento um “evento-fundador” do novo agrarismo brasileiro: “De fato, em fevereiro de 1980, na 18ª Reunião Anual, em seu texto ‘Igreja e problemas da terra’, a CNBB revelara o sentido do que já se vinha praticando em algumas regiões do país: uma pastoral agrária segundo novas orientações. Fazendo o balanço dos cinco primeiros anos da CPT, os bispos brasileiros recolhiam dos ‘casos’-símbolo da época dos anos de chumbo o fundamento para operar a ‘mudança social de lugar’ da Instituição – preferencialmente ao lado dos pobres urbanos e em defesa dos ‘excluídos rurais.’” (SANTOS, 1999).

A preocupação em apresentar um argumento sociológico para a compreensão dos processos relacionados às ações dos novos movimentos camponeses assume uma importância crucial naquele período de intensas transformações na estrutura econômica e social do país. A nova realidade demandava a utilização de conceitos novos para a compreensão de tais mudanças, em especial em seu espaço agrário.

De certa maneira, podemos dizer que, ao abrir o debate sobre a “interpelação pecebista pela política” visando defender uma “interpelação pelo social” própria dos grupos católicos (segundo Santos, esta passagem de uma para outra interpelação definiria o que este autor chama de *segundo debate agrarista*), Martins deu uma nova dimensão à controvérsia agrária, pois tirou o foco do economicismo e introduziu questões de natureza sociológica. Tivemos assim uma espécie de “humanização” do debate sobre a questão agrária brasileira, com a proposição de uma perspectiva de análise que combinava a tradição marxista aos valores culturais camponeses através da mediação da sociologia e da influência no autor exercida por Lefebvre, como mencionamos no tópico 2 do capítulo 1.

A valorização de elementos que estão presentes na prática dos trabalhadores rurais e que não seriam percebidos pelos diferentes grupos de mediação constitui uma importante contribuição do autor para o *segundo debate agrarista*. Ao considerar aspectos do cotidiano dos trabalhadores rurais, como a religiosidade popular, seria possível reconhecer as especificidades de suas lutas e propor novos métodos de ação mediadora. Neste ponto o sociólogo da USP iria recorrer aos conceitos gramscianos de “classes subalternas” e de “folclore” (cultura popular)²⁹.

Essa preocupação de José de Souza Martins está relacionada ao que ele chama de desconhecimento da realidade camponesa por parte dos integrantes dos grupos de mediação das mobilizações agrárias. As ações mediadoras desses grupos partiam das demandas do universo urbano, não atentando para as diferentes realidades das distintas frações das classes subalternas. Citando o autor:

“Os fundamentos da conduta e da consciência do lavrador do campo são completamente diferentes. **Um camponês não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, porque ele é socialmente outra pessoa, isto é, pertence à outra classe social, cujas relações sociais são de outro tipo, cujos horizontes e limites são outros.** Esperar que os lavradores do campo, os posseiros, os arrendatários, os colonos, os parceiros, os pequenos proprietários, ajam como se fossem operários, aprendam a pensar como a classe operária, é esperar o impossível” (MARTINS, 1991, p.15, grifos nossos).

Este é o principal aspecto a frisar no livro *Expropriação e Violência*: enquanto nos conflitos sociais existentes nas grandes cidades prevalece o processo de exploração, naqueles que ocorrem no campo a expropriação assume a forma dominante de espoliação dos trabalhadores. Para sintetizar sua crítica aos grupos mediadores, Martins afirma: “Desde logo, é sério engano propor a *exploração* e não a *expropriação* como eixo principal da questão política no campo, como seria grave erro político colocar a expropriação e não a exploração como eixo da questão política na cidade” (Idem, p.20).

²⁹ Mais adiante, o intelectual italiano vai permitir-nos avaliar essa ênfase cultural na práxis agrária sustentada por Martins.

No Brasil, conheceríamos uma articulação simultânea dos dois processos acima citados, ainda que em espaços distintos. “O mesmo grupo econômico, nacional ou multinacional que utiliza técnicas sofisticadas e contratuais na *exploração* do trabalho do operário em São Paulo ou nas grandes capitais européias, utiliza a violência do jagunço, sobrepõe o poder privado ao poder público, para *expropriar* o posseiro na Amazônia, e até mesmo emprega o trabalho escravo para abrir suas fazendas” (Idem, p.17).

O professor da USP articula a expropriação do posseiro no espaço agrário com as ações das transnacionais, através da visão da totalidade vindas da leitura de Marx e Engels e da metodologia proposta pelo Grupo da USP. De acordo com essa visão de Brasil, os processos então existentes no espaço agrário brasileiro não podiam ser comparados com os que se deram no mundo feudal europeu. Ao contrário, as pesquisas do Grupo da USP apontavam tais processos como integrantes da expansão do capital pelas diferentes regiões do mundo.

Podemos perceber a crítica direta contra aqueles (como, por exemplo, o PCB) que defendiam, não apenas a natureza feudal dos processos que ocorriam no campo brasileiro, como também a aliança dos trabalhadores do campo e da cidade com a burguesia nacional. Neste ponto Martins estaria concordando com Caio Prado Júnior. Citando Santos:

“Ao mesmo tempo em que procura ser uma resposta à nova realidade da modernização pós-64, no argumento de Martins flui a sua rejeição tanto ao paradigma pecebista dos ‘restos feudais’ quanto a mais clássica crítica deste, ou seja, aquela que Caio Prado Jr. lhe opôs com a sua teoria da concentração da força de trabalho nos ‘grandes domínios rurais’ e nas grandes empresas. **Para Martins, um e outro eram discursos marcados por um ‘entendimento estrangeiro de destino do camponês’ e não passavam de uma interpretação ocidentalizada do processo brasileiro.** Era a essa concepção de ser estranho à política, condenado a desaparecer, que Martins atribuía a idéia de camponeses como grupo que necessitava da condução de outra classe (MARTINS, 1981b, p.12). A ela Martins filiava a práxis pecebista que terminara sendo uma estratégia que lhes negava o direito de ‘se expressar politicamente, de manifestar os termos da sua aliança com a classe operária sem a mediação de uma perspectiva política distorcida pelo compromisso da aliança preferencial com a burguesia, com as classes dominantes, com o governo e com o desenvolvimento da democracia burguesa” (SANTOS, 1999, p.17, grifos nossos).

Para o sociólogo da USP, a articulação entre os processos que ocorriam no campo e na cidade anularia qualquer análise que classificasse como feudais ou pré-capitalistas as relações econômico-sociais existentes no campo brasileiro. Enquanto os exemplos clássicos de modernização capitalista apresentam a expansão do capital ocorrendo através da expropriação e da proletarização, no Brasil “o capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital” (MARTINS, 1993, p.18).

Com as considerações anteriores José de Souza Martins pôde apresentar o seu argumento sociológico para fundamentar a defesa da mediação católico-camponesa. O apontamento das especificidades dos valores socioculturais dos trabalhadores rurais é importante para o reconhecimento de uma identidade bem diferenciada em relação aos movimentos operários. Os nascentes movimentos mediados pela CPT vão se valer desses apontamentos para valorizar as suas ações e criar uma identidade própria frente às mobilizações urbanas³⁰.

A construção dessa identidade política partiu do questionamento da propriedade da terra (mais especificamente em seu formato hegemônico de *terra de exploração*). Os valores culturais mediados pela Igreja foram fundamentais não apenas para esse questionamento como também para conferir significado para a luta pela terra. Para isso foram utilizados símbolos religiosos como a cruz.

Assim, para José de Souza Martins, o direito de propriedade vigente estaria sendo contestado pela prática imediata dos nascentes movimentos sociais. A Igreja – por sua proximidade em relação às populações do campo e capacidade de coesão nacional – teria um papel fundamental nesse questionamento do direito de propriedade, através do entendimento de que a terra é uma dádiva de Deus.

“A terra é, por isso, encarada como um bem coletivo, destinado ao serviço e ao trabalho do homem. A terra não deve ser um meio para escravizar o homem, mas um meio para libertá-lo da opressão, da fome, da injustiça. **Está presente nessa interpretação, comumente encontrada nas regiões sertanejas, um aberto questionamento do princípio de propriedade que tem vigência em nossas leis, o que nos coloca diante da necessidade política de um claro entendimento do que está acontecendo e do que fazer nesta situação**” (Idem, p.107, grifos nossos).

Essa argumentação do professor da USP serviu como base para a sua crítica aos métodos de ação dos grupos que realizavam a mediação política dos movimentos de trabalhadores rurais até o início dos anos 1980. Como insistia o autor, as interpretações hegemônicas estavam baseadas nos valores urbanos e desenvolvimentistas, o que não permitiria aos mediadores tradicionais enxergar a vitalidade e o dinamismo dos movimentos sociais que começavam a surgir naqueles anos 1970-80.

Outra preocupação que perpassa a citada coletânea de ensaios escritos entre os anos de 1978 e 1980 está relacionada com a necessidade de estabelecermos as diferenças entre a *luta pela terra* e a *luta pela reforma agrária*.

“Esta última fora iniciada por grupos de esquerda, da classe média urbana, com a chamada ‘abertura democrática’, muitos anos depois que os trabalhadores houvessem reiniciado a luta pela terra em quase todo o país e que os povos indígenas houvessem desencadeado sua corajosa resistência em defesa de seus territórios”. (Idem, p.12).

³⁰ Essa identidade própria construída pela mediação católico-camponesa é uma das principais razões apontadas por inúmeros pesquisadores (Caldart, Fernandes, Medeiros, etc) para a expansão de movimentos mediados pela CPT, sobretudo o MST. A partir da passagem dos séculos XX-XXI, o MST influencia na formação e nos métodos de luta de diversos movimentos sociais urbanos, sobretudo os movimentos de sem-teto.

Frisemos que Martins volta suas críticas para os agentes de mediação oriundos de setores da classe média. Para o professor da CPT, no final dos anos 1970, esses mediadores chegavam atrasados às lutas dos trabalhadores rurais e tentavam imprimir os seus valores às mesmas sem perceber o estágio em que elas se encontram.

Martins considera que, frente ao diversificado quadro de aspirações dos mais distintos grupos de trabalhadores existentes no campo brasileiro, propostas de cunho distributivista e mesmo coletivista presentes nos grupos de esquerda não contemplariam as suas necessidades. A própria reivindicação pela reforma agrária surgiu nos debates acadêmicos e políticos, vindo, portanto, de fora das organizações dos trabalhadores rurais.

O primeiro passo alternativo que deveria ser dado pelos novos mediadores dos movimentos sociais do espaço agrário deveria ser o conhecimento das diferentes realidades existentes no espaço agrário, para que não fossem mais elaborados programas e projetos em desacordo com as demandas dos trabalhadores rurais, que era a característica da mediação que Martins tanto recusava³¹.

“No meu modo de ver, esta é a hora para se discutir menos, mas discutir e ouvir mais – ouvir os pobres do campo, conhecer suas bandeiras de luta e sua luta, ampla e violenta, como tem sido nestes anos todos. Não temos o direito de inventar bandeiras de luta para quem já está lutando, para quem já vê nitidamente o que quer. **Cabe-nos primeiramente ver e compreender. Para que não se repitam os erros anteriores a 1964, quando propostas e alianças foram definidas com escassa participação dos interessados, os pobres e ofendidos do campo**” (Idem, p.42, grifos nossos).

Fica nítida na citação acima a crítica de Martins às mediações predominantes do pré-64, por usarem os trabalhadores rurais em seus projetos de poder (“projetos dos outros”) sem a preocupação de conhecer as suas reais demandas (MARTINS, 1981). A luta pela terra empreendida pelos trabalhadores nos mais diferentes pontos do campo brasileiro seria diferente da luta pela reforma agrária defendida pelos grupos políticos de esquerda com hegemonia do ideário urbano³².

Prosseguindo, a dimensão ética contida na luta pelo trabalho é diferente da dimensão ideológica e quantitativa embutida nos discursos das agências de mediação e dos partidos políticos, e do MST inclusive, como veremos mais adiante na Parte III.

A defesa do direito ao trabalho unificaria as mais variadas formas de luta pela terra existentes no país. Ao resistir à expansão da propriedade privada capitalista tal direito entra em conflito com os pressupostos da sociedade capitalista.

“O saber popular tem construído respostas, tanto no

³¹ Desde a segunda metade dos anos 1990, as próprias lideranças do MST vêm realizando algumas autocríticas sobre a imposição do coletivismo no início da existência do movimento.

³² Citando Leonilde Medeiros: “Enquadrados pelo PCB nesse processo de mobilização e organização como *assalariados*, a demanda de uma parte significativa dos trabalhadores, principalmente os dos *moradores* de engenhos de açúcar e *colonos* das fazendas de café, foi a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo, com a introdução do registro em carteira de trabalho, jornada de oito horas, repouso remunerado, férias, fim do desconto habitação. Em que pese a vinculação com a terra existente no caso dos segmentos de trabalhadores acima referidos e da incorporação do acesso ao lote como um direito, em nenhum momento eles foram pensados pelo PCB por outro viés que não o da relação capital/trabalho, tornando-se a greve sua principal forma de luta. Usando o respaldo da legislação trabalhista, interpunham a mediação da lei às demandas, de alguma forma adaptando-as ao quadro já existente e conformando-as a padrões familiares à linguagem da esquerda” (MEDEIROS, 2002, p.9).

plano da ação quanto no plano da interpretação e do direito, à expansão capitalista da propriedade fundiária, à expropriação, à sujeição do trabalho familiar ao capital e às contradições crescentes produzidas pela expansão do capital” (Idem, p.56).

Como pudemos notar os métodos de ação daqueles movimentos camponeses já existiam e teriam sido “elaborados” pelo saber popular. Aos mediadores caberia reconhecer esta condição, ao invés de tentarem imprimir as suas próprias formas organizativas. Eles teriam que somar o seu aparato institucional aos movimentos que surgiam de forma autônoma, e não “encaixar” os camponeses em seus projetos de poder.

Em suma, a coletânea *Expropriação e Violência* já concentra o cerne da interpretação de Brasil de José de Souza Martins, partindo da realidade existente no espaço agrário brasileiro. Através da valorização dos movimentos de *luta pela terra* e contra a expropriação, o autor irá reconhecer a natureza anticapitalista dos movimentos que surgiam naquele período. Essa postura separa o professor da USP de um grande número de estudiosos do mundo rural do começo dos anos 1980.

Enquanto alguns autores da academia e mediadores de esquerda centravam suas atenções nas lutas dos assalariados agrícolas, o sociólogo da USP iria entender que eram os posseiros que teriam maiores possibilidades de desencadear ações pela terra por todo o território nacional.

Para continuar sua interpretação do mundo agrário, Martins lançou em 1981 um livro com o famoso ensaio “*Os camponeses e a política no Brasil*”, no qual critica diretamente aqueles mediadores através da apresentação de uma dissertação sobre a formação da classe camponesa ao longo da história brasileira.

Os camponeses e a política no Brasil, volume que reúne aquele ensaio e outros textos, é a sua obra mais propositiva no que diz respeito aos temas relacionados à questão agrária e à ação política no campo brasileiro. O ensaio mencionado aborda o período que vai da Abolição da escravatura (1888) até o golpe militar de 1964. Esse corte temporal está relacionado com o fato de que: “O fim da escravidão redefine as condições de existência do campesinato; o golpe de Estado põe fim às alternativas que estavam contidas nas lutas camponesas da época e deixa aberto apenas o caminho da sindicalização” (MARTINS, 1981, p.31).

Partindo da crítica à “concepção burguesa do progresso”, que tem a visão urbano-industrial como guia de análise, o autor pretende resgatar o “lugar histórico e o lugar político” dos camponeses no Brasil. Citando passagens da história, como o fato de serem os camponeses os únicos com experiência de confronto direto com as forças armadas, o autor vê o campesinato brasileiro como uma classe social. Diferente da concepção que considera o campesinato fadado ao desaparecimento à medida que o país se desenvolvesse; ele é apresentado como resultado da expansão do capitalismo no Brasil.

Defendemos então que, a exemplo de outros autores publicistas como Caio Prado Júnior, José de Souza Martins elaborou uma original visão de Brasil. Essa tendência de interpretar a realidade nacional partindo de interpelações aos movimentos de seu período pode ser registrada ao longo da história vivida pelos clássicos de orientação marxista. Podemos citar como exemplos Lênin, Gramsci e, no caso brasileiro, Caio Prado Júnior.

No texto em questão, o professor da USP chama a atenção para o fato de as esquerdas não entenderem as razões responsáveis pela histórica falta de unidade e de continuidade das lutas camponesas no Brasil. Esta dificuldade estaria relacionada com a concepção que tais grupos partidários à época do livro tinham sobre as lutas camponesas. Este processo de incompreensão é denominado como *esquizofrenia doutrinária*, pois os diversos grupos de esquerda que disputavam a hegemonia em relação ao campesinato não dispunham das categorias adequadas para compreender a realidade dos trabalhadores do espaço agrário

brasileiro. A consequência dessa debilidade seria a constante subordinação do campesinato aos arranjos políticos dos grupos que buscavam exercer influência sobre eles:

“O que se liga à suposição de que, no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada – isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social (conservadoramente, à burguesia ou aos proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado). A possibilidade do campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista” (Idem, p.12).

Notamos na citação acima uma forte crítica às concepções economicistas e à consequente ação política baseada em pressupostos formulados para a compreensão de outras realidades espaço-temporais. De acordo com este tipo de concepção, o apoio às lutas camponesas propriamente ditas seria um erro histórico, pois o que decidiria a transformação das sociedades seria o crescimento da classe operária na cidade e no campo. Embora considerando, em tese, tal proposição correta, Martins condena o entendimento da história como sinônimo de desenvolvimento das forças produtivas, valendo-se da concepção de desenvolvimento de Marx:

“A concepção de desenvolvimento com a qual Marx trabalhava não era a do desenvolvimento igual, e sim a do desenvolvimento desigual. É o que permite entender transformações sociais profundas em sociedades, desse ponto de vista, atrasadas” (Idem, p.14, grifos nossos).

Podemos perceber o recurso à obra marxiana para a crítica ao desenvolvimentismo presente nas correntes inspiradas no ideário nacional-desenvolvimentista e ao que Martins (como vimos, inspirado em Lukács) denomina como marxismo vulgar. A utilização das teses de Marx já havia ocorrido em *O Cativo da Terra* para a contestação da tese que pregava o desaparecimento do campesinato, e agora, nesse livro de 1981, voltavam para uma nova interpelação aos mediadores.

José de Souza Martins enxerga no famoso debate marxista russo do final do século XIX sobre o “populismo” as origens do que ele diz ser um processo de desqualificação e subordinação dos camponeses presentes nas controvérsias políticas e acadêmicas, pois aqueles compromissados com as lutas camponesas são constantemente “acusados de populistas”³³. De acordo com Reis (2002), as críticas de Lênin aos populistas no citado debate fizeram com que os defensores das mobilizações camponesas em diferentes países fossem acusados pelos

³³ Citando Daniel Aarão Reis Filho: “O movimento populista na Rússia desdobrou-se ao longo do século XIX (inícios do XX?) e se apresentou, conforme as diferentes conjunturas, com feições bastante diversificadas. Apesar disto, há um certo consenso a respeito de algumas temáticas básicas que lhe conferiram unidade e que têm justificado atribuir o nome de *populista* a diversas práticas e pensamentos presentes na Rússia tsarista do *novecentos*.”

Propunham (os populistas) instaurar uma sociedade alternativa com base numa organização social tradicional dos camponeses russos, a comuna rural, unidade coletiva de raízes antigas, que sobrevivera à emancipação dos servos, tornando até parcialmente fortalecido”. Os populistas propunham (e imaginavam representar) as bases de uma nova sociedade, socialista, através de comunidades autogeridas. Eles propunham “um padrão igualitário, comunitário, solidário, centrado na justiça social, em contraste com as desigualdades, o individualismo e a injustiça prevaletentes nas sociedades regidas pelo capitalismo industrial” (REIS, 2002).

grupos marxistas de populistas. Isso porque o marxista russo, em sua recusa das proposições camponistas dos populistas, denominou suas idéias como *utopia socialista populista*. Reis argumenta que:

“Lenin recusa, em primeiro e principal lugar, o que chama de *utopia socialista populista*. Para os marxistas, sabe-se bem, utopia é um termo essencialmente desqualificador, remete a concepções invertebradas, irrealizáveis, pueris. No caso do populismo russo, que propunha a comuna rural e o camponato, como instituição e classe social alternativas ao capitalismo, o equívoco não tinha cabimento porque, na visão de Lenin, o capitalismo *já triunfara* na Rússia nos anos 90 dos noventa.” (REIS, 2002).

O líder da Revolução Russa, em consonância com as correntes hegemônicas da tradição marxista, concebia a classe operária como única capaz de fazer avançar as lutas de classes em direção ao socialismo. Citando Reis:

“Para os marxistas russos, argumentava Lenin, já vitorioso o capitalismo na Rússia, a classe fundamental alternativa era, evidentemente, a classe operária. O socialismo agrário ou camponês, na melhor das hipóteses, poderia ser considerado um socialismo pequeno-burguês, capaz de assumir um papel histórico nas lutas democráticas, mas impotente para disputar ao proletariado (urbano e rural) a liderança de uma revolução socialista”. (REIS, 2002).

Martins critica a comparação da situação brasileira de então com a realidade da Rússia do final século XIX, analisada por Lênin:

“Lá, o camponato resistia à expansão do capital porque era um camponato apegado, ligado à terra. Era, como comprovava Lênin, um *camponato estamental*, baseado na propriedade comunitária e tradicional da terra. Lá, era *um camponato que não queria sair da terra*, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele, que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo, libertá-lo da comuna, abrir-lhe os horizontes. **Aqui, ao contrário, o camponato é uma classe, não um estamento. É um camponato que quer entrar na terra, que ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso camponato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão**” (MARTINS, 1981, p.15-16, grifos nossos).

Podemos observar que o sociólogo da USP constrói a sua interpretação do campo brasileiro baseado na desconstrução do ideário do nacional-desenvolvimentismo e do marxismo vulgar. SANTOS (1999), entretanto, observa, que:

“Essa interpelação dirige-se mais a uma versão rasteira do marxismo-leninismo – sem nunca se referir ao pecebismo que abria caminho atravessando a "couraça ideológica" de que falava Moisés Vinhas, em dissidência com o campesinismo do ‘Manifesto de Agosto’, e que se afirma progressivamente a partir da ‘Declaração de Março de 1958’ sobre a ‘nova política’ do pós-estalinismo”.

Tendo como norte a categoria de *produção capitalista de relações não-capitalistas*, Martins recusa a noção de *diferenciação do campesinato* para a análise do campo brasileiro. Para os defensores desta noção, o campesinato seria um estamento social que conteria em si as duas classes sociais do futuro inevitavelmente capitalista: a burguesia agrária e o proletariado rural.

Embora reconheça o caráter capitalista contido na nossa própria formação, Martins não aceita as teses que concebem o desenvolvimento capitalista de maneira linear e sem maiores resistências das classes do passado. A luta dos posseiros seria o principal exemplo da resistência camponesa à proletarização integral. O autor chega a citar como exemplo o fato de que muitos trabalhadores para se reproduzir na condição de camponeses recorrem a atividades assalariadas, na maior parte dos casos em trabalhos temporários.

Constatamos nos textos de Martins a preocupação em utilizar os clássicos (como Marx, por exemplo) de uma maneira criativa e adaptada à realidade brasileira, através do confronto com os marxistas ortodoxos. Esse exercício nos permite a reflexão sobre as relações entre a teoria e a prática no tema de mediação dos conflitos agrários. Mesmo quando utiliza autores diretamente relacionados com a sua formação o professor da USP realiza esse exercício de uma maneira crítica. Podemos citar como exemplo o primeiro capítulo de *O Cativo da Terra*, no qual o autor expressa sua contestação das teses de assalariamento integral em relação ao regime de colonato, incluindo a crítica aos autores que o haviam levado a propor a noção de produção capitalista de relações não capitalistas, entre eles o seu mestre maior, Florestan Fernandes.

Quando confronta o caso brasileiro com os caminhos clássicos descritos pelos clássicos da modernização burguesa o autor ratifica as reflexões de Caio Prado Júnior que negam a comparação entre a nossa trajetória e o mundo feudal europeu. Entretanto, ao apontar as especificidades do regime de colonato, Martins apresenta uma perspectiva particular de análise. Para ele, se não podemos comparar essa realidade ao mundo feudal, também não podemos compará-la com o exemplo clássico de modernização agrária, no qual o assalariamento passa a ser a forma de remuneração predominante.

José de Souza Martins entra no chamado *segundo debate agrarista* com o objetivo de apresentar uma visão original de Brasil, partindo de seus estudos sobre a expansão do capitalismo em seu espaço agrário. No entanto, será em *Os Camponeses e a Política no Brasil* que seus textos assumem um caráter de intervenção mais acentuado.

Santos considera que as reflexões do sociólogo da USP compõem uma parte central do segundo debate agrarista (1998, p.38). Como vimos, sua interpretação se contrapõe à visão de Caio Prado Júnior que se tornou conhecido por desconsiderar a importância do campesinato para a evolução das lutas populares no mundo rural brasileiro.

Podemos ver que o citado ensaio de 1981, *Os Camponeses e a Política no Brasil*, concentra o interesse específico desta tese: apresentar José de Souza Martins como um intelectual que escreveu textos de natureza publicista fazendo uma ponte entre o marxismo e a academia. Assim, o autor elaborou a sua interpretação do campo brasileiro partindo da desconstrução das idéias predominantes na esquerda no pós-64. Para tanto o autor procurou desconstruir as categorias até então hegemônicas em boa parte do vocabulário acadêmico e

das agências de mediação.

Podemos citar como exemplos as palavras *camponês* e *latifundiário*. Isso por que:

“São palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais” (MARTINS, 1981, p.22-23).

Segundo MARTINS, para que possamos entender a ação do campesinato brasileiro, temos que partir de sua *exclusão do pacto político*, ou ainda, compreender sua situação histórica como um “ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado” (Idem, p.25). Este tipo de *exclusão ideológica* pode ser comprovada se percebemos que, embora os mais importantes acontecimentos políticos da história brasileira tenham tido os camponeses como protagonistas, tais fatos são “desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais, exceção feita a este ou àquele que por razões profissionais se vê obrigado a saber de certas coisas” (Idem, p.25-26)³⁴.

Martins tem preocupação em resgatar a importância histórica e política dos camponeses ao longo da história do Brasil. A dissertação sobre os conflitos rurais feita no ensaio *Os Camponeses e a Política no Brasil* busca fundamentar as ações camponesas desqualificadas pelos grupos de mediação daquele tempo do livro homônimo. Seu objetivo é desconstruir o ideário desses mediadores através da crítica de suas interpretações da história brasileira sob uma perspectiva que Martins sempre está chamando de evolucionista.

O sociólogo da USP sublinha que, na *perspectiva evolucionista*, os movimentos camponeses são concebidos como pré-políticos. Para transformá-los em movimentos políticos seria necessária uma força de fora que os conduza. Como já aludido, para questionar tal concepção, o autor utiliza esta visão de desenvolvimento histórico de Marx exposta em *Elementos fundamentais para a crítica em economia política* (volume I): “O processo histórico tem na sua essência a contradição que gera e confronta as classes entre si opostas, mas contém também a desigualdade dos ritmos de desenvolvimento histórico, sobretudo a desigualdade entre as relações sociais e a interpretação dessas relações por aqueles que as vivem” (Idem, p.28).

Esse ponto importante das reflexões de Marx permite a José de Souza Martins constatar as diferenciações dos ritmos de desenvolvimento dos diversos grupos políticos e sociais, sempre atentando para a estrutura na qual os mesmos estão inseridos. Em suma, a concepção que nega o papel ativo dos camponeses, segundo o autor, refletiria antes as fraquezas dos “intérpretes” do que um atraso inerente às próprias classes subalternas brasileiras.

O sociólogo da USP apresenta vários exemplos de movimentos camponeses brasileiros, com o intuito de relativizar a caracterização de nossas mobilizações rurais como pré-políticas. Para ele, embora o caráter político tenha sido definido no movimento camponês na passagem dos anos 1940-50, através do movimento sindical e das Ligas Camponesas, tais movimentos se misturam com as mobilizações messiânicas. Esse cruzamento reflete a natureza dos camponeses, ao passo que, para os mediadores, objeto da crítica do autor, tal realidade é vista como um dos elementos afirmadores do atraso das massas camponesas.

³⁴Para corroborar a falta de conhecimento sobre a ação dos movimentos camponeses ao longo da história brasileira, o sociólogo da USP afirma o seguinte: “Ainda é desconhecida a reiterada experiência dos camponeses no confronto com o exército”. (MARTINS, 1981, p.29).

Citando o autor:

“Isso provavelmente tem a ver com o forte caráter de classe média que as lideranças de esquerda sempre tiveram no Brasil e com o forte materialismo racionalista que decorre dessa condição. O que leva as esquerdas, no campo, a fazerem com frequência, até inadvertidamente, do proselitismo político um proselitismo religioso, apresentando o materialismo pequeno-burguês como condição necessária da luta pelo socialismo, como crença que deve ocupar o espaço ocupado pela religião camponesa. **O desconhecimento da vida e da realidade do camponês, e, sobretudo da história dos camponeses, leva a uma superestimação do materialismo**”. (Idem, p.30-31, grifos nossos).

Voltaremos mais detalhadamente no capítulo 5 a tratar a crítica de Martins aos militantes da classe média, responsáveis pela mediação das mobilizações no espaço agrário brasileiro. Entretanto, embora trate do descompasso entre as palavras de ordem dos mediadores e a realidade dos trabalhadores rurais, o autor considera que esse tipo de mediação foi responsável pela libertação dos camponeses em relação ao domínio tradicional e por sua inserção no cenário político brasileiro nos anos 1950 e início dos anos 1960.

Façamos agora referências mais detalhadas a algumas passagens extraídas de três tópicos do ensaio que dá nome ao livro *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Como já referido anteriormente, o autor apresenta o seu argumento com o claro objetivo de intervir nos debates sobre a natureza dos movimentos sociais do espaço agrário brasileiro. Para isso, ele busca as origens do nosso campesinato para fundamentar a sua crítica aos autores que não valorizavam as lutas dos camponeses ao longo da história brasileira.

No primeiro tópico do livro, “As origens sociais do campesinato tradicional”, o professor da USP recorre ao período colonial para argumentar que aqueles que não tivessem “sangue limpo” ficavam excluídos da herança. Ele cita três grupos constituintes do campesinato dos primeiros tempos brasileiros: os índios, os filhos mestiços de brancos e os excluídos e empobrecidos pelo morgadio – regime no qual o primogênito era considerado o herdeiro legal dos bens de um fazendeiro.

Como a concessão da sesmária tinha precedência sobre os direitos de posseiros, desde a época colonial “os direitos dos camponeses que viviam como agregados só eram reconhecidos como extensão dos direitos do fazendeiro, como concessão deste, como questão privada e não como questão pública” (Idem, p.35).

Para compreender as origens dos movimentos camponeses, José de Souza Martins distingue o campesinato brasileiro do período colonial em três grupos: os agregados, os posseiros e os sitiantes. Tais categorias muitas vezes se confundem, uma vez que um agregado também era tido como sitiante. A noção de posseiro por sua vez está relacionada com sua relação jurídica com a terra, “quando o camponês tinha a posse, mas não tinha o domínio” (Idem, p.39).

Prosseguindo com a reconstituição histórica, Martins constata que, no período colonial, o camponês foi excluído do cerne da atividade produtiva nas fazendas. Isso porque o trabalho era executado pelos escravos oriundos da África. Desta maneira, o fundamento do trabalho escravo estaria no tráfico negreiro e não na produção de artigos para exportação, como descrito na citação abaixo:

“Essa situação tinha o seu sentido, já que permitia aos traficantes de escravos fazer do cativo, renda

capitalizada, extrair renda da colônia já antes da produção colonial, ao invés de extraí-la por meio de monopólio e renda territoriais. **O tráfico negreiro e o trabalho escravo eram exatamente os fatores que retiravam da colônia qualquer caráter feudal**” (Idem, p.37, grifos nossos).

Com essa interpretação da história, o sociólogo da USP alguns anos mais tarde vai criticar as campanhas de mediadores ligados à Igreja baseadas na palavra de ordem *Cinco séculos de latifúndio*. Isso porque o centro dinâmico de reprodução de capital no período colonial teria sido o tráfico de escravos, e não a propriedade fundiária.

Segundo a perspectiva de Martins, a dupla exclusão do camponês no período colonial³⁵ seria determinada antes pela centralidade do trabalho escravo do que pela forma de propriedade. Em tal contexto, aos agregados cabiam as funções complementares e essenciais para o funcionamento da economia colonial:

“Como o fazendeiro não era um senhor feudal, mas um negociante-proprietário de terras e escravos, as tarefas que não tivessem retorno econômico rápido eram executadas por trabalhadores que nem representavam imobilização de capital nem de salário. O camponês incumbia-se da abertura de uma fazenda e implantação do cafezal em troca do direito de plantar entre os cafeeiros gêneros de que necessitasse: como milho, feijão, arroz, algodão. Formado o cafezal, recebia um pequeno pagamento em dinheiro correspondente ao número de cafeeiros formados” (Idem, p.38-39).

A característica que unificaria os camponeses brasileiros seria a produção de alimentos para o consumo interno.

“Produziam quase tudo de que necessitavam e ao mesmo tempo comercializavam excedentes dessa produção ou então cultivavam gêneros comercializados como excedentes, como acontecia com o café, o tabaco, a aguardente e a criação de porcos no começo do século XIX” (Idem, p.40).

Neste ponto ocorre mais um encontro da interpretação do autor com o ideário dos movimentos sociais mediados pela CPT. A atual classificação dos camponeses como agricultores familiares – que produzem a maior parte dos alimentos consumidos no mercado interno – teve nas reflexões de Martins uma de suas inspirações para a sua valorização como inovadores sociais.

No tópico do referido ensaio denominado “Terra e política: o poder dos coronéis”, o sociólogo da USP afirma que as primeiras grandes lutas camponesas coincidiram com o fim do Império e início da República. Essa realidade se deveu à sensação de desorganização social e de dúvidas trazidas com o fim do Império. Ele diferencia o *monarquismo sertanejo* do monarquismo oficial dos Bragança. Para ele, a retórica anti-republicana dos camponeses estaria antes relacionada às dúvidas suscitadas com o advento da Lei de Terras (1850) e do

³⁵ Citando José de Souza Martins: “O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial” (Idem, p.38).

fim da escravidão (1888) sem um processo de incorporação social do que a uma elaborada ideologia de retorno ao sistema monárquico.

De acordo com a interpretação do professor da USP, ao estipular as aquisições de terra apenas por via da compra, o Estado brasileiro interditou o acesso à terra aos camponeses desprovidos de recursos. Essa foi a forma de não desorganizar a economia colonial após o fim da escravidão que se renunciava. Neste novo contexto, a propriedade fundiária passa a ser o principal instrumento de subjugação do trabalho, o novo cativo, como afirma Martins: **“O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra.** O senhor de escravos se transforma em senhor de terras. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputas amplas” (Idem, p.45; grifos nossos).

Para o sociólogo da USP, o *coronelismo*, com origem nas companhias de ordenanças e na Guarda Nacional, foi a instituição que teria saído ileso das transformações ocorridas com o advento da República.

“O coronelismo se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os ‘currais eleitorais’ e produzindo o chamado ‘voto de cabresto’. Isto é, o eleitor e o seu voto ficavam sob tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua” (Idem, p.46).

José de Souza Martins alerta para o fato de que, as relações existentes entre o morador e o coronel, não devem ser confundidas com a sujeição feudal, pois as mesmas se baseavam numa troca de favores por votos, estando o morador livre para trocar de uma fazenda para outra.

No tópico “Messianismo e cangaço: a crise do coronelismo”, o sociólogo da USP realça o surgimento de dois movimentos messiânicos em áreas marginais em relação à economia de exportação.

No Nordeste, sobretudo em áreas sertanejas até o estado de Goiás, onde se desenvolvera a pecuária extensiva, a estratificação social nunca foi tão nítida quanto a existente nas grandes fazendas. No final do século XIX, quando as terras devolutas passam para as mãos do Estado, inicia-se um processo de especulação imobiliária, com as terras dos agregados e vaqueiros passando a sofrer pressão no intuito de serem incorporadas às grandes fazendas. No sertão baiano, muitos camponeses, vaqueiros, jagunços e ex-escravos seguiram os passos de Antônio Manoel, o Conselheiro. Ao se estabelecerem numa fazenda abandonada, chamada Canudos, Conselheiro e seus seguidores fundaram o povoado denominado Belo Monte. Esse grande povoado chegou a contar com mais de trinta mil habitantes.

No Sul do país, operários desempregados da estrada de ferro e posseiros expulsos de suas terras pela *Southern Brazil Lumber and Colonization* passaram a seguir o monge José Maria, com fama de milagreiro, que acreditavam ser o mesmo José Maria desaparecido no final século XIX. A guerra do Contestado foi uma luta religiosa com a espera da volta de José Maria e dos outros mortos na guerra, “que através da morte teriam ido constituir o Exército Encantado de São Sebastião” (Idem, p.57).

Tanto em Canudos quanto no Contestado, os camponeses foram esmagados pelo Exército sob acusação de que eles faziam apologia ao monarquismo. Nesses dois movimentos messiânicos, observa Martins, “os camponeses desenvolveram uma concepção de mundo e uma organização que os contrapunha objetivamente à república dos coronéis, à transação de poder entre o Estado e à ordem privada, representada pelos fazendeiros e comerciantes” (Idem, p.58).

O autor também faz alusões ao banditismo, no qual não se desenvolveu uma visão de mundo como nos casos acima citados. Ao tratar do banditismo que vinha desde o período

colonial, Martins diferencia os termos jagunço e cangaceiro. O jagunço trabalhava para um patrão ao passo que o cangaceiro era livre. Para ele, o cangaço representava um desafio ao poder dos coronéis. A origem social dos cangaceiros estaria em camponeses expropriados por fazendeiros ou comerciantes. Temos, então, um sentido de classe presente nas ações dos cangaceiros.

José de Souza Martins entende que o messianismo e o cangaço seriam resultantes da crise dos vínculos tradicionais de dominação, com a violência pessoal e direta sendo transformada em resistência de classe: “Messianismo e cangaço foram as formas primeiras de libertação, no sentido de manifestação de uma vontade própria” (Idem, p.63).

O messianismo e o cangaço constituiriam uma espécie de divisor de águas de um mundo paternalista e ideologicamente estável para outro em que as divisões da classe passam a ser contestadas com maior intensidade. Como já afirmamos, Martins critica ao longo de sua obra a *concepção evolucionista* da história segundo a qual os movimentos do mundo capitalista – como os sindicatos de classe e o trabalho assalariado – substituiriam de maneira automática essas mobilizações sociais, ditas do pretérito.

As primeiras lutas camponesas se deram em escala local porque as grandes tendências do processo político se definiam nas localidades: “O messianismo e o cangaço definiram os limites da rebeldia camponesa no âmbito do coronelismo” (Idem, p.61). A desqualificação das ações sociais de parcelas dos grupos rurais subalternos estaria relacionada com a pouca atenção dos militantes e analistas políticos em relação ao caráter *desagregado e episódico* da história de tais mobilizações rurais.

O que transformou os acontecimentos de Canudos e Contestado em guerras camponesas foi a intervenção militar. Para Martins:

“Os ‘movimentos’ messiânicos só se transformaram em lutas armadas porque seus adeptos foram atacados por razões que só mediatamente e não imediatamente tinham alguma coisa a ver com o perigo que eles pudessem representar para a ordem constituída... **Não era a monarquia que os militares combatiam, como disso se deram conta muitos e muito depressa. Era a insurreição, a subversão dos pobres do campo**” (Idem, p.61-62, grifos nossos).

Para o sociólogo da USP, a história das mais diversas formas de resistência dos camponeses à expropriação estaria por ser feita e seria condição para a construção de um projeto político de desenvolvimento nacional. Essa sugestão aos pesquisadores possui uma grande importância, pois insere a temática dos movimentos camponeses nas esferas acadêmicas e política, ou ainda, sublinha a importância da elaboração de uma interpretação da realidade mais eficaz para a ação política sobre a mesma.

Para Martins, ao não considerar as especificidades próprias às classes subalternas, os mediadores estariam apenas redefinindo a “tutela” sobre o campesinato, tirando-o da esfera privatista para colocá-lo num contexto de subordinação política. Isso teria ocorrido nas interpelações camponesas do PCB e do trabalhismo de Goulart e ocorreria nos dias de hoje, vai dizer Martins depois, nas relações do PT e do MST com o sem-terra.

No mesmo sentido de Gramsci que chamou às movimentações camponesas de *episódicas*, o professor da USP não nega o seu caráter desagregado. No entanto, esse entendimento não impedia que ele apontasse a importância da tradução das demandas camponesas nos projetos políticos dos partidos de esquerda, pois o apoio de parte da população rural seria um dos elementos importantes para a formação de um bloco histórico progressista com pretensões de exercer a hegemonia.

José de Souza Martins entende que a concepção hegemônica na historiografia em relação aos *pobres do campo* teria uma importância fundamental para o pacto de poder entre as elites brasileiras. Para ele, a força de fora que teria politizado os movimentos denominados messiânicos e/ou pré-políticos estaria relacionada à ideologia que sustentava o pacto político entre as diversas frações da elite brasileira, com a propriedade da terra tendo papel central na sua sustentação.

Assim, a “politização” das lutas camponesas seria antes fruto da interpretação de outras classes sociais, podendo ser concebidas pela direita como um perigo à ordem nacional, pela esquerda como uma força revolucionária que levaria ao socialismo, ou, ainda, por ambas, através da difusão da idéia de que a reprodução das classes camponesas seria um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas em escala nacional.

Martins mostra que no período compreendido entre o final dos anos 1940 e o golpe de 1964 ocorreu o surgimento de vários movimentos camponeses em diferentes pontos do país. Ele associa essa emergência à diáspora dos trabalhadores – tangidos pela constante expulsão das terras em processo de valorização – como o ponto comum que permitiria o entendimento de um mesmo processo de expropriação sob formas distintas:

“Embora tais movimentos não apresentem unidade na forma de sua expressão, de sua organização, de seus objetivos, eles apresentam uma certa unidade quanto à causa. **De fato, o que em todos eles estava em jogo não era propriamente a propriedade da terra e sim a renda capitalista da terra. A valorização é concretamente o aparecimento de renda territorial onde ela não exista**” (Idem, p.79, grifos nossos).

O sociólogo da USP insiste que essas mobilizações rurais expressavam *a luta dos camponeses contra a renda da terra*. Agora, os camponeses não enfrentavam apenas a classe de proprietários de terra: “Eles encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra que eram ao mesmo tempo capitalistas, numa situação histórica em que o arrendatário capitalista e o proprietário não se personificaram em classes sociais diferentes” (Idem, p.80).

Isso explicaria a natureza similar dos diferentes movimentos sociais que surgiam no espaço rural, pois o desenvolvimento do capitalismo resultou na ampliação de suas reivindicações pela *terra de trabalho*. Essas reflexões de Martins ajudaram os mediadores a reconhecer a unidade das ações sociais que surgiam no espaço agrário brasileiro formando uma rede que iria culminar na formação da CPT e, posteriormente, no MST.

Para legitimar as ações camponesas baseadas na cultura popular, o sociólogo da USP recorre à história para apresentar o processo de afirmação do campesinato no Brasil no sentido dos chamados movimentos sociais modernos, que seria uma realidade emergente na década de 1980.

Martins tem na economia de cana-de-açúcar no Nordeste o cenário da trajetória camponesa contemporânea:

“Agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado” (Idem, p.66).

Como resultado desse processo, tivemos a criação das Ligas Camponesas (1955), em

virtude da expulsão dos foreiros. No começo da década de 1950 vinham sendo criados os sindicatos à medida que aumentavam as dificuldades dos trabalhadores no cultivo de suas roças, com os dias de serviço na usina aumentados e a sua conseqüente conversão em trabalhador assalariado:

“Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50, a liga camponesa e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e de luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência” (Idem, p.67).

Martins não exime de responsabilidade os partidos políticos brasileiros, mesmo os de esquerda, por não terem orientado os movimentos camponeses pré-políticos. O caráter político definido a partir do final dos anos quarenta – com o advento do movimento sindical e político-partidário no espaço antes ocupado pelo banditismo social e pelo cangaço – é valorizado pelo autor com a observação de que, mesmo hoje, tais movimentos sociais modernos não preenchem todo o espaço rural. Na realidade, temos a combinação dos citados movimentos pré-políticos com os movimentos classificados como políticos. Para o professor da USP essa situação é concebida pelas lideranças de esquerda como um traço de atraso dos camponeses brasileiros, pois as mesmas avaliam que a religião camponesa deveria ser substituída pelo materialismo pequeno burguês.

Prosseguindo com sua interpretação dos processos históricos ocorridos no espaço agrário, José de Souza Martins considera a atuação das Ligas Camponesas como o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro. Citando o autor:

“Elas surgiram e se difundiram principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários absenteístas, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais. Desde os anos 40, os foreiros vinham sendo expulsos da terra ou então, como vimos, reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não-residentes” (Idem, p.76).

Desse modo, a visão menos crítica em relação às ligas camponesas – comparado aos outros grupos citados – nos indica a valorização que o autor confere às orientações políticas diversas daquelas que seriam as formas mais modernas, como a dos sindicatos. Ao contrário da concepção predominante nas esquerdas que considerava anacrônica a natureza dos movimentos camponeses, os apontamentos do professor da USP indicam o surgimento de mobilizações sociais de naturezas distintas coexistindo de modo simultâneo, fazendo ele sua aposta na luta pela terra e nas formas movimentalistas, usando a expressão que atribui Santos ao associativismo proferido por José de Souza Martins (Cf. SANTOS, 1999).

Ao contrário de uma visão campesinista da história, como podemos interpretar numa primeira leitura de seus textos, o sociólogo da USP valoriza tais movimentações por elas partirem das próprias demandas dos trabalhadores rurais e não de concepções políticas pré-concebidas.

Agora que vimos a importância do par renda da terra (para o entendimento da expansão do capitalismo agrário) e luta pela terra (para compreendermos o processo de expropriação predominante no mundo rural brasileiro nos anos 1970 e 1980), vamos

apresentar a defesa que o autor faz do posseiro como ator de destaque nas lutas sociais rurais.

3.3. Os posseiros como emblema das mobilizações camponesas dos anos 1980

Dando continuidade a sua busca de uma argumentação para fundamentar à práxis camponesa, o autor encontra na Amazônia a figura que carrega os dilemas dos camponeses daqueles anos 1970-1980. Esse sujeito social é o posseiro, que lutaria antes de tudo pelo direito ao trabalho, e não tanto pela propriedade capitalista. Com essa intervenção, Martins contesta as idéias então predominantes entre os que defendiam a prioridade para a luta nos sindicatos, concebendo os assalariados rurais como a classe que traria maiores possibilidades de nacionalizar as lutas populares no espaço agrário brasileiro.

O capítulo III da coletânea *Os Camponeses e a Política no Brasil* – “Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia” – têm o seu primeiro tópico denominado “O tempo político da luta pela terra”, no qual o autor volta a criticar a interpretação desenvolvimentista que se tinha das mudanças ocorridas no Brasil, inclusive na Amazônia. As interpretações de autores de diversas tendências – apontando a proletarianização como o caminho natural após o processo de expropriação – estariam sendo negadas pela própria história mais contemporânea da Amazônia.

Um dos equívocos criticados por Martins é a interpretação defendendo que os posseiros teriam a propriedade da terra como principal objetivo de sua luta. Tal visão, impregnada de “uma ideologia urbana, capitalista no fim das contas”, não permitiria entender que os posseiros lutavam antes pelo trabalho que garantisse o sustento de suas famílias do que pela propriedade da terra (MARTINS, 1981, p.25).

Uma das características dos camponeses brasileiros destacada por Martins é a sua natureza migratória. Esses trabalhadores, que já haviam se deslocado em outras situações, encontram na Amazônia outros grupos sociais com o mesmo destino e que são abrigados por membros da Igreja que passam a mediar as suas ações. Ao invés de lutar pela condição de assalariado, esses posseiros passam a centralizar os dilemas dos camponeses brasileiros ao longo da história: a luta contra a renda da terra e pela terra de trabalho. Citando o autor:

“Ao mesmo tempo em que o posseiro está sendo expulso, as novas fazendas abertas na região têm demonstrado uma notável capacidade de regenerar em benefício próprio formas arcaicas de exploração do trabalho, como a peonagem. Do mesmo modo, **os posseiros, mesmo expulsos, têm, com grande tenacidade, reconstituído sua agricultura familiar e sua economia mercantil simples**” (Idem, p.73, grifos nossos).

Como indicamos no título deste tópico três, o destaque que o sociólogo da USP confere ao posseiro da Amazônia é apontado como emblema deste período, assim como o trabalhador sob o regime de colonato das fazendas de café de São Paulo constituiu um caso exemplar para a compreensão das transformações ocorridas no campo brasileiro no final do século XIX, como vimos no tópico um deste capítulo.

José de Souza Martins constata que os conflitos só são resolvidos em favor dos posseiros quando estes se rebelam. Os posseiros – encarados pelas autoridades governamentais como risco para a estabilidade política – eram para Martins atores pacifistas que lutavam pelo *direito ao trabalho* e contra o processo de *expropriação*.

Analisando com atenção os diferentes períodos revisitados pelo professor da USP, percebemos sua apresentação dos posseiros como continuadores da tradição camponesa. Eles carregariam consigo todas as experiências das lutas populares do espaço agrário brasileiro.

Quando observa que a migração é um traço marcante dos camponeses, o autor explicita o seu entendimento sobre a natureza do campesinato brasileiro, ao mesmo tempo em que apresenta uma interpretação global dos movimentos sociais brasileiros. Neste sentido, podemos incluí-lo no *rol* dos autores que se esforçaram para elaborar uma interpretação de Brasil.

Já no livro *A Militarização da Questão Agrária* (1984), Martins critica o que chamou de *colonialismo teórico de origem socialista*, que impedia o reconhecimento da variedade de formas assumidas pelas contradições do capital, em países de economia dependente (MARTINS, 1984, p. 76). Nestes países, a expansão do capitalismo é baseada em relações de trabalho não necessariamente assalariadas, contrariando as previsões dos clássicos.

Para o professor da USP, os posseiros representariam as formas sociais não-capitalistas e estariam relacionados ao próprio processo de acumulação de capital. A natureza diversa das lutas no campo seria resultante das especificidades assumidas pelas relações de trabalho na expansão do capitalismo no Brasil, diversamente do modelo clássico de modernização burguesa.

Ao traçar nos textos que compõem o livro em questão um quadro dos movimentos sociais do campo dos primeiros anos 1980, Martins aponta três frentes de lutas sociais: os *assalariados*, os *posseiros* e os *sem-terra*. Ao atentarmos para o espaço concedido à descrição de cada uma das três citadas frentes, constatamos a menor importância atribuída ao peso dos assalariados em relação aos *posseiros* e aos *sem-terra*. Enquanto o primeiro grupo mereceu apenas duas páginas, os posseiros receberam mais de oito e os sem-terra, mais de cinco.

No caso dos assalariados rurais, o autor cita a luta pelo cumprimento das leis já existentes como o principal elemento de referência no período de “abertura” política da passagem da década de 1970 aos anos 1980. Os assalariados temporários, em virtude de sua mobilidade, teriam maiores dificuldades de organização formal. Para os trabalhadores assalariados, os sindicatos seriam o caminho natural de mediação e a greve, a principal forma de luta.

O sociólogo da USP menciona as variações no ritmo e na intensidade das distintas formas assumidas pela categoria dos posseiros, se comparados às organizações dos trabalhadores sindicalizados. As lutas dos posseiros seriam contra um determinado tipo de legalidade que confere prioridade e vantagens aos fazendeiros e aos grileiros na legalização de terras.

A dispersão social dos posseiros, em razão do caráter familiar de seu trabalho, também é indicada como outra diferenciação em relação aos assalariados. A dispersão é uma das características do campesinato já indicada pela tradição marxista, desde Marx e Engels, passando por Lênin e Gramsci até autores contemporâneos, inclusive no pensamento social brasileiro, como Caio Prado Júnior e José Graziano da Silva.

Continuando sua comparação do posseiro com o assalariado, Martins observa que

“a luta dos posseiros é uma luta pelo instrumento de produção, que é a terra. Envolve as relações de propriedade e não as relações de trabalho; o problema não é o da exploração, mas o da expropriação. Por isso, enquanto os conflitos dos assalariados são conflitos institucionalizados e permanentes, conflitos recriados diariamente nas relações de trabalho e ritualizados anualmente na negociação do acordo coletivo com os patrões, *os conflitos pela terra têm outra duração.* No que diz respeito tanto a posseiros quanto a grileiros e fazendeiros, não são conflitos institucionalizados e permanentes. A tendência é que terminem ou com a

vitória dos camponeses ou com a vitória dos proprietários ou grileiros” (1984, p.93, grifos nossos).

O sociólogo paulista defende a luta dos posseiros realçando que a mesma introduz a *legitimidade alternativa* da posse:

“A luta do posseiro põe em confronto o que é legítimo e o que é legal. Para ele, a sua situação de ocupante da terra, mesmo sem documentos e sem direitos, sujeito a despejo, é situação legítima, legitimada pela concepção de que a terra é destinada ao trabalho e à produção dos necessitados. **Não legítima é a terra vazia ou, até mesmo, ocupada indevidamente e improdutivamente com pastagens extensivas, de baixa produtividade**” (Idem, p.95, grifos nossos).

De acordo com o exposto neste tópico, observamos a valorização conferida por Martins ao potencial emancipatório existente na luta dos posseiros pela terra de trabalho. Tais lutas já eram alimentadas pelos valores da cultura popular, e isso não se via por meio da categoria de classe social. Por isso, o professor da USP foi buscar em Lefbvre e na própria cultura popular brasileira, a noção de “pobre”, e na tradição gramsciana a categoria de “classes subalternas” para auxiliar na fundamentação da mediação católico-camponesa e na elaboração de uma identidade própria para os trabalhadores em luta pela terra de trabalho, como veremos no próximo tópico.

3.4. O conceito de classes subalternas em *Caminhada no Chão da Noite*

Refiramo-nos agora ao livro no qual José de Souza Martins torna mais complexa a sua teorização sobre o campesinato brasileiro. Em “*Caminhada no chão da noite – emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*” –, ele chama a atenção para a passagem dos pobres da terra do *tempo da inocência* para o *tempo da política*. Para isso, Martins se detém na noção de “pobre” e recorre à categoria gramsciana de “classes subalternas” trazendo o tema da cultura popular que será crucial para o sucesso das mobilizações agrárias estimuladas por setores do catolicismo.

Entendemos que esse livro completa *Os Camponeses e a Política no Brasil*, uma vez que trata especificamente dos elementos culturais envolvidos nos processos mediadores das ações camponesas. A remissão a Gramsci reflete a preocupação do autor em encontrar, na tradição marxista, um clássico que tenha realçado a importância da cultura popular.

O livro em questão é iniciado com comentários relativos aos inúmeros estudos e relatórios sobre os conflitos existentes no campo brasileiro entre os anos de 1963 e 1988. O autor argumenta que os resultados de tais estudos justificariam a grande importância que ele confere às lutas dos *pobres da terra*, e o fato de elas desconstruírem as concepções que consideram que essas lutas teriam pouca relevância no conjunto das mobilizações populares brasileiras.

Citando diferentes pontos do território nacional, como o estado de Goiás, e as regiões Nordeste e Sul, o sociólogo da USP observa que os poetas populares cantavam uma *nova canção* que refletia a desobediência dos pobres da terra, fazendo de sua ação “a crítica das classes e do Estado que, pelo ganho momentâneo, decidiram, pela violência, transformar o país em imensa pastagem e o povo brasileiro num imenso rebanho” (MARTINS, 1989:12). Essas ações teriam na cultura popular referência comum e fonte inesgotável de inspiração:

“Pode-se entender porque a cultura popular deste

país constitui um arquivo multicolorido, retalhos da história do povo, de canções que celebram o amor e a festa e, frequentemente, dissimulam a guerra e o luto. **Memória de um povo que, ao contrário da pequena-burguesia intelectualizada, não separa a festa e a luta, porque sem a festa a luta não tem sentido.** A canção e a poesia prefiguram a apoteose do ser em relação ao ter”. (Idem, p.12, grifos nossos).

Ao contrário do que sempre acreditou a *pequena-burguesia iluminista* que, nos partidos e nas universidades, continua dizendo Martins, os desqualificam com seu ideário liberal e reformista, os *pobres da terra* estariam passando do *tempo da inocência* para o *tempo da política*:

"Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da história” (Idem, p.12-13, grifos nossos).

Martins lembra que a defesa de uma reforma agrária produtivista seria a principal bandeira defendida pela citada *pequena-burguesia iluminista*. Para ele, a luta pela reforma agrária teria sido proposta como “forma de esvaziar, domesticar e instrumentalizar a luta pela terra”. Citando o autor:

“A libertação dos pobres e marginalizados não começa nem acaba na propriedade. Hoje falamos de libertação de maneira nem sempre consequente. O discurso da libertação corre o risco de se tornar um discurso abstrato e sem sentido se não reconhecer que a libertação não se resume ao discurso. A libertação, isto é, a *emancipação do homem*, se dá na prática ou não se dá” (Idem, p.14).

Podemos perceber que, ao invés de considerar a libertação de uma forma abstrata, Martins a concebe como a plena *emancipação do homem*, não reconhecendo apenas suas dimensões política e econômica. Essa preocupação com a valorização de aspectos não diretamente relacionados com as esferas política e econômica faz do sociólogo da USP um *outsider* em relação aos autores que então se dedicavam às mobilizações sociais agrárias.

O autor propõe o estudo da práxis camponesa partindo da cultura popular. Os valores culturais dos trabalhadores rurais deveriam servir como ponto de partida para a elaboração de um projeto nacional popular com pretensões de hegemonia

Teríamos, então, uma espécie de *guerrilha silenciosa da desobediência*, por meio da qual os pobres da terra estariam definindo uma nova moral, em oposição à moral dos *senhores*. Esta nova moral conteria elementos que passariam de geração para geração pelas lutas populares, como podemos perceber na citação abaixo:

“A nova moral dos pobres da terra é muito velha, foi mantida e revolucionada nas brechas escuras, e nos conflitos, da vida de cada dia e nos movimentos sociais, formalizados ou não segundo os cânones da teoria. Ela proclama a esperança e a alegria, mesmo

entre as lágrimas do desespero momentâneo”. (Idem, p.13).

Para compor este livro de 1989, Martins selecionou alguns textos que, por um lado, tratam da *ruptura das relações de dependência* e, por outro, explicitam as dificuldades políticas dos grupos, partidos e igrejas, para reconhecerem “os sinais e os avanços da libertação”. Tais dificuldades atribuídas aos *pobres do campo* seriam *problemas de interpretação* próprios aos integrantes da *pequena burguesia iluminista*. Os *pobres do campo* avançam sua luta enquanto membros daquela classe média engajada chegam atrasados e assim procuram enquadrar as demandas camponesas em seus projetos de poder.

Como já anunciamos, desde as suas primeiras pesquisas, a grande preocupação de Martins é valorizar aqueles que estão à margem da sociedade, criticando os protagonistas que se dizem seus representantes em nome de ideologias políticas ou até mesmo de valores religiosos, sem avaliar e expressar as reais demandas dos *pobres do campo*. Assim, essas mediações desempenhadas por setores da *pequena burguesia iluminista* (ou *classe média radicalizada*, como também as chama Martins) não ajudam muito a esses contingentes de trabalhadores em seu processo de emancipação.

No capítulo I de *A Caminhada no Chão da Noite*, denominado “A nova cultura dos pobres no campo”, o sociólogo da USP insiste na necessidade de se mudar a perspectiva analítica em relação aos camponeses. Embora tenham tido participação em todas as revoluções do século XX, observa Martins, as tradições antropológica e sociológica sempre os trataram como depositários e agentes de culturas tradicionais, vítimas ou portadoras do atraso. O autor sugere que se necessita

“pensar o camponês como inovador, exatamente o oposto do que tem sido pensado. Essa mudança, porém, não deve levar à ingenuidade de supor que a tradição e a cultura tradicional já não têm importância no campo, já não pesam nas decisões e nos acontecimentos. O caminho para refletir sobre o tema é o de examinar as transformações que modificam velhas relações sociais, que atenuam ou destroem a autoridade da cultura tradicional e que abrem espaço para a invenção cultural. Essas mudanças serão aqui encaradas como mudanças políticas, de modo que a inovação cultural apareça na sua natureza política, como fonte de uma legitimidade alternativa oposta à legalidade vigente” (Idem, p.18, grifos nossos).

Tendo como referência as mudanças ocorridas em diferentes esferas da sociedade brasileira, como a econômica, a política e inclusive religiosa, o professor da USP chega a propor a valorização de uma “nova cultura dos pobres da terra”, que é justamente o nome do capítulo 1 do livro em questão. A nova realidade resultante da expansão do capitalismo no campo nos anos 1970 e na década de 1980 havia gerado uma série de respostas das classes populares recriando seu sistema de valores culturais, o que culminou em variadas formas de lutas e resistências.

No âmbito econômico, tivemos naquela época do pós-64 a expulsão dos colonos de suas terras e a expansão da grande propriedade que não mais se apoiaria em concessões de uso da terra para os trabalhadores como garantia de legitimidade, sendo esta última conferida agora pelo Estado.

Como repercussão do tipo de modernização agrária conservadora, na esfera política ocorreu uma diminuição da importância dos currais eleitorais. Isso porque, com a redução do contingente de trabalhadores residentes, diminuiu também o poder do clientelismo que,

tradicionalmente, foi constituído como a forma mais comum de prática política no campo brasileiro.

Prosseguindo, Martins entende que, no âmbito religioso, o catolicismo se veria na contingência de redimensionar as suas orientações tradicionalmente legitimadoras da violência da dominação pessoal dos fazendeiros. Citando o autor: “Esse processo impôs à Igreja uma tarefa histórica que os partidos políticos não conseguiram compreender: a de mediar a inovação cultural, as novas formas de consciência resultantes da ruptura das velhas relações de dominação e exploração” (Idem, p.20).

Esse rompimento dos vínculos de dependência libertou o trabalho, ao mesmo tempo em que libertou o trabalhador, fazendo com que a valorização do trabalho desvendasse o real significado da propriedade.

“A nova cultura está centrada no trabalho (e suas dificuldades) e não na propriedade, na liberdade de quem trabalha e na condenação do cativo, na concepção de direitos produzidos pelo trabalho. Com a crise da dominação pessoal, ocorreu uma restituição do trabalho a quem trabalha. Embora uma ficção, ela se mantém pela marginalização e exclusão dos expulsos e despejados. **Nos movimentos sociais dos últimos anos, a condenação da propriedade, que excede as necessidades de quem a tem, deriva da privação de trabalho que ela impõe aos que dela precisam para trabalhar. Privação que aparece como privação do direito à vida**” (Idem, p.21-22, grifos nossos).

A quebra das práticas sociais baseadas no favor provoca uma desordem na anterior relação entre as classes sociais do mundo rural brasileiro. Esse processo trouxe novas formas de cooperação entre os trabalhadores rurais que passaram a enxergar interesses em comum, ou seja, a entender-se enquanto classe social.

“Desata forças novas, novos princípios reguladores da vida e das relações sociais, novas concepções, novas relações, nova maneira de ver e conceber as coisas e até novas esperanças. **Os julgamentos morais que acompanham a redefinição da propriedade e a luta pela terra, carregados de condenações, são a base da legitimidade que os trabalhadores opõem à legalidade que sustenta a propriedade.** São também a base das novas formas de viver e lutar, dos mutirões, da posse comum, do enfrentamento **da tentativa de ordenar o que foi desordenado**” (Idem, p.23, grifos nossos).

Explicitando a sua perspectiva de análise, Martins afirma: “Estou procurando trabalhar sociologicamente com processos sociais e políticos que contêm mediação religiosa” (Idem, p.58). A seguinte pretensão de tipo prático perpassa os seus textos relacionados à questão agrária: apresentar uma análise sociológica visando influir nas concepções dos protagonistas políticos e religiosos presentes nos movimentos sociais rurais.

Para José de Souza Martins, os grupos de mediação política do passado – sobretudo o PCB – não tinham capacidade de compreender que a luta dos pobres no campo deveria ter como um dos seus pilares o reconhecimento da importância da religiosidade popular e da

dimensão do sagrado. A luta dos pobres do campo não seria apenas pela terra, mas luta pela conservação do trabalho e dos valores da família. As agências de mediação tradicionais (partidos, sindicatos, etc.) não possuíam referenciais adequados para compreenderem o fato de que os movimentos camponeses baseados em valores conservadores teriam grande eficácia para contestar a expansão capitalista no campo brasileiro.

O empenho libertador da Igreja no período em questão estaria relacionado com uma necessidade social e política. Citando o autor:

“Ela está relacionada com o *estreitamento do espaço político secularizado*. No caso brasileiro, por uma crônica tradição de democracia limitada em meio a períodos autoritários. Lembro que os surtos autoritários tornaram-se mais frequentes e duradouros a partir do momento em que as tradições oligárquicas, clientelísticas e patrimoniais foram sendo dilaceradas pelo desenvolvimento capitalista e pela modernização econômica no campo. Isto é, à medida que os trabalhadores rurais, de diferentes modos, nas diversas regiões, foram rompendo os vínculos de dependência pessoal em relação aos grandes proprietários de terra. **Pode-se dizer que, à medida que os trabalhadores rurais foram aparecendo no cenário político, o Estado foi estreitando o espaço político**” (Idem, p.59-60, grifos nossos).

Para o sociólogo da USP, ao invés de sua perda de importância devido ao estreitamento do espaço político e da sua desqualificação pela ação dos mediadores, inclusive entre os partidos de esquerda, os trabalhadores rurais brasileiros converteram-se em atores políticos pelo atalho da resistência local. Mobilizando em suas lutas instituições tradicionais – a família, a vizinhança e a Igreja – os trabalhadores rurais criaram formas novas de ação política que desafiavam diretamente as oligarquias. Isso porque suas ações estavam centradas nas estruturas locais, como indica o autor na citação abaixo:

“Os novos sujeitos do processo político brasileiro são novos, também, porque mobilizam e politizam as vias não-políticas no seu confronto com as estruturas econômicas, particularmente a propriedade, e com as estruturas políticas, estas fundamentalmente de base local. **No meu modo de ver, estamos diante de um processo de sacralização do espaço político, estreitamente associado ao confinamento da ação política do pobre e marginalizado às estruturas políticas imediatas e locais. Ora, é aí que está a sede última de parcela fundamental do poder político**” (Idem, p.62, grifos nossos).

O autor assinala que os *pobres da terra* resistem às estruturas econômicas valendo-se de elementos tradicionais e conservadores, como a família e a vizinhança. Como já afirmamos, o autor não defende uma visão camponista das transformações da sociedade por meio de vias não-políticas, negando os caminhos institucionais e as esferas políticas.

À primeira vista, realizando uma leitura menos atenta, poderíamos chegar a conclusão de que o professor da USP defendia apenas as lutas localizadas e não a organização de

movimentos sociais em escala nacional. Entretanto, a interpelação camponesa que o autor defende objetiva auxiliar no desenvolvimento das lutas populares no mundo rural brasileiro sob as condições de repressão que então resistiam sobre as mesmas. Mais tarde, com a consolidação do regime democrático brasileiro (meados dos anos 1990), o autor vai insistir na participação da CPT e do MST na proposição das políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, como veremos no capítulo 6.

Ainda no livro *Caminhada no Chão da Noite*, José de Souza Martins sustenta que os conflitos fundiários ocorridos nos anos 1960-70 na Amazônia teriam existido com ou sem ditadura militar. Isso porque grileiros já haviam vendido para médios e grandes proprietários diversos títulos sem valor legal. “O golpe militar não desencadeia, portanto, a situação de conflito. Ao contrário. O golpe e a política fundiária do Estado militar golpeiam, também, a luta camponesa, a revolta no campo. E trabalham para despolarizá-la” (Idem, p.76).

No entender de Martins, a política de incentivos fiscais implementada pela ditadura militar foi uma opção política pela defesa da renda fundiária, forçando o grande capital a se tornar proprietário de terra na Amazônia. Tivemos, assim, uma inversão do modelo clássico, com o Estado socializando “o ônus da manutenção econômica e política da classe dos grandes proprietários de terra” (Idem, p.83).

O sociólogo da USP argumenta que a entrada do grande capital na Amazônia rompeu históricas formas de relação entre as classes sociais cristalizadas no poder local e no clientelismo político. A violência desencadeada nessa época contra os trabalhadores rurais resultou na formação de inúmeros focos de resistência popular, como por exemplo, a dos seringueiros do Acre.

A resposta do Estado brasileiro a tais movimentações das classes populares terminou por instituir a tutela militar sobre as regiões mais tensas da Amazônia. Citando Martins:

“Essa foi a forma de conter as forças sociais que ganhavam substância nas lutas camponesas e que poderiam criar na Amazônia uma realidade social apoiada na pequena agricultura e, sobretudo, apoiada numa ampla nacionalização da propriedade. Não se trata de uma fantasia. Não são poucos os diferentes grupos camponeses em luta pela terra que têm com insistência reivindicado o reconhecimento legal da propriedade comum como base da pequena agricultura familiar ou, mesmo, do extrativismo familiar” (Idem, p.84).

Vejamos agora passagens que realçam outra categoria – com importância similar à da categoria de “produção capitalista de relações não-capitalistas de produção” – com a qual Martins revaloriza o campesinato e suas lutas no Brasil: a noção de “classes subalternas” ou de “grupos subalternos”.

A utilização desta categoria tornou-se uma tendência bastante influente na literatura científica. Desde os anos 1950, quando da primeira publicação dos *Cadernos do Cárcere*, a Antropologia fez uso dos escritos de Gramsci para avançar nos estudos e na interpretação da cultura popular. De Martino iniciou uma trajetória de estudos sobre as classes subalternas e sobre o folclore, particularmente do sul da Itália, que alimentou o debate sobre esse ponto até os anos 1970 (Cf. ANGELI, 1995).

No capítulo IV de *Caminhada no Chão da Noite*, denominado “Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão”, o seu autor diz:

“A categoria de subalterno é certamente mais intensa e mais expressiva que a simples categoria de trabalhador. O legado da tradição gramsciana,

que nos vem por meio dessa noção, prefigura a diversidade das situações de subalternidade, a sua riqueza histórica, cultural e política. Induz-nos a entender a diversificação de concepções, motivos, ponto-de-vista, esperanças, no interior das diferentes classes e grupos subalternos” (Martins, 1989, p.98, grifos nossos).

O uso dessa categoria poderia levar à problematização das diferenciações existentes entre os grupos agrários. Isso porque permitiria o surgimento de outras indagações não-existentes quando analisamos as contradições principais do desenvolvimento do capital no campo por meio da categoria de classe social.

Para o sociólogo da USP, teríamos sintetizado na figura do camponês os dilemas históricos e políticos das classes subalternas. O autor atribui às interpretações que se têm dos camponeses a responsabilidade pelos impasses das mobilizações rurais. Na esfera marxista, as análises de Lênin estariam na raiz de tais impasses, pois, como já afirmamos, segundo ele os camponeses representariam uma classe do passado que seria extinta com o desenvolvimento capitalista.

Essa interpretação leninista traria dois impasses. O primeiro, relacionado à noção de tempo histórico. A concepção evolucionista, segundo a qual todos os espaços reagiriam da mesma forma à modernização capitalista, é uma consequência do citado impasse. Assim, tanto os marxistas ortodoxos quanto os liberais, teriam um entendimento *burguês do problema camponês* e o adotavam como guia de sua intervenção. Neste ponto de vista, os camponeses estariam condenados ao desaparecimento, pois se entende que o desenvolvimento das forças produtivas eliminaria todas as relações econômico-sociais do passado, restando aos grupos subalternos rurais apenas os dois destinos traçados por Lênin: a proletarização ou a constituição de uma pequena burguesia rural.

José de Souza Martins observa que, embora tenha dado algumas indicações relativas à consideração dos distintos tempos históricos com o conceito de formação econômico-social, Lênin não avançou muito nessa perspectiva, pois suas análises sempre partem do pressuposto do “caráter inevitavelmente progressista do desenvolvimento das forças produtivas” (Idem, p.103). Recorde-se que em seu marxismo, o sociólogo da USP incorpora as teorizações de Henri Lefebvre justamente para a análise das sociedades ditas atrasadas, sendo importante neste a ideia de tempos sociais distintos coexistindo no presente capitalista.

O segundo impasse – para Martins o mais persistente – está relacionado ao entendimento segundo o qual os camponeses estariam destituídos da condição de agentes ativos da história. Esse agente ativo seria o capital, sendo as “interpretações de esquerda” a respeito do campesinato justamente baseadas nas idéias iluministas e liberais da burguesia de uma fase da constituição do capitalismo” (Idem, p.104). O sociólogo da USP contesta a suposição de que os camponeses constituiriam movimentos apenas episódicos, fragmentários e conservadores: “Eles são frequentes, disseminados, persistentes e têm uma eficácia, num certo sentido, definida. Desde a Revolução Francesa, eles têm tido um papel fundamental nas grandes transformações políticas do mundo moderno, como constataram diferentes pesquisadores” (Idem, p.105).

José de Souza Martins relembra que esses impasses estariam ligados ao desconhecimento da *diversificação interna* das classes subalternas: “Um discurso que unifique retoricamente as classes subalternas não produz a unidade e a força reais dessas classes e grupos sociais. Ao contrário, mistifica-as e empobrece a interpretação de sua realidade” (Idem, p.107). O autor propõe que se busque compreender o modo como o capital articula essa diversidade de relações, pois o mesmo traz para seu tempo os tempos de diferentes relações sociais.

Para evidenciar o ponto, lembremos que, desenvolvendo a noção de *formação econômica e social* originária de Marx, Lênin elaborou um estudo situando a Rússia “atrasada” na escala da Europa Ocidental. A Rússia agrária e camponesa seria um momento de transição rumo ao desenvolvimento capitalista. Temos, então, a clássica tese da *diferenciação do campesinato*, segundo a qual, o desenvolvimento capitalista russo daria lugar ao proletariado agrícola e a uma burguesia de origem camponesa:

“Lênin, nessa perspectiva, não podia entender que o campesinato constituía, também, uma classe da sociedade capitalista, cujas características ‘atrasadas’ dependiam diretamente do próprio desenvolvimento desigual do capitalismo, dos obstáculos maiores que o capital encontrava no campo para se reproduzir segundo as regras da reprodução ampliada” (Idem, p.109).

Em seu distanciamento de Lênin, Martins cita trechos de Marx extraídos de *O Capital* sobre o tema do “encontro” do desenvolvimento capitalista com o campesinato na Irlanda e compara a visão do clássico com as teses de Lênin. Para o primeiro, a luta dos arrendatários irlandeses contra os grandes donos de terras ingleses, era revolucionária e fatal para o capitalismo inglês. Citando Martins:

“Numa interpretação, a luta camponesa cria obstáculos à luta operária. Na outra interpretação, a luta camponesa é a única forma de viabilizar a luta operária. Num caso, o camponês é tido como o que cria *obstáculos econômicos*. No outro caso, é tido como o que cria *possibilidades políticas*. **Estamos, portanto, diante de um problema de interpretação e não diante de um problema real das classes subalternas, de uma dificuldade real para sua participação na história**” (Idem, p.110, grifos nossos).

Os livros de Martins abordados nesse capítulo formam contribuição decisiva para o desvendamento desse *problema de interpretação*. Os clássicos do marxismo seriam importantes exemplos de como os processos ocorridos em diferentes realidades espaço-temporais devem ser sistematizados, não apenas para sua compreensão, como também para propiciar métodos de luta para a transformação da sociedade.

Poderíamos dizer que a intenção de Martins em cada texto anteriormente referido é entrar no segundo debate agrarista apresentando o tema da tradição camponesa tanto para a academia quanto para os mediadores políticos e sociais. O desconhecimento dessa tradição nas áreas militantes das esquerdas com influência no meio rural dificultava o desenvolvimento dos movimentos camponeses uma vez que impedia a formulação de uma crítica fundamentada da realidade do campo, que mostrasse ao mesmo tempo os obstáculos ao desenvolvimento e as possibilidades de emancipação do homem rural.

Um elemento que está presente no conjunto da obra de Martins é o destaque dos valores culturais das classes subalternas. Para ele, tais valores devem ser considerados nos processos de mediação política dos movimentos sociais agrários brasileiros. Sua não-consideração constituiria o principal equívoco que levaria ao já citado problema de interpretação das agências de mediação do pré-64 (PCB, trabalhismo de Goulart, etc.) e também dos anos 1990 (CPT e MST).

Capítulo 4: A defesa da mediação católico-camponesa

Neste capítulo trataremos especificamente os textos em que José de Souza Martins aborda a interpelação da Igreja às mediações camponesas dos últimos 25 anos do século XX.

Defendemos nesta tese que a ensaística de Martins sobre o mundo rural brasileiro foi importante para o reconhecimento da luta pela terra empreendida pelos trabalhadores rurais ligados à mediação católico-camponesa. No capítulo 3, destacamos os principais pontos desta ensaística, com o objetivo de apontar o caminho trilhado pelo autor para criticar tanto às agências de mediação do pré-64, como em especial, a dos anos mais recentes.

Os principais elementos que serviram (e ainda servem) como alicerces da construção que fundamenta as críticas do autor às agências de mediação atuantes no espaço agrário brasileiro estão presentes na sua reflexão sobre as transformações ocorridas nas relações de trabalho após a Abolição. Como vimos, o livro que reúne esses elementos é denominado *O Cativo da Terra*. A categoria de renda da terra e a noção de produção capitalista de relações não-capitalistas podem ser apontadas como o cerne da base teórica que fundamenta as críticas do autor aos grupos que realizaram (sobretudo os que ainda realizam) a mediação das mobilizações agrárias brasileiras.

Outra importante noção que trouxemos no capítulo 3 foi a defesa que o autor fez da categoria de expropriação como mais adequada para o estudo dos processos que ocorriam no campo brasileiro naqueles anos 1970-80. No livro *Expropriação e Violência*, o professor da USP reúne um conjunto de textos que contestam a noção de exploração para tratar das lutas sociais do nosso espaço agrário. Como resultado desta interpretação, o autor passa a valorizar a luta dos posseiros pelo trabalho em detrimento da visão – segundo ele predominante – que concebia a luta dos assalariados rurais no sindicato como a forma mais eficaz de generalizar as lutas populares pelo mundo agrário brasileiro.

Observe ainda que a constatação de que a questão da cultura popular tratada no tópico 3.4 contém os elementos que poderiam viabilizar uma ação mais eficaz dos movimentos sociais rurais, segundo Martins.

Neste capítulo, faremos uma exposição das considerações presentes em vários textos do autor que apontam para a reconstituição das diferentes interpretações que setores católicos realizaram em relação à questão agrária brasileira no longo período da segunda metade do século XX. Apresentaremos alguns textos em que o autor fundamenta as mediações católico-camponesas do imediato pós-64. Como vimos no capítulo 3, o autor realiza esse exercício intelectual através da crítica ao chamado marxismo vulgar e ao nacional-desenvolvimentismo.

Façamos agora referência ao capítulo II do livro *Os Camponeses e a Política no Brasil*, denominado “Libertação na terra dos aflitos – a Igreja e a questão agrária no Brasil”. No primeiro tópico desse capítulo – “A questão agrária na Pastoral Católica” – Martins diferencia a perspectiva da pastoral católica daquela existente na tradição marxista brasileira. Para ele, a questão agrária, do ponto de vista da pastoral católica, é um empecilho, não porque impeça o desenvolvimento do capitalismo, mas porque bloqueia o desenvolvimento humano.

“Nessa ótica, a questão agrária não é apenas uma questão econômica e sim uma questão moral. Por ser uma questão moral é que vai se transformar numa questão política e vai levar ao confronto da Igreja com o Estado, particularmente após 1968” (MARTINS, 1981, p.29, grifos nossos).

Como veremos ao longo do presente capítulo, a Igreja trata a questão agrária sob diferentes perspectivas de acordo com os interesses em jogo que caracterizam o período que ela vive.

No segundo tópico do citado capítulo, o sociólogo da USP cita a carta pastoral de D.

Inocência, bispo de Campanha (Minas Gerais), como o primeiro documento episcopal importante em relação à questão agrária. A rápida urbanização resultante do surto industrial e o temor de um avanço comunista refletiram, no entender de Martins, numa *opção preferencial pela ordem*.

No tópico “A crise da patronagem política e o desenvolvimento católico”, temos uma análise dos documentos homônimos “A Declaração dos Bispos do Nordeste”, de 1956 e de 1959, Martins diz que em tais textos há a defesa da noção de *progresso* em detrimento da anterior noção de *ordem*.

Nos anos 1950, já havia ocorrido o afastamento da Igreja em relação aos grandes proprietários de terra. Como já referido anteriormente, a Igreja passou então a disputar a *tutela política* do campesinato com outros grupos sociais e políticos.

Ao abordar essa tomada de consciência por parte da Igreja, Martins cita o Nordeste como a região *que definira o teor dos compromissos da Igreja na prática da doutrina social*. Os documentos desses anos 1950 entendiam a pobreza como fruto da falta desenvolvimento capitalista. A ausência de capitalismo ou sua insuficiência eram apontadas como motivos do subdesenvolvimento no Nordeste.

No tópico “Do capitalismo inacabado ao capitalismo inviável” do mesmo *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Martins menciona a aproximação da Igreja ao Estado modernizador, e sua posterior desilusão, quando ela constata os péssimos resultados sociais do modelo de desenvolvimento econômico aplicado no Brasil. Uma das principais causas para esse desenvolvimento foi a aliança dos latifundiários com o grande capital, o que propiciou um modernização baseada na grande propriedade:

“A Igreja queria as reformas por motivos opostos a esses. Apoiaria a ditadura para que, por meio dela, as barreiras de resistência do latifúndio atrasado fossem rompidas, de sorte a permitir que o desenvolvimento econômico quebrasse velhas relações de pobreza e de dependência. Para ela, desde os anos cinquenta, a finalidade do desenvolvimento não era o desenvolvimento, mas o homem. Nesse desencontro, os rumos da Igreja se separam dos rumos do Estado, fato que ficará claro a partir de 1968 com o início de um longo e doloroso ciclo de prisões de religiosos e cristãos engajados, além do assassinato, em 1969, do Pe. Antônio Henrique, justamente auxiliar de D. Hélder Câmara” (Idem, p.49).

Com o fim do seu apoio às idéias desenvolvimentistas e o conseqüente aumento da repressão a pessoas religiosas, a Igreja passou a reivindicar direitos já consagrados em lei. Citando o autor:

“A opção pela *libertação* e pela constituição da *humanidade* de um homem marginalizado e degradado, destituído da possibilidade de se humanizar e de se libertar nas condições sociais, econômicas e políticas existentes é também a *opção preferencial pela humanidade do homem*. Nesse sentido não é mais a *opção preferencial pela ordem* e pela sociedade que sobrevive pela coerção e pela exploração que desumanizam. **É uma opção preferencial pela des-ordem que desata,**

desordenado, os vínculos de coerção e esmagamento que tornam a sociedade mais rica e a humanidade mais pobre. E ao desatar, liberta” (Idem, p.57, grifos nossos).

Como diz Martins no tópico quatro – “A Igreja e os conflitos: o refúgio dos sofrendores” do citado capítulo – citando uma carta pastoral de Dom Pedro Casaldáliga (1971), Bispo de São Félix (Mato Grosso), temos o primeiro indício do trabalho de *refúgio dos aflitos*. Esse seria o papel desempenhado pela Igreja diante de um quadro de desagregação das relações sociais resultante da entrada do grande capital na Amazônia e da conseqüente ruptura das históricas estruturas de dominação patrimonialistas.

Essa função desempenhada pela Igreja estaria relacionada a dois motivos. A falta de opções institucionais às quais recorrer – como a justiça, por exemplo – é apontada como a primeira razão. A outra estaria relacionada com a *opção preferencial pelos pobres* que passou a guiar as suas ações a partir dos anos 1970.

A criação do CIMI – Conselho Indigenista Missionário –, em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra (1975), esta incluindo católicos e luteranos, refletem as movimentações da Igreja frente ao problema político gerado pelo pacto de poder baseado na manutenção das grandes propriedades no processo de modernização capitalista do país e do campo.

Além de incluir a luta pela terra, a resistência dos trabalhadores rurais também era exercida através da defesa dos seus respectivos *modos de vida* frente à degradação resultante da chegada dos grandes empreendimentos econômicos e dos grandes projetos, como os hidrelétricos e os rodoviários. Para Martins, essa alternativa gerada pelos trabalhadores rurais e abraçada pela Igreja, teria a dimensão de um projeto de sociedade em potencial.

“Esse projeto revaloriza a família, resgata a fartura da economia familiar autônoma, como instrumento de combate ao intercâmbio desigual, forma econômica de raiz colonial. Há aí o reconhecimento do papel que o intermediário da comercialização de excedentes tem tido na manutenção do atraso e da pobreza no campo. Não por acaso, há uma tendência cooperativista em muitos dos movimentos sociais no campo, além do reconhecimento da importância de formas cooperativas de produção” (Idem, p.90, grifos nossos).

A valorização do *trabalho como núcleo das relações com o mundo* transformou a expulsão da terra num ato imoral, pois privava o trabalhador rural de sua condição de pessoa.

Os programas de desenvolvimento implementados na Amazônia, com a expulsão e assassinato de pobres e indígenas, mudaram o foco da ação da Igreja na passagem dos anos 1960 para a década de 1970. “Pode-se dizer que a radicalidade do humano foi posta em questão nos confrontos sociais e étnicos da Amazônia, no final dos anos sessenta e durante os anos setenta. A Amazônia é que passa a ser, então, a grande referência social na aplicação da doutrina social da Igreja” (Idem, p.84).

Defendemos tese de que Martins foi um dos formuladores da mediação católico-camponesa que culminou na criação da CPT e posteriormente no MST. Ele cita Dom Pedro Casaldáliga, como o religioso que o levou para dar cursos na Amazônia³⁶. Na ocasião, Martins aproveitou para desenvolver seu trabalho sobre fronteiras.

³⁶ Ao responder se continuava a realizar esse trabalho de formação de quadros junto aos quadros da Igreja, Martins indaga que: “Este trabalho perdeu o sentido. De certa maneira se acabou. Tinha sentido enquanto a

“Em minha pesquisa percorri toda a Amazônia: trabalhei em Rondônia, Acre, Pará, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão e Goiás antigo. Foram 20 anos. O diário de campo tem mais de trinta volumes, entre 8 e 10 mil páginas. Neste período eu aproveitava as viagens para dar cursos, fazer reuniões, seminários, trocava idéias, sugeria leituras. No público tinha de tudo desde índio até bispo, agente de pastoral. Eu ajudei a formar os quadros da CPT. Ajudei a formar os quadros iniciais do MST. De fato, eu ajudei muito” (MARTINS, in BASTOS et.al. 2006, p.69).

Martins cita João Pedro Stédile e José Rainha como duas lideranças do MST que frequentaram seus cursos. De fora do MST, ele cita Chico Mendes.

O professor da USP entende que, naquela passagem dos anos 1970-80, a falta de proteção em que se encontravam muitos membros da Igreja na Amazônia fazia urgente o apoio de intelectuais em “situação de quase ocultamento, vamos dizer clandestinidade, que dessem cursos, ajudassem a entender o que era a situação da fronteira, as fragilidades da situação da região. Ele (*Dom Pedro Casaldaliga*) me levou para dar cursos para a Pastoral da Terra. Ficava lá mais de um mês” (Idem:70).

Para Martins, o ano de 1973 marcou a mudança de posição Igreja em relação às lutas sociais no campo, passando, como ele diz, da perspectiva da *acumulação* para a da *distribuição*. Se até esse ano a Igreja mantinha expectativas quanto à aplicação do Estatuto da Terra, a partir de então vem à tona uma realidade existente – pelo menos desde 1968 –: as torturas, os assassinatos e desaparecimento de padres e leigos ligados as causas populares.

Essa reorientação da Igreja culminou no já citado documento “Igreja e os problemas da Terra”, aprovado na assembléia da Conferência nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1980. Citando o professor da USP: “O envolvimento maciço da hierarquia católica com a questão indígena e camponesa, sobretudo a tradução dos dispersos e nem sempre claros objetivos dessas lutas em termos das concepções da doutrina social da Igreja, poderia dar a elas um referencial ideológico que até então não tinham” (MARTINS, 1994, p.85).

A resposta do governo militar à reorientação da Igreja veio antes mesmo do fim daquela assembléia de 1980. A criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) constituiu-se no início do que José de Souza Martins chama de programa de “militarização da questão agrária” por parte do governo. Com a perseguição a membros de pastorais, os militares reconheciam a importância da mediação da Igreja como elemento desestabilizador, sobretudo ao incorporar as questões agrária e indígena em suas preocupações. Citando o autor: “De certo modo, *diz Martins*, nessas concepções estava o entendimento de que a Igreja fazia a inquietação camponesa saltar sobre os estreitos limites em que ela podia ser contida, dando-lhe uma dimensão política e filosófica mais ampla” (Idem, p.87).

Em tal contexto ficam explícitas as dificuldades criadas pela aliança descrita por Martins entre o capital e a grande propriedade.

“A aliança estruturalmente básica entre capital e terra, promovida pelos militares, debilitou a eficácia dos movimentos sociais que poderiam reivindicar reconhecimento e ampliação de direitos sociais em

Igreja, sobretudo na Amazônia, estava muito desprotegida. Ela não tinha apoio intelectual de ninguém. A primeira pessoa que me levou foi o Pedro Casaldaliga, que hoje é meu compadre. Eu sou protestante e ele é meu compadre” (MARTINS, in BASTOS et.al. 2006, p.69).

favor das populações pobres, especialmente no campo. Essa aliança enfraqueceu a sensibilidade de amplos setores da sociedade brasileira, basicamente porque anulou a vulnerabilidade política das classes dominantes ao anular a possibilidade de um conflito de interesses tão radical quanto o que poderia existir no conflito entre a racionalidade do capital e a irracionalidade da propriedade fundiária” (Idem, p.92).

A aliança citada gerou uma frente de conflito entre os posseiros e as grandes empresas. Martins constatou que a mediação de tais conflitos recaiu sobre a Igreja e os sindicatos, considerando o aumento da sindicalização nesse período como resultado do trabalho da Igreja.

“O fato de que mais de seis milhões de trabalhadores rurais e camponeses tenham entrado para o sindicato, a partir de 1963, principalmente após 1964, se deve, entre outros fatores, à continuação do trabalho de mobilização desenvolvido pela Igreja. Essa tem sido a única forma de revestir as demandas camponesas de alguma dimensão institucional, dirigindo-as para canais legítimos de comunicação com o Estado, forma de pressioná-lo para exigir o cumprimento das leis, em particular o cumprimento do Estatuto da Terra, que justamente preconizava a reforma agrária como solução para os problemas das áreas de tensão social” (Idem, p.133).

Na segunda parte do livro *O Poder do Atraso*, denominada “A Igreja: o uso transformador da mediação conservadora” é trabalhada a hipótese de a consciência ética e religiosa constituir-se no principal elemento responsável pelo processo de reorientação da ação pastoral. Diz Martins:

“Neste texto, vou trabalhar com a hipótese dessa coerência, como premissa da ação pastoral. Como princípio que explica por que, em certas circunstâncias sociais e históricas, o bispo, independentemente de sua biografia social, diversifique a sua ação pastoral para ultrapassar o âmbito convencionalmente definido da sua rotina e alcançar um âmbito que pode ser concebido como histórico por suas consequências” (Idem, p.99).

Como vimos anteriormente, Martins apresenta uma trajetória na qual, a partir dos anos 1950, a Igreja passa a apoiar os projetos de desenvolvimento do Estado brasileiro, acreditando que o desenvolvimento econômico traria solução para a pobreza da maior parte da população rural brasileira. A criação da SUDENE pode ser citada como indício do que foram as medidas políticas centralizadoras e anti-oligárquicas que teriam atraído o apoio da Igreja.

Esse apoio da Igreja ao desenvolvimento econômico explicaria a sua simpatia inicial ao golpe de Estado de 1964. Os religiosos entendiam que tal desenvolvimento acabaria com a agitação dos trabalhadores rurais promovida pelos comunistas e pelas Ligas Camponesas. Martins recorda que os três grupos que disputavam a hegemonia sobre os movimentos camponeses do pré-64 possuíam concepções distintas sobre a natureza da reforma agrária:

“Os católicos e as Ligas preconizavam a reforma agrária, com a diferença de que as Ligas lutavam por

uma reforma agrária radical, confiscatória, enquanto os católicos queriam uma reforma agrária que respeitasse o direito de propriedade, ou melhor, não o modificasse, mediante justa indenização aos proprietários que tivessem suas terras expropriadas. Os comunistas não descartavam a reforma agrária como um objetivo a ser atingido, mas ela era secundária em relação à regulamentação das relações de trabalho, isto é, em relação à imposição oficial da contratualidade das relações de trabalho” (Idem, p.113).

O confronto entre os católicos e as esquerdas teria, no entender de Martins, politizado as lutas rurais. O golpe de 1964 teria sido uma tentativa de despolitizá-las.

O principal ponto de divergência entre os militares e os mediadores católicos estaria no entendimento do papel que deveria desempenhar as políticas de reforma agrária. Enquanto para os primeiros tais políticas eram concebidas do ponto de vista técnico, os católicos consideravam que elas deveriam vir acompanhadas de um trabalho de conscientização dos trabalhadores rurais, trabalho esse que teria por objetivo revolucionar a sociedade como um todo.

O autor observa que a inexistência de repressão sobre os sindicatos e sua Confederação Nacional (CONTAG) é apontada como um dos indícios de que os governos militares atuavam no sentido de esvaziar de conteúdo político as lutas sociais travadas no campo brasileiro. Nesses governos entendia-se que os conflitos sociais deveriam ser tratados na esfera econômico-produtiva e mediados pelos canais institucionais, tais como os sindicatos.

Martins realça que foram os problemas sociais existentes na Amazônia os responsáveis pela revisão dos pressupostos da Igreja, abandonando sua compreensão anterior da pobreza como fruto da falta desenvolvimento capitalista.

Ao iniciar seu trabalho na Amazônia e deparar-se com a miséria de camponeses e de indígenas submetidos a novas formas de escravidão, os agentes pastorais identificaram as modernas transnacionais como responsáveis por essa degradação humana, constatando, na prática, que o capitalismo cria e recria formas arcaicas de exploração do trabalho, expulsando, marginalizando, escravizando:

“Eram as próprias empresas modernas, instaladas no Sudeste do país, sua região mais industrializada, que avançavam sobre a Amazônia, em nome do capital, através da expansão territorial. Eram empresas dotadas de amplo desenvolvimento tecnológico, dirigidas com base em modernas técnicas de gerenciamento empresarial. No entanto, essas mesmas empresas estavam implantando na Amazônia formas de organização econômica e de gerenciamento, que combinavam desde sofisticadas técnicas de produção até violentas relações de trabalho, as do chamado regime de peonagem, a escravidão por dívida” (Idem, p.130).

Para o sociólogo da USP, o espaço da Igreja Católica seria mais completo para as ações dos trabalhadores rurais do que os institucionalmente clássicos – como os partidos políticos e os sindicatos. Esses últimos partiriam apenas do princípio contratual e atingiriam uma pequena fração dos trabalhadores brasileiros. A Igreja teria um

“êxito muito grande na mobilização de populações camponesas, na criação das comunidades de base etc. Acho que ela fala uma língua que é entendida pelas populações trabalhadoras, e é isso que a torna um elo essencial nas lutas populares no campo” (MARTINS, 1986, p.75).

A Igreja é apontada por Martins como o ator social que conseguiu entender as demandas dos trabalhadores rurais do Brasil devido à proximidade física de setores católicos com os mesmos. Enquanto a maioria dos mediadores tinha a noção de uma reforma agrária distributivista, tais setores já defendiam “a propriedade comunitária ou mesmo em coletivização da propriedade, em aprofundamento da apropriação comunitária da terra. Isso representa uma distância política concreta e representa também uma experiência concreta diferente” (MARTINS, 1991, p.27).

Ao fazer essas observações, o professor da USP aponta os motivos que levaram a Igreja a constituir-se no principal aglutinador e abrigo para diferentes grupos de esquerda do campo brasileiro no pós-64. Para ele, a proximidade em relação aos camponeses fez com que a Igreja entendesse a questão agrária como uma questão moral, e não meramente econômica.

Leonilde Medeiros é outra autora que destaca a importância exercida por setores religiosos nas mobilizações camponesas naqueles anos 1970-80:

“Além dos sindicatos, outra possibilidade de socialização e/ou atualização de direitos veio a se constituir: segmentos da Igreja Católica, que aderiram à Teologia da Libertação, fizeram do trabalho pastoral, das comunidades eclesiais de base e das reuniões comunitárias, ocasiões privilegiadas para isso. Além de trabalhar com noções de direitos do ponto de vista legal, a Igreja atualizou a leitura bíblica nas lutas por terra, criando uma teologia da terra que não só transformava a terra num direito, como remetia essas lutas à caminhada do povo hebreu em busca da terra prometida” (MEDEIROS, 2002, p.15).

A valorização do trabalho familiar é um dos pontos salientados para a defesa do estudo das especificidades contidas nas ações dos movimentos sociais rurais. Em tal perspectiva, a expulsão da terra é encarada pelos camponeses como uma *imoralidade*, na medida em que os priva do seu trabalho.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram fundamentais para a articulação das mais diversas formas assumidas pela luta por terra no Brasil. Ao contrário da resistência dos trabalhadores assalariados – como alegavam os defensores de modelos clássicos invocados para pensar o caso brasileiro –, os posseiros e os atingidos pelas barragens lutariam contra a *condição de sobrantes* da modernização da agricultura brasileira.

Voltemos agora ao capítulo II do livro *Os Camponeses e a Política no Brasil*. No seu tópico “Comunidades de base: o novo sujeito das lutas populares e do direito”, no qual é apontada a importância das CEB’s nas movimentações sociais baseadas na participação democrática, como diz José de Souza Martins, ao invés da mediação baseada na *outorga da representação* – própria dos *pressupostos liberais* (MARTINS, 1981, p.103).

O caráter local e comunitário – e não de massa e institucional – de diversas organizações espalhadas pelo país estaria relacionado com a especificidade daquela mediação religiosa. O autor enfatiza a diferença dos *pressupostos liberais* com a *outorga da*

representação daqueles baseados na *participação democrática*, valorizando fortemente estes como pressupostos que serviram de base para movimentos e entidades de apoio, tais como a CPT e o MST.

Para Martins, as CEBs serviram como catalisadoras e ponto de contato e aprendizagem dessas diversas formas de movimentações sociais populares. Ele assim sublinha o caráter libertador da religião:

“O pequeno círculo bíblico que compõe uma comunidade de base, que reúne alguns vizinhos de casa, de situação e de fé, *inverte* a prática religiosa tradicional ao refletir sobre a vida cotidiana à luz do Evangelho, ao examinar sua própria experiência diária, seus problemas diários, os reflexos dessa experiência e desses problemas na sua fé e na sua vida à luz da experiência evangélica. Os membros dessas comunidades entendem que o evangelho continua sendo escrito e que eles próprios, são participantes desse processo. Ou seja, já não são mais excluídos e passam a ter uma função profética” (Idem, p.105-106).

A noção utilizada por tais grupos era a de *pobre*, como já foi mencionado no capítulo 3. Martins considera essa noção mais ampla do que o conceito de *classe social*. Isso porque *classe social* estaria relacionada apenas à esfera econômico-institucional ao passo que a noção de *pobre* teria uma *definição ética e histórica*:

“A realidade social passa a ser considerada não a partir da *igualdade jurídica* que sustenta as ficções básicas sobre os direitos, mas a partir da *desigualdade econômica e social*, que desmascara e denuncia a falta de direitos. É por isso também que é outra a concepção e a prática das relações sociais” (Idem, p.106).

Outra constatação importante do sociólogo da USP é o fato de que, *embora os conflitos sejam temporários, as mediações são duradouras*. Como diz ele, a CPT e o MST são apontados como exemplos, pois havia conseguido projetar nacionalmente os conflitos pela posse da terra que ocorriam em diferentes pontos do país.

José de Souza Martins cita três documentos da Igreja lançados no ano de 1973 como sendo o anúncio de “uma verdadeira revolução no trabalho pastoral, e que constatavam que o capitalismo subdesenvolvido e tributário não levaria à emancipação dos pobres. Ao contrário, o desenvolvimento econômico, que o Estado e o capital levavam adiante, no país, semeavam fome, violência, destruição e morte” (Idem, p.137).

A criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, pode ser apontada como a materialização das reorientações anunciadas nos documentos citados anteriormente. A CPT somou-se às ações dos sindicatos com o objetivo de tornar em disputas jurídicas as violências sofridas pelos camponeses.

Martins considera que as pastorais foram responsáveis por um trabalho de inovação social:

“Elas denunciavam uma ampla deterioração das instituições da ordem no Brasil, o que dá uma importância especial à organização dos grupos indígenas e camponeses e dá ao trabalho pastoral uma dimensão historicamente inovadora. Tanto a

Pastoral Indígena quanto a Pastoral da Terra ganharam a dimensão de um trabalho de inovação social que ultrapassa os limites de suas próprias intenções” (Idem, p.141-42).

Agora que expusemos os termos da defesa da práxis católico-camponesa que José de Souza Martins faz em textos escritos entre os anos de 1978 e 1994, vejamos nos próximos capítulos, as suas críticas a essa mesma mediação, em escritos iniciados no ano 2000.

PARTE III
DA CRÍTICA AO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO À PERSPECTIVA DA
HISTÓRIA LENTA

Capítulo 5: A Crítica ao nacional-desenvolvimentismo e ao marxismo vulgar: o camponês nos “projetos dos outros”

Neste capítulo, retornaremos aos principais elementos que vão fundamentar a crítica de José de Souza Martins aos grupos influentes nos processos de mediação no espaço agrário brasileiro dos tempos mais contemporâneos. Tais elementos serão valorizados pelo autor para a fundamentação da mediação católico-camponesa.

Defendemos a tese de que Martins constrói a sua visão de Brasil partindo das questões originariamente presentes no chamado Grupo da USP liderado por Florestan Fernandes, como vimos no capítulo 1. As pesquisas e reflexões deste grupo visavam desconstruir as concepções que guiavam as correntes intelectuais e políticas hegemônicas no campo progressista até o golpe de 1964.

Por outro lado, a atuação do professor da USP como assessor da CPT, principalmente na Amazônia, foi importante para auxiliar na fundamentação da mediação católico-camponesa, tendo ele realizado essa contribuição como mediador intelectual que interliga a esfera teórica às demandas de ordem prática que surgem com o desenvolvimento das mobilizações agrárias brasileiras desse tempo.

O caráter publicista presente nos textos que trataremos neste capítulo nos remete para os apontamentos dos clássicos marxistas que defenderam o papel do intelectual como intérprete dos dilemas de sua sociedade, e não como um militante prático que não avalia os rumos e as ações tomados pelos seus respectivos movimentos políticos.

No capítulo três da tese, identificamos os principais pontos que compõem a visão de Brasil do autor partindo da “margem” da sociedade, no caso do interesse de Martins, do mundo agrário. Como vimos, esses pontos foram: o realce da renda da terra que lhe permite fundamentar a importância da luta pela terra; a proposição da categoria de expropriação para entender as mobilizações que ocorriam no espaço agrário brasileiro naqueles anos 1970-80; o entendimento do posseiro como ator social de destaque do referido período e a valorização da cultura popular nos processos mediadores.

Neste capítulo, nos valeremos dessa construção do autor para entendermos a natureza de suas críticas às agências de mediação das mobilizações agrárias da segunda metade do século XX, pondo ênfase nos textos do autor que se referem ao período que se inicia no final dos anos 1970 e termina nos primeiros anos 2000.

O exercício que faremos objetiva compreender os argumentos que sustentam a crítica de José de Souza Martins às agências de mediação hoje influentes no espaço agrário brasileiro – principalmente a CPT e o MST. Para tal, é necessário fazer uma referência às críticas que o autor fez aos grupos de esquerda do pré-64, principalmente ao PCB e aos pressupostos nacional-desenvolvimentistas que os fundamentavam.

O autor acusava tais esquerdas de terem uma visão urbana da problemática existente no campo. Essa visão, que concebia os impasses postos aos movimentos camponeses com os referenciais utilizados para entender as ações organizadas dos trabalhadores urbanos, estaria, no entender de Martins, bem distante da realidade do meio rural. O autor cita como exemplo a tão declamada palavra-de-ordem da reforma agrária utilizada pelos mediadores políticos então ainda atuantes no campo. Numa entrevista de 1980, ele criticava claramente a concepção distributivista da reforma agrária, segundo a qual, partindo da mera divisão das grandes propriedades, ter-se-ia o pleno desenvolvimento econômico e social, por esse caminho se incluindo na agenda do Estado as demandas dos trabalhadores rurais (MARTINS, 1993:32).

A preocupação do autor é mostrar as mais variadas formas de lutas existentes no campo brasileiro e explicar as suas especificidades. Ele cita a pouca importância ou, em alguns casos, a negação da existência da pequena propriedade capitalista por parte daqueles que participavam das lutas sociais no campo. Desta forma, a defesa da reforma agrária

distributivista era apontada pelo autor como o principal equívoco de interpretação em que incorriam as agências de mediação das mobilizações agrárias.

O professor da USP cita a luta pelo reconhecimento da propriedade tribal dos xavantes, dos xocós, dos guajajaras, como exemplos de lutas de segmentos das classes subalternas que não possuem a propriedade privada como objetivo. A ocupação do espaço dessas nações indígenas não coincidia de nenhuma maneira com a ideia de pequena propriedade defendida pelos mediadores dos movimentos sociais rurais. O próprio posseiro será citado por Martins como exemplo de um ator social que lutava antes pelo trabalho do que pela propriedade (Idem, p.35)

Como já foi mencionado, para Martins, o campesinato brasileiro, ao contrário dos camponeses russos estudados por Lênin, não era uma classe que resistia à expulsão da terra habitada por sua família a várias gerações. Os camponeses brasileiros teriam, na diáspora pelo território nacional, uma característica em comum, o ponto que os afirmavam como classe social.

Enquanto o campesinato russo lutava para não *sair da terra*, o brasileiro, que dela já tinha sido expulso inúmeras vezes, lutava para *entrar na terra*. Neste sentido, a luta pela terra no Brasil não representaria uma defesa do passado, ao contrário, ela conteria em si viabilidade para o desenvolvimento da economia nacional de então.

O direito de propriedade é mencionado como um exemplo que justificaria as afirmações anteriores. Isso porque as mais diversas histórias dos trabalhadores rurais do país têm na diáspora humana o ponto em comum que unificaria suas lutas sociais. Desta realidade da história nacional, o professor da USP atribui às lutas camponesas um sentido anticapitalista e anti-oligárquico, pois, como vimos no tópico 3.1, tais lutas vão de encontro ao caráter rentista do capitalismo brasileiro.

Mais uma vez, o interesse específico do autor é a crítica aos mediadores que, imbuídos de questões ideológicas próprias ao meio urbano, não enxergavam o caráter prático das demandas sociais no espaço rural. Os partidos políticos e os movimentos sociais nacionais teriam que inserir em seus programas pontos que pudessem ser assimilados pelos trabalhadores rurais em geral e não apenas chavões ideológicos totalmente desconectados da realidade das lutas sociais no campo, lutas que, segundo Martins, possuem um conteúdo relacionado antes a questões práticas do que a questões conceituais ou ideológicas.

As lutas do campo deveriam ser decodificadas pelos partidos políticos e movimentos sociais, considerando as especificidades próprias a esse espaço. Esse tipo de mediação teria de buscar a unidade na diversidade dos grupos sociais existentes no campo brasileiro.

“A grande questão hoje é a questão da democracia, que reúna a força dos oprimidos do campo e da cidade sem submetê-los à violência terrorista da ditadura e da unanimidade de pontos de vista. Para os diferentes personagens da nossa história presente, ser amigo ou inimigo dependerá muito de como for concebida a forma política dessa democracia” (Idem, p.20).

Para o sociólogo da USP, a luta por mudanças no regime de propriedade seria uma necessidade fundamental para os movimentos sociais atuantes no campo brasileiro. Isso porque o Estado brasileiro, através do Estatuto da Terra, reconhecia apenas as propriedades empresariais, invalidando legalmente as diversas formas alternativas à propriedade capitalista. Citando o autor: “Uma reforma agrária que não incorpore os projetos e formulações já revelados nas próprias lutas dos lavradores, que não combine as diferentes concepções e práticas alternativas de propriedade, e que ao mesmo tempo não abra a possibilidade de crescimento desses regimes alternativos sem a tutela do capital, poderia se transformar num

mero exercício de ficção” (Idem, p.59-60).

Como vimos, no texto que dá o nome ao livro *Os Camponeses e a Política no Brasil* (1981), José de Souza Martins defende que os citados mediadores não partiam de interpretações relativas ao Brasil para guiar suas ações rurais. Como consequência, havia um descompasso entre as palavras-de-ordem utilizadas e a realidade dos camponeses. Sem ferramentas de interpretação adequadas para nortear as ações mediadoras no campo, restar-lhes-ia apenas a desqualificação prévia das classes subalternas. Com isso, os camponeses seriam órfãos de apoio político efetivo na sociedade brasileira.

De acordo com o argumento de Martins, embora no pré-64 tenha ocorrido a entrada dos camponeses na cena política nacional, com a presença de novos grupos (especialmente de esquerda) atuantes no campo brasileiro, tivemos o surgimento de outras formas de tutela sobre o campesinato, agora, diz o autor, através dos sindicatos, dos partidos políticos e de outras formas de intervenção no campo.

O sociólogo da USP expõe suas críticas às concepções que guiavam as ações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e valorizava as Ligas Camponesas. Enquanto o primeiro ator político defendia uma coexistência das classes populares com a burguesia numa frente única que dirigiria uma revolução no país, as ligas caminhavam para uma revolução camponesa. O autor questiona a primeira estratégia, uma vez que, segundo ele, os latifundiários não representavam uma classe anti-burguesa e pré-capitalista. Não existiriam assim contradições radicais entre a burguesia nacional e os grandes proprietários de terra que justificasse a necessidade estratégica de uma aliança de camponeses e operários com a burguesia, como nos exemplos clássicos de revolução burguesa.

Para Martins, “a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato” (1981: 81). Ele cita o PCB, a Igreja, as próprias Ligas Camponesas e o trabalhismo de Goulart como os quatro principais grupos que disputavam o controle do movimento camponês de então. Entretanto, não obstante essa crítica ao posicionamento desses mediadores que subordinavam os camponeses a seus projetos sem considerar as suas demandas, o autor reconhece que “a mediação política a que nos referimos (até 1964) dava um novo sentido à reivindicação camponesa, situava o camponês numa perspectiva mais ampla, recuperava e trazia à luz as dimensões mais profundas da expropriação e da violência que ele sofria sob tutela do coronel” (Idem, p.82).

No entanto, Martins dizia que os grupos de mediadores que àquela época disputavam a condução do movimento camponês, empenharam-se, com variadas intensidades, para evitar uma revolução camponesa no Brasil. O argumento utilizado por esses grupos dava prioridade ao desenvolvimento do mercado interno. Essa proposta era “muito distante da luta pela terra, da luta dos camponeses contra a renda fundiária” (Idem, p.92). Tal subordinação criticada por Martins corrobora o subtítulo de um dos tópicos do capítulo 1 de *Os Camponeses e a Política no Brasil: o camponês nos projetos dos outros*.

Ainda nesse mesmo livro, no tópico “O discurso sobre a reforma agrária e o impasse”, o seu autor apresenta o descompasso entre as lutas populares que ocorriam naquele tempo da redemocratização do começo dos anos 1980 e as mediações dos grupos de esquerda envolvidos na luta pela terra. José de Souza Martins dizia que tais grupos expressavam a *práxis da classe média*, e não a *práxis camponesa*, pois atuavam no sentido da formação de uma *tutela ideológica e política de esquerda* que entorpecia a emancipação dos trabalhadores rurais.

A unificação dos discursos sob o lema da reforma agrária fazia com que os citados grupos de mediadores empreendessem uma luta descontextualizada da luta pela terra existente na *práxis camponesa*. Não eram consideradas questões fundamentais, como aquelas relacionadas à emancipação do trabalhador rural, através de um possível preenchimento do

vazio deixado pela perda de influência do poder local frente à chegada do capital.

Como vimos no capítulo 3, na passagem dos anos 1970-80, o autor voltava-se para a Amazônia para interpretar a expansão da modernização capitalista a partir de sua “margem”. Neste exercício, o autor constata que a luta pela terra teria a dimensão de um movimento social que, de certa forma, teria sido contido pelos grupos de mediação. Citando o autor:

“Na luta pela terra, está envolvida mais do que a propriedade das bases locais do poder, mediante a instauração de formas de democracia participativa, com frequência já presentes, desenvolvidas e aprendidas na luta pela terra. É nesse plano que as lutas camponesas na Amazônia têm a dimensão de movimento social. Esvaziado, porém, porque seus temas mais profundamente políticos foram tirados da agenda política por grupos de mediação. E porque, de outro lado, o encaminhamento político da questão agrária e da questão camponesa, durante a ditadura, se fez de modo a divorciar *quem faz e quem pensa*, semeando a ilusão de que quem faz não pensa e, por isso, somente tutelado pode agir politicamente. Razão pela qual todas as tentativas de dar curso político à questão agrária desembocam na invocação e privilegiamento do Estado e no enfraquecimento dos movimentos sociais” (Idem, p.96).

Podemos perceber que o autor defende uma valorização do dinamismo existente nas ações dos movimentos sociais atuantes no mundo rural brasileiro naquele início dos anos 1980. Isso porque o governo de então era integrado por grandes grupos de interesses de forte oposição às políticas de reforma agrária. Como veremos no próximo capítulo, posteriormente o autor vai mudar sua perspectiva e passa a valorizar a participação dos movimentos sociais nas esferas governamentais, em virtude do novo contexto de consolidação das instituições democráticas, especialmente nos governos do PSDB.

Em nosso entendimento, a crítica de Martins aos grupos de esquerda que ainda realizavam mediação dos movimentos sociais do campo brasileiro é o fio condutor presente em sua trajetória intelectual. Tanto no pós-64 a que nos estamos referindo quanto nos anos mais recentes, o autor cobra dos mediadores (velhos e novos) uma atuação coerente com a realidade dos trabalhadores em luta, condenando as receitas prontas, os chavões e as ideologias distantes do cotidiano dos grupos sociais rurais.

As críticas do professor da USP ao PCB e mais recentemente à CPT/MST são exemplos explícitos da relação dos intelectuais com os movimentos sociais do campo popular. Essa necessidade assinalada por Gramsci da ida do intelectual até a realidade que deseja transformar pode ser constatada na trajetória de Martins em suas andanças como assessor de movimentos sociais que iriam culminar na formação da CPT e do MST. Poderíamos relacionar essa característica ao entendimento de Sánchez Vázquez sobre a principal contribuição de Lênin em relação ao papel dos intelectuais nos movimentos revolucionários da periferia capitalista. Para aquele autor: “a citada função mediadora de tipo intelectual seria o ponto forte do legado deixado pelo teórico da revolução na periferia capitalista” (SANTOS, 2009, no prelo).

Embora tenha baseado os referenciais que sustentam as suas críticas aos mediadores antigos das mobilizações agrárias na crítica ao leninismo partidário e na comparação da realidade brasileira com a Rússia analisada por Lênin na passagem dos séculos XIX-XX,

podemos incluir a veemente defesa que o autor realiza (e ele mesmo a exerce no início dos anos 1980) da mediação intelectual nas ações empreendidas pelos movimentos sociais do espaço agrário brasileiro no sentido que Lênin conferia a função do intelectual, como acima citamos. Para Martins, essa função que havia sido exercida no pós-64 por partidos políticos, como o PCB, passa a ser realizada pela CPT.

A própria criação do MST é abordada por Martins nesse contexto. Isso porque a CPT não poderia continuar a confundir o seu papel original de mediador intelectual com as ações diretas dos trabalhadores, que passou a ter o MST como responsável. Entretanto a partir dos anos 1990, a CPT teria abdicado de sua “função interpretativa” e passado a ter sua existência como entidade de “simples apoio ao MST”, confundido as funções interpretativa com aquelas relacionadas às ações diretas.

A relação do próprio sociólogo da USP com os novos movimentos que surgiam no campo na virada dos anos 1970-80 a que nos referimos anteriormente e a elaboração de uma argumentação para criticar os pilares da tradição marxista-leninista representada pelo PCB, levam-nos à reflexão sobre o tema da relação dos intelectuais com o respectivo contexto político de seu tempo. Entretanto, há quem observe que o arsenal teórico comunista desconstruído por Martins é muito mais amplo do que o “marxismo vulgar” que o sociólogo vê no PCB (SANTOS, 2008). Ele interpela o chamado nacional-desenvolvimentismo, hegemônico no campo progressista na maior parte do século XX.

José de Souza Martins constrói o seu “agrarismo” baseado na crítica às diversas tendências abrigadas sob o “guarda chuva” do nacional-desenvolvimentismo. Podemos citar como integrantes do nacional-desenvolvimentismo: o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)³⁷, o trabalhismo de Goulart, o PCB e alguns setores mais progressistas da Igreja Católica.

Observemos que o Grupo da USP recusava o “marxismo vulgar” do PCB e o nacionalismo acrítico do ISEB, enquanto este último criticava o academicismo dos sociólogos de São Paulo. Citando Gabriel Cohn:

“Na época havia na USP uma insistência restrita ao âmbito nacional, mas que alertava para que o analista não ficasse desatento ao fato de que os grandes processos se davam em escala muito maior. Era uma tentativa de introduzir, de alguma maneira, a grande discussão marxista que queria apanhar tendências que transcendiam, de longe, o nível conjuntural. Isto mantendo a atenção aos problemas ideológicos no âmbito nacional. Isso de fato mostra quão pouco a visão paulista, no debate com o pessoal do ISEB, estava envolvida em um projeto explícito de construção nacional, um grande projeto, por sinal. Foi levantado, muitas vezes, que o pessoal

³⁷ Para Caio N. de Toledo: “Quando de sua criação, o Instituto teve as características de uma grande frente intelectual e política. Nele conviviam liberais, comunistas, social-democratas, católicos progressistas (alguns deles, recém egressos do integralismo) etc. Do ângulo das afinidades teóricas, pode-se dizer que nele se confrontavam simpatizantes do marxismo, do existencialismo de cristão e de Sartre, da fenomenologia de Jaspers, da sociologia do conhecimento de Mannheim, do historicismo de Dilthey, do culturalismo de Ortega y Gasset e de outras correntes filosóficas e sociológicas. No entanto, apesar de expressarem uma multiplicidade de orientações teóricas e políticas, esses intelectuais convergiam na convicção de que, através do debate e do confronto das idéias, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil” (Revista Espaço Acadêmico, 50. Julho/2005).

da USP foi injusto com o pessoal do ISEB, não percebeu sua importância. Não era bem uma desqualificação. Mas, havia uma diferença política de orientação. (COHN, in BASTOS et.al. 2006, p.99)

As diferentes tendências abrigadas na orientação nacional-desenvolvimentista consideravam vital o pleno desenvolvimento do mercado interno através de duas frentes em que eram necessárias medidas de transformação social: a expansão do trabalho assalariado, que se teria – segundo os autores criticados por Martins – generalizado no campo e a realização de uma reforma agrária distributivista.

Para Martins, essas diferentes tendências não consideravam que os trabalhadores lutavam antes pelo direito ao trabalho do que pela propriedade capitalista. A constatação da defesa dos valores tradicionais frente à nova realidade destruidora dos modos de vida existentes é uma característica que pode ser comparada à constatação de Marx em *O Manifesto Comunista*, resumida na famosa passagem: “Tudo o que antes era sólido, se desmancha no ar”. As interpretações baseadas nesta frase consideram que a expansão do capitalismo destruiria as relações pré-existentes e traria novos valores que não seriam condicionados pelos valores tradicionais. Para o professor da USP, os mediadores devem realizar esforços no sentido de compreender as resistências à modernização e saber atuar sobre as mesmas.

Como vimos no capítulo 3, a renda da terra foi a noção-base da construção teórica de Martins, tendo a esfera econômica a centralidade própria ao campo marxista. Também há a valorização de aspectos relativos à esfera cultural trazida à tona a partir das análises de Gramsci e de Lefebvre. As perspectivas destes últimos deram um novo significado ao campo marxista, através do estudo de elementos não considerados por seus primeiros clássicos (Marx, Engels e Lênin).

Dentre os diferentes grupos que compartilhavam as idéias do nacional-desenvolvimentismo, havia os que consideravam os camponeses como uma classe do passado que seria automaticamente substituída pelos assalariados à medida que o capitalismo avançasse no país, particularmente no campo. Martins contesta o caráter automático e linear dessas transformações, e chega a defender a maior capacidade dos posseiros de exercerem o novo protagonismo das lutas sociais no campo, uma vez que podem resistir por mais tempo sem receber, pois, ao contrário dos assalariados produzem os recursos para a sua reprodução.

Como os mediadores criticados pelo sociólogo da USP tentavam entender as mobilizações do mundo rural com os mesmos referenciais utilizados para a compreensão de outras realidades, não conseguiam enxergar as possibilidades de transformação social contidas nas ações dos posseiros.

Suas pesquisas na Amazônia foram fundamentais para fundamentar a sua principal proposição exposta em *O Cativo da Terra* e tratada no capítulo 3 desta tese, segundo a qual a renda da terra seria a categoria-chave para compreendermos os processos sociais e econômicos do mundo rural. Como vimos, o conceito de renda da terra permeia toda a crítica do autor aos diferentes grupos de mediação com atuação no campo brasileiro, pois interpela o economicismo presente em tais interpretações.

José de Souza Martins utiliza a construção marxiana para tratar do tema da renda da terra, filiando-se à Escola de Sociologia da USP em sua interpretação de Brasil. Apontando, porém, para o que classifica como erro comum à bibliografia que se debruçou sobre o regime de colonato. Como vimos no tópico dedicado ao livro *O Cativo da Terra*, ele contesta a tese de assalariamento integral que surgiu para a compreensão das relações de trabalho sob regime de colonato após a Abolição. Essa noção seria responsável pela sobrevalorização da

importância do trabalho assalariado por parte daqueles que estudavam os processos que ocorrem no meio rural brasileiro.

Os atores influentes no campo no pré-64, inclusive os de esquerda, segundo Martins, teriam se esforçado para excluir os camponeses da condição de protagonistas no cenário político brasileiro. Grande parte de seus textos sobre as mobilizações do mundo rural se ocupa em conferir importância às ações camponesas ocorridas ao longo da história brasileira, contestando as teses hegemônicas entre os seus mediadores, que os consideravam como uma classe integrante de um passado em extinção.

As ideias defendidas pelos citados mediadores apontavam os camponeses como uma expressão do atraso nacional. Por essa razão, na visão dele, seriam substituídos por trabalhadores assalariados. Se os camponeses representavam um grupo do passado, não teria cabimento lhes conferir uma posição de destaque no quadro político nacional.

Esses grupos de mediação entendiam que para a execução da modernização do país seria necessário o desenvolvimento do mercado interno. Assim, dois processos interligados seriam decisivos: a expansão do assalariamento pelo território nacional e o crescimento do número de sindicatos rurais. Esses últimos seriam o meio mais eficiente de propagação dos ideais socialistas, nacionalistas ou trabalhistas de acordo com os interesses dos diferentes mediadores. Então, tanto o PCB e o trabalhismo de Goulart quanto os outros setores abrigados sob a cobertura do nacional-desenvolvimentismo, entendiam que a pobreza no mundo rural brasileiro estava relacionada com a falta de desenvolvimento capitalista. Assim, aqueles que resistem à proletarização deveriam ser beneficiados por um projeto de reforma agrária redistributivista para fortalecer o mercado interno através da formação de uma pequena burguesia rural.

Deste modo, a defesa da reforma agrária redistributivista para o fortalecimento do mercado interno foi o ponto que uniu os comunistas aos diferentes grupos de cunho nacionalista que lutavam pela modernização das relações econômicas e sociais da sociedade brasileira nos anos 1950 e 1960. No entender de Martins, essa união se deu sem uma forte consideração dos valores da tradição camponesa, sendo inclusive ela responsabilizada pela lentidão das lutas camponesas pelo país.

José de Souza Martins foi um dos intelectuais mais decididos em contestar a idéia da superioridade da ação sindical em relação às lutas pela terra. Como vimos nas passagens extraídas do livro *Expropriação e Violência*, essa crítica se baseou numa importante distinção entre os processos de exploração e de expropriação, que delimitava a espoliação do operário urbano da do trabalhador agrícola. Para ele, ao não diferenciar esses dois processos os mediadores sobrevalorizavam a importância da organização sindical e não enxergavam o dinamismo emancipatório das mais diversas formas assumidas pela luta pela terra, em especial a dos posseiros, ator social que concentraria, na passagem dos anos 1970 para a década de 1980, os impasses dos camponeses no Brasil.

O sociólogo da USP “verbalizou” teoricamente o surgimento dos movimentos sociais agrários que construíam seus valores longe das orientações de organizações tradicionais, como os partidos de esquerda e os sindicatos ainda presentes no começo dos anos 1980 no campo. A participação fundamental de setores ligados à Igreja –, através da presença crescente da Teologia da Libertação – é uma nova realidade por ele valorizada em suas críticas aos grupos de esquerda tradicionais, que, repita-se, haviam colocado os camponeses em seus projetos políticos sem a consideração de suas demandas sociais e econômicas.

Recordemos que, naquela passagem dos anos 1970 para a década de 1980, cresciam e se expandiam os movimentos sociais e sindicais no Brasil, estimulando uma nova geração de militantes contestadora de muitos pressupostos que guiavam as ações agrárias da esquerda tradicional. Essa contestação se dava na própria prática dos movimentos sociais através de lideranças dos movimentos sociais originárias de suas próprias bases que verbalizavam as

novas demandas existentes. A ação mediadora de religiosos e leigos em ações inspiradas pela Teologia da Liberação foi fundamental para a formação dessas novas lideranças camponesas em diferentes regiões do Brasil. O próprio Martins participa deste processo de formação de lideranças camponesas, como vimos no capítulo 4.

Assim, José de Souza Martins realizava uma ponte entre o marxismo acadêmico da USP e a ação dos novos movimentos sociais do espaço agrário, sendo uma espécie de “representante” do Grupo da USP no estudo dos processos sociais que ocorriam com ímpeto crescente no campo brasileiro. Como uma voz isolada entre os autores brasileiros, ele realçava a importância da luta dos posseiros e de outros grupos não institucionalizados, trazendo esta problemática de maneira nova para o debate no meio acadêmico com muita insistência.

A crítica do professor da USP ao PCB é também a interpelação a uma visão de mundo baseada em pressupostos que, segundo ele, não consideravam questões relacionadas à relação teoria- prática. De acordo com essa interpretação, as diretrizes para as ações do PCB foram tomadas longe dos processos que ocorriam no mundo rural brasileiro. O sucesso das ações mediadas pela Igreja estaria relacionado à proximidade de padres e leigos com os trabalhadores em luta, ao invés da ação política baseada em decisões tomadas por cúpulas partidárias que tinham o modelo urbano-industrial como guia de análise. O autor critica esta desconexão e defende uma mediação política que partisse dos valores e demandas existentes no espaço agrário brasileiro.

Essas considerações nos levam à questão da relação entre o marxismo uspiano e a militância política. Como vimos, o marxismo acadêmico da USP se propõe realizar a crítica da orientação dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais tradicionais atuantes no Brasil em particular até 1964. Dizia-se que o marxismo do PCB era caracterizado por uma grande pobreza teórica, o que impedia aos comunistas a compreensão das especificidades da realidade brasileira. Essa pobreza estaria ligada ao fato de os grupos políticos terem sua reprodução relacionada aos embates ideológicos provocados pelas inúmeras vertentes partidárias (trotskistas, maoístas, etc). Tais embates juntamente com as demandas de caráter prático vindas da própria realidade, nacional e internacional, bloqueariam o desenvolvimento teórico desses grupos.

Entendemos que a defesa da reforma agrária distributivista aproximava o PCB do chamado arco progressista das correntes políticas e sociais daquele tempo. Essas posições políticas não podem ser criticadas sem a consideração dos impasses postos a esse partido em diferentes períodos de sua história. Se, por um lado, as críticas ao PCB possam ter validade no sentido de apontar a necessidade de considerarmos as características da sociedade que se deseja transformar, essa interpelação pode ser injusta se não atentarmos para as especificidades históricas e políticas de seu contexto. Um partido político é chamado a elaborar estratégias pragmáticas visando conduzir politicamente os grupos sociais que tendem a integrar as mobilizações populares.

Lembremos agora Nelson W. Sodré, historiador que criticou o marxismo acadêmico do grupo de sociólogos da USP. Para ele, o marxismo acadêmico possui uma arrogância que desqualifica todos aqueles que não partem de seus pressupostos. Citando o autor:

“Os magos e profetas suburbanos não têm originalidade, mas têm arrogância. Dominando as engrenagens culturais — burocráticas ou universitárias, às vezes mesmo quando fora delas, prestigiados por isso mesmo — decretam novas tábuas de valores, novas consagrações, assim como determinam o que os jovens estudantes a que orientam devem ler ou acatar. Quando indagados sobre autores ou professores que não lhes

acompanham os ensinamentos ou reverenciam as obras, respondem que estes não são científicos, mas ideológicos. Ser ideológico — como se eles não o fossem, como se houvesse ciência que não o fosse — é heresia (SODRÉ, 1986, p. 54).

Esse embate de idéias expressava as diferentes interpretações de Brasil de grupos intelectuais da época, como o ISEB³⁸ e a escola sociológica da USP. Enquanto o primeiro surgiu e se desenvolveu como integrante do Estado, o segundo surgiu dentro da universidade, portanto portador de uma visão acima de tudo científica³⁹.

Para NORMA CÔRTEZ (2003, p.27), o ISEB era um grupo nacionalista e historicista, que partia de uma visão dualista da história, e defendia as alianças entre diferentes classes sociais para promover o desenvolvimento nacional bloqueado pelas forças imperialistas. A mesma autora constatou que a Escola de Sociologia da USP partia de uma perspectiva cosmopolita e antidualista, realçando os conflitos de classes e rejeitando a possibilidade de alianças nacionais, e propondo uma visão integrada dos grandes impasses para o desenvolvimento. (Idem, p.30).

Consideramos essa influência exercida pelas preocupações levantadas pelo Grupo da USP fundamental para a formação das questões desenvolvidas por José de Souza Martins em seus estudos sobre a expansão capitalista no Brasil, partindo do mundo agrário. Entretanto, as pesquisas do Grupo da USP sobre as resistências das diferentes classes sociais à modernização foram interrompidas pelo golpe militar de 1964.

E é justamente esse espírito de estudar os grandes impasses nacionais para o desenvolvimento que retorna com mais força nos textos de Martins a partir da metade dos anos 1990, sendo o marco “O Poder do Atraso”, de 1994, o mesmo ano em que Fernando Henrique Cardoso conquistou pela primeira vez a Presidência da República. Os textos de José de Souza Martins passam a tratar de temáticas mais amplas, considerando os impasses postos não só aos camponeses e mediadores dessa época em suas mobilizações contra grupos inimigos que controlavam o Estado. Agora, o autor chama a atenção para o novo contexto democrático e para o que ele entende como boa vontade do governo ao criar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, nomeando como Ministro Raul Jungmann, um nome ligado a esquerda pecebista.

Esse novo contexto democrático, sem a urgência de se lutar pelos mais básicos direitos de organização política, como na época das proibições, exigiria, no entender de Martins, que as agências de mediação, em especial a CPT, exercessem a sua função de mediação mais intelectual, ou seja, atuar no sentido de refletir sobre os impasses postos aos movimentos que atuavam sob sua esfera de influência e não aderir acriticamente a essas mobilizações.

³⁸ Segundo Bresser-Pereira: “Os principais intelectuais do ISEB foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida”

³⁹ Gabriel Cohn afirma que Bresser Pereira destaca que a Sociologia da USP não enfatizava essa questão do Estado-Nação tão forte quanto o ISEB. Citando Cohn: “Isto é verdade. Na época havia na USP uma insistência restrita ao âmbito nacional, mas que alertava para que o analista não ficasse desatento ao fato de que os grandes processos se davam em escala muito maior. Era uma tentativa de introduzir, de alguma maneira, a grande discussão marxista que queria apanhar tendências que transcendiam, de longe, o nível conjuntural. Isto mantendo a atenção aos problemas ideológicos no âmbito nacional. Isso de fato mostra quão pouco a visão paulista, no debate com o pessoal do ISEB, estava envolvida em um projeto explícito de construção nacional, um grande projeto, por sinal. Foi levantado, muitas vezes, que o pessoal da USP foi injusto com o pessoal do ISEB, não percebeu sua importância. Não era bem uma desqualificação. Mas, havia uma diferença política de orientação” (COHN, in BASTOS et.al., 2006, p.99).

Nos primeiros anos 1980, embora já estivesse em curso o processo de redemocratização, o autor se voltou para a Amazônia onde ainda era violenta a repressão sobre diferentes frações das classes subalternas (indígenas, posseiros, etc). Assim, seus ensaios deste período tiveram o objetivo de apontar o caráter rentista do capitalismo brasileiro através do conceito de renda da terra. A principal consequência da valorização da propriedade fundiária, em especial nas áreas de fronteira agrícola, foi a expulsão de posseiros e o crescimento de mobilizações de luta pela terra, entendendo o autor que essas últimas tinham a dimensão de movimento social. Podemos perceber que o sociólogo da USP respondia nesse período a demandas emergenciais de ordem prática dos movimentos de trabalhadores rurais, e sua contribuição foi oferecer a interpretação sociológica para auxiliar nas ações dos mesmos.

Com o lançamento do seu livro “O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta”, Martins enriquece sua obra pondo ênfase no tema da “contemporaneidade do velho e do novo”, agora sob a perspectiva da história comparada, ou seja, realizando a reflexão sobre a modernização do Brasil tendo os modelos clássicos de revolução burguesa como parâmetro.

O conjunto de ensaios que compõem esse livro de 1994 de certa forma volta ao tema dos grandes impasses ao desenvolvimento tratados pelo Grupo da USP antes da já citada interrupção forçada de suas atividades causada pelo golpe de 1964. Tais textos apresentam o desenvolvimento histórico brasileiro partindo de uma perspectiva crítica em relação às chamadas concepções desenvolvimentistas e economicistas do ISEB e do PCB. Mais uma vez Florestan Fernandes é citado como exemplo de estudioso interessado no tema da “resistência social à mudança”. Dizia Martins: “Florestan discutia a questão do desbloqueio, da superação dos constrangimentos ao desenvolvimento e à modernização no âmbito das classes subalternas, das populações pobres, rurais e urbanas, cujas dificuldades à inserção no mundo moderno decorriam de uma socialização desfavorável à mudança” (Martins, 1994: 55).

É a perspectiva da história lenta que leva o autor a ocupar-se dos bloqueios existentes ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à emancipação dos pequenos produtores rurais. A partir de 1994, percebemos uma ida aos grandes temas nacionais sob a perspectiva da sociologia, trazendo questões que envolviam a interpelação às mobilizações agrárias no contexto de consolidação das liberdades democráticas dos anos 1990. Agora, o autor se volta para os grandes temas dos anos 1950 e 1960, em especial aqueles tratados pelo grupo de sociólogos liderados por Florestan Fernandes, já referidos no capítulo 1.

Para se relacionar com as outras classes sociais, e principalmente com o Estado no novo contexto democrático pós-Guerra Fria, os movimentos camponeses deveriam ser mediados por agências preocupadas em conhecer a viabilidade de suas mobilizações frente aos bloqueios à modernização do Estado e das relações entre as classes sociais. O teor dos ensaios do livro em questão concentra-se justamente em sublinhar a persistência do passado nas decisões e políticas das instituições do Estado e nas relações entre as classes sociais. Com isso, o Brasil é o eterno país das potencialidades ou, ainda o país do futuro, com a história sempre à espera de um futuro com progresso. Diz Martins:

“O peculiar da sociedade brasileira, como de outras sociedades, está em sua história. Menos, obviamente, por suas ocorrências características e factuais. E mais pelas determinações que dela fazem mediação viva do presente. História inacabada, o inacabado e o inacabável vão se revelando as determinações estruturais que demarcam o nosso trajeto, nosso nunca chegar ao ponto transitório de chegada; àquele que define uma realidade configurada, marcada por seu próprio tempo

singular, seu modo de ser e de interpretar-se”
(MARTINS, 1994, p.11).

A persistência do latifúndio seria a principal característica das determinações e dos bloqueios impostos pela história para a modernização das instituições políticas brasileiras. Assim como fez no início dos anos 1980, ao recorrer à história para conferir importância aos movimentos camponeses, agora também o autor recorre à História para conhecer os impasses existentes e os obstáculos com os quais tem que confrontar aqueles que tentam, tanto no governo quanto na esfera dos movimentos sociais, agilizar o ritmo das transformações políticas e sociais no país.

Nos quatro ensaios que compõem o livro “O Poder do Atraso”, Martins trata da dimensão política da propriedade da terra e da atuação dos que se envolvem na luta pela terra (Idem, p.12). Para o autor, o latifúndio seria a base da orientação social e política historicamente hegemônica em países como Brasil. Aí estava a fonte responsável pelos bloqueios a uma transformação social profunda e à democratização do país.

“A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros. A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. E Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. **No Brasil, o atraso é um instrumento de poder**”
(Idem, p.13, grifos nossos).

O sociólogo da USP sugere que, em pesquisas de sociedades de origem colonial como a brasileira, por ele denominada *sociedade de história lenta*, uma *sociologia da história lenta* teria como orientação a “necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado” (Idem, p.14). Para ele, as relações históricas entre o Estado e a sociedade brasileira se deram por meio da mediação do atraso. A chegada do capitalismo ao campo que, como muitos consideravam, iria transformar as relações sociais se deu pela combinação, e não pela contraposição entre o atraso (propriedade da terra) e o moderno (capital).

Ao invés de considerar essas mediações do passado como obstáculos à modernização, como aqueles que acreditam que o progresso dominaria inexoravelmente a história, Martins aponta a necessidade de conhecermos as condições históricas que estabelecem o *ritmo do progresso* em diferentes sociedades. O autor critica o uso automático de categorias geradas em outras sociedades para a análise da realidade brasileira, classificando tais orientações como “*conduta imitativa*, não-criativa, própria do colonizado que ainda pensa com a cabeça do colonizador” (Idem, p.15).

A primeira parte do livro em questão é denominada “O Estado: o uso conservador da mediação do moderno”. Aqui, o professor da USP recorre ao passado colonial para identificar às resistências das diferentes classes à modernização. Nestes anos 1990, o autor volta-se para a Sociologia, buscando refletir sobre os acontecimentos políticos que marcaram o início dessa década, em especial o processo de impeachment do primeiro presidente eleito pelo voto direto após décadas de governos militares.

No seu capítulo I – “Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo” – Martins trata dos episódios que culminaram no afastamento do presidente Fernando Collor de Mello. Para o autor, o fato de que tais episódios responsáveis pelo impeachment do presidente terem sido entendidos pela opinião pública como corrupção sugeriria a ocorrência de mudanças na sociedade brasileira, com setores crescentes da mesma contestando as práticas de corrupção historicamente toleradas.

Para José de Souza Martins, a política do favor teria sido a base do Estado brasileiro. A inexistência da distinção entre o público e o privado constituiria a principal característica dessa tradição política. Quando parcelas crescentes da sociedade passam a contestar essas práticas clientelistas fica nítido a luta contra os bloqueios que impedem a modernização das estruturas do Estado ainda com forte presença das forças oligárquicas. E é conhecendo essa realidade que as agências de mediação dos movimentos sociais agrários deveriam realizar esforços para obter apoio na sociedade para as suas demandas.

O professor da USP chama atenção para a necessidade de realizarem-se esforços interpretativos para auxiliar na compreensão das contradições e debilidades que a modernização introduziu na dominação oligárquica. Uma reflexão que desvende essas contradições e elabore novos caminhos frente às mesmas é defendida como crucial para que os movimentos sociais possam introduzir suas demandas na agenda política do Estado brasileiro.

De acordo com a leitura que fizemos dos textos de Martins pertencentes ao livro *O Poder do Atraso*, pudemos constatar que, para o autor, o principal obstáculo para a modernização das instituições nacionais é a indefinição entre os limites do público e do privado na sociedade brasileira. O autor sugere recorrer à *história daquilo que permanece*, isto é, “a história da constituição de mecanismos de poder e da constituição de instituições em que o público e o privado se confundem” (Idem, p.24).

José de Souza Martins defende que as formas de corrupção próprias a formação histórica brasileira foram renovadas e continuam a determinar as relações do Estado com os diferentes setores da sociedade. Aqueles que não percebem essa característica realizariam apenas *agitações estéreis* – utilizando um termo de Caio Prado Júnior para referir-se às agitações camponesas do pré-64, em especial as Ligas Camponesas (Cf. SANTOS, 2001).

No tópico “Os destinatários do clientelismo político”, temos a crítica ao entendimento, segundo o qual o clientelismo seria uma forma obsoleta de corrupção política. Para ele, o clientelismo se revigora e, embora mudando de forma, apresenta uma fachada moderna.

“Minha concepção é a de que o oligarquismo brasileiro se apóia em algo mais amplo do que esse relacionamento – ele se apóia na instituição da representação política como uma espécie de gargalo na relação entre a sociedade e o Estado. Não só os pobres, mas todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca de favores com os políticos” (Idem, p.29).

Assim, a partir da perspectiva de “história lenta”, Martins descreve o processo de modernização do país, desde a Proclamação da Independência até o processo de cassação de Fernando Collor, passando pelo Estado Novo e pelo Golpe de 64. É exposto nessa apresentação do autor o ritmo moroso das nossas “transformações”, em comparação com os países onde ocorreram as chamadas revoluções burguesas clássicas. Citando o trecho que resume a orientação dos textos que compõem o livro:

“Na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e

políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. **O novo surge sempre como um desdobramento do velho**” (MARTINS, 1994, p.30, grifos nossos).

Podemos perceber a crítica aos que desejam acelerar a velocidade das transformações sem conhecer as especificidades próprias ao contexto histórico brasileiro. A proposição de estudos sobre os bloqueios que dificultam a modernização das relações sociais e políticas traz novamente as temáticas que criticavam a visão dualista para o entendimento das transformações da história brasileira. Ao invés desse tipo de concepção, o autor apresenta o novo não como uma ruptura em relação ao velho, e sim como um desdobramento do mesmo. Essa interpretação implicaria uma redefinição dos pressupostos das agências de mediação que teriam suas orientações baseadas na noção de ruptura da ordem vigente e na criação de uma nova sociedade, quando teriam que interpretar os bloqueios à modernização através do estudo da história brasileira.

Ao abordar as novas formas assumidas pelo clientelismo no contexto do Brasil urbano-industrial, Martins cita o populismo urbano praticado pelos políticos que, com uma clientela maior do que no período agrário-exportador, recorrem ao patrimônio público para manter entidades assistenciais em seu nome e, assim, manter sua base cativa.

“Isso envolve desde a doação de bolsas de estudos para estudantes que presumivelmente não podem pagar a escola privada (num país em que nada absolutamente se paga pela escola pública), até a doação de cadeiras-de-rodas, óculos e dentaduras a quem deles precise. Essa distribuição é feita diretamente pelo político. Evidentemente, sob condição de que ele receberá o voto do beneficiário na próxima eleição. Exatamente como se faz onde ainda prevalece a conduta política clientelista. Muitas dessas verbas vão para os cofres de fundações criadas pelos próprios políticos, convertidas em seu patrimônio e depois presumivelmente distribuídas aos eleitores segundo critérios que assegurem a sua fidelidade eleitoral. Sem contar a manipulação de verbas dos orçamentos locais, estaduais ou federais, como se viu há pouco no segundo grande episódio de corrupção envolvendo membros da Câmara dos Deputados. **A destinação das verbas atende, quase sempre, as conveniências do próprio político, de sua família ou de membros de seu clã político**” (Idem, p.43, grifos nossos).

Essas práticas de corrupção estariam difundidas por toda a sociedade brasileira reproduzindo a velha *política do favor*. Inclusive o sociólogo da USP considera provável que o sistema eleitoral dê força a uma maioria alienada e com uma relação tradicional com o voto. Entretanto – diz ele referindo-se às mobilizações daquela época – os que vão à rua protestar, embora contendo inúmeros membros da maioria anteriormente citada, “constituem-se numa espécie de multidão iluminista, que vislumbra o conflito entre a impessoalidade do poder e o uso pessoal do poder, condenando a este último” (Idem, p.47).

A propósito das históricas relações do Estado com a sociedade, o autor observa que um aspecto positivo desde o período militar seria o aparecimento de uma nova categoria de funcionários públicos concursados de perfil weberiano, que passaram pela universidade durante a ditadura e receberam nítidas influências democráticas. Muitos desses funcionários públicos tornar-se-iam apoiadores, ou até mesmo lideranças das novas mobilizações sociais do mundo rural brasileiro. Como exemplo, podemos citar João Pedro Stédile, integrante da direção nacional do MST, que iniciou sua participação nas movimentações que culminariam com a formação desse movimento social como funcionário da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul.

Entendemos que essa é uma característica responsável por essa “mudança de olhar” do autor, pois naqueles anos 1990 já havia funcionários públicos comprometidos com as lutas sociais, resultando numa ampliação da visão do Estado, agora sob a noção gramsciana do Estado como campo de forças em que diferentes classes sociais estão em disputa pela hegemonia. Para Martins:

“Esse funcionário está hoje em muitos setores fundamentais da administração pública: na educação, na magistratura, nas forças armadas, na polícia. A mediação desse funcionário purifica e dá sentido e direção às ambiguidades de legitimidade que surgem no confronto entre a rua e a urna, entre a manifestação moral ativa dos descontentes nas ruas e o comportamento eleitoral majoritário dos indiferentes na hora de votar” (Idem, p.51).

O capítulo II de *O Poder do Atraso*, intitulado “A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso” é iniciado com considerações sobre a idéia de bloqueios econômicos, sociais e institucionais ao crescimento do Brasil. Esta idéia não é nova, e já teve um papel de destaque no período compreendido entre os anos cinquenta até o golpe militar de 1964. Como vimos a noção de bloqueios a modernização era a preocupação central das pesquisas do Grupo da USP.

Mais uma vez o autor aponta os erros de interpretações do marxismo vulgar, o qual reduz as relações escravistas na América Latina à semelhança do caso feudal europeu. O autor volta a defender a natureza rentista do capitalismo brasileiro, inicialmente com a acumulação primitiva de capital através do tráfico de escravos, depois com a exploração da renda da terra. Ele mesmo cita a importância do “Grupo de São Paulo” (USP) no entendimento – que já havia sido apontado por Prado Júnior – de que o escravismo moderno na América Latina (e as relações de produção dele resultantes) foi um recurso eficaz para o processo mundial de acumulação capitalista.

A propósito dessa questão, a preocupação de Fernando Henrique Cardoso (1960) em saber quem poderia comandar as mudanças sociais decorrentes do fim do regime escravista é assim trazida por Martins:

“A questão era a de saber se a mesma classe dos velhos senhores de escravos podia, ela mesma, assumir a alternativa social que a contradição indicava e promover a abolição da escravatura. Mas, sobretudo, promover o desenvolvimento das condições para que a reprodução do capital passasse a ocorrer de modo capitalista. Isto é, os fazendeiros estavam em condições de personificar o capital, na concepção de uma espécie de empresário weberiano, e dar curso à reprodução capitalista fora dos estreitos

limites da grande agricultura, como até então?’’
(Idem, p.53-54).

Assim, podemos perceber que as preocupações em compreender os impasses para a modernização já estavam presentes e eram centrais nos estudos sociológicos dos pesquisadores da USP nos anos 1950 e 1960. A preocupação de Cardoso exposta por Martins explicita a visão de Brasil da Escola Sociológica da USP, uma visão em que o marxismo é mediado pela sociologia e por outros clássicos da mesma disciplina.

No texto de 1994 a que estamos ora nos referindo, José de Souza Martins também aborda a preocupação de Octavio Ianni ao propor uma análise dialética do desenvolvimento que considerasse os aspectos políticos e econômicos presentes na relação entre o Estado e a sociedade civil. Em relação a Celso Furtado, Martins chama a atenção para o entendimento que o economista tinha do Estado como agente político capaz de modernizar os setores atrasados da economia nacional. Esses intelectuais são apontados pelo sociólogo da USP como exemplos de estudiosos da década de 1950 e início dos anos 1960 que se ocuparam dos grandes impasses para a modernização brasileira.

No mesmo capítulo de *O Poder do Atraso*, a década de 1950, mais uma vez, é apresentada como um período marcado pela entrada dos trabalhadores rurais como atores políticos em escala nacional:

“Depois de décadas de imobilismo, quebrado eventualmente pelos movimentos messiânicos e por anárquicas manifestações de banditismo rural no Nordeste, mas também em São Paulo e Santa Catarina, os trabalhadores rurais de várias regiões, durante os anos cinquenta, começaram a manifestar-se de modo propriamente político” (Idem, p.60).

Como anotamos, a entrada dos camponeses na cena política brasileira foi atribuída à ação de diferentes grupos políticos, em especial o PCB. A emergência desses novos atores, assim considera Martins, constituiu um grande golpe na tradição conservadora da política brasileira, pois foi responsável pela introdução de demandas que nunca haviam sido consideradas (ou estiveram sempre em segundo plano) nos grandes debates nacionais.

No tópico “A intervenção militar na questão agrária: a aliança entre capital e terra”, o Estatuto da Terra, de 1965 é citado como um típico exemplo da tradição brasileira de modernização:

“As grandes reformas sociais, como a abolição da escravidão, foram propostas pelos representantes do pensamento radical, os liberais, mas postas em prática pelos conservadores... Esse jogo político, envolvendo tendências opostas, responde pelo modo contido como as reformas sociais e políticas são concretizadas no Brasil. Além do que, seus executores são, quase sempre, seus inimigos... A questão, portanto, não é a de aprovar leis avançadas, mas assegurar que elas não serão executadas, ou não serão executadas contra os interesses dos que as aprovaram” (Idem, p.69-70).

A constatação acima é de suma importância para compreender os impasses para a modernização do país. O professor da USP observa que a reforma agrária proposta pelas Ligas, pelo PCB e por Jango seria implementada pelos militares. A CPT, ao não enxergar essa característica da história brasileira, estaria caindo na mesma armadilha e entregando a grupos conservadores a implementação das políticas de reforma agrária.

O autor apresenta como *tendência geral* dos movimentos camponeses o fato de exercerem o papel de elementos desestabilizadores da ordem social e política tradicional, abrindo caminho para “a ação reformadora ou revolucionária de classes sociais dotadas de projetos históricos mais abrangentes” (Idem, p.77). Para Martins, a ação ideológica da classe dos proprietários de terra magnificou essa função das mobilizações agrárias como elemento fundamental para o golpe de Estado de 1964. De acordo com essa interpretação, no Brasil, a idéia de revolução camponesa teria existido mais como temor das classes conservadoras (latifundiários, militares, setores reacionários da Igreja, etc.) do que realmente como uma realidade empiricamente comprovada.

Depois de 1964, a valorização dada à categoria de empresa rural, com a criação do Banco da Amazônia e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia indicaria uma reforma agrária orientada para a modernização econômica e para a aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura. O sociólogo da USP também recorda que a política de incentivos fiscais foi a principal medida que explicitaria o modelo de desenvolvimento adotado pelos citados governos, privilegiando o grande capital representado pelos grandes empresários do sudeste (Idem, p.79).

Como podemos perceber, o autor enfatiza que a forma de desenvolvimento do país teve como característica a união entre o grande capital e a grande propriedade, união consolidada em especial após os incentivos fiscais concedidos durante os governos militares. Tivemos então uma política de modernização da propriedade da terra, sem comprometer a sua posição na cena histórica nacional. Nesse contexto, o grande capital não se libertou da propriedade de terra:

“Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas por incentivos fiscais. (...) ***O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, conseqüentemente, o sistema oligárquico nela apoiado***” (MARTINS, 1994, p.79-80, grifos nossos).

Uma frente de conflitos desse tipo de modernização da agricultura se deu entre os posseiros e as grandes empresas. José de Souza Martins constatou que a mediação de tais conflitos recaiu sobre a Igreja e os sindicatos, considerando o aumento da sindicalização nesse período como uma continuação do trabalho da Igreja.

“O fato de que mais de seis milhões de trabalhadores rurais e camponeses tenham entrado para o sindicato, a partir de 1963, principalmente após 1964, se deve, entre outros fatores, à continuação do trabalho de mobilização desenvolvido pela Igreja. Essa tem sido a única forma de revestir as demandas camponesas de alguma dimensão institucional, dirigindo-as para canais legítimos de comunicação com o Estado, forma de pressioná-lo para exigir o cumprimento das leis, em particular o cumprimento

do Estatuto da Terra, que justamente preconizava a reforma agrária como solução para os problemas das áreas de tensão social” (Idem, p.133).

A ascensão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) mostrou uma reorientação do discurso dos *agentes de mediação*, tendo a figura e os métodos de ação dos *sem-terra* substituído o protagonismo do *posseiro* no imaginário das lutas sociais do campo brasileiro. A luta pela permanência na terra do posseiro – num começo restrita à Amazônia Legal – teria sido suplantada pela luta por desapropriações de terra para a constituição de assentamentos rurais, passando a ser o *pequeno agricultor sem-terra* da região Sul o ator social de destaque da luta pela terra no país.

“As lutas dos posseiros, mais antigas e numerosas, foram substituídas, nos jornais e nas preocupações governamentais, pelas lutas dos sem-terra, mais recentes e numericamente menos importantes. Com isso, na formação da opinião pública e na sensibilização dos políticos responsáveis pela definição de normas constitucionais e legais relativas ao direito de propriedade, passaram a pesar desproporcionalmente os acontecimentos que se desenrolavam no terreno escorregadio e difícil das ocupações de terras. Antes, o posseiro é que aparecia expulso de sua terra. Agora, os fazendeiros é que passaram a ser apresentados como vítimas de invasões e expulsões. São muitos os indícios de que essa mudança de ênfase foi intencional, para desmoralizar as lutas dos trabalhadores rurais e os grupos que os apoiavam, especialmente a Comissão Pastoral da Terra” (Idem, p.151-52).

O sociólogo da USP defende que as classes dominantes passaram, através de seus meios de comunicação, a privilegiar a luta dos sem-terra em detrimento das mais numerosas lutas dos posseiros. Essa interpretação original do sociólogo da USP é essencial para a consideração de um tema que será importante para os movimentos de luta pela terra na década de 1990: a realização de ações visando a espetacularização de suas demandas. O MST, que teria entrado nas manchetes de jornais para transformar os grandes proprietários de terras em vítimas de suas invasões, foi o movimento social que soube utilizar, de forma mais eficaz, métodos de ação para influenciar a opinião pública por meio de suas imagens jornalísticas.

No mesmo texto, ao comentar as posições defendidas por trabalhadores e agentes de pastoral na Assembléia da CPT de 1980, Martins sublinhava que a defesa do direito ao *trabalho* se sobrepunha à primazia da *terra* como centro das preocupações do pequeno agricultor.

“A questão da terra e do trabalho foi posta em termos de reformas sociais e não em termos de reformas meramente econômicas, de mera redistribuição da propriedade. Os trabalhadores querem mais. Querem mais do que a reforma agrária encabrestada pelos agentes de mediação. Querem uma reforma social para as novas gerações, uma reforma que reconheça a ampliação histórica de suas necessidades sociais, que os reconheça não apenas como trabalhadores, mas como pessoas com direito

à contrapartida de seu trabalho, aos frutos do trabalho” (Idem, p.156).

Podemos perceber que o autor propõe uma visão ampliada sobre a reforma agrária reivindicada pelos trabalhadores rurais naqueles anos 1980. Essas mobilizações teriam potencial emancipatório e a capacidade de contestar não só o caráter rentista do capitalismo brasileiro, como também os bloqueios existentes no Estado e na sociedade brasileira ao pleno desenvolvimento social de seus camponeses.

A conjuntura nacional do começo dos anos 1980 combinada com o fim da consideração da questão agrária como questão de segurança nacional (própria ao contexto da Guerra Fria) fizeram com que o problema agrário passasse a aparecer por meio das necessidades dos próprios trabalhadores. A reforma agrária surge agora como:

“...condição para que outras necessidades sejam atendidas: necessidade de sobrevivência, necessidade de emprego, necessidade de saúde, de educação, de justiça, de futuro, de paz para as novas gerações, de respeito por sua própria lógica (camponesa) anticapitalista (isto é, por seu modo de pensar e de interpretar a vida), necessidade de integração política, de emancipação (isto é, de libertação de todos os vínculos de dependência e submissão), de reconhecimento como sujeitos de seu próprio destino e de um destino próprio, diferente, se necessário” (Idem, p.159).

Após os movimentos sociais terem passado, nos anos 1950 e início dos anos 1960, pelo processo de “ida” à sociedade – com o intuito de politizar suas demandas e criar as grandes mediações políticas e sindicais –, eles teriam nesse período (anos 1980 e 1990) o desafio que Martins chamou de “volta” à base. Isso porque as organizações tradicionais, como os grupos de esquerda e partidos políticos, foram importantes para colocar as demandas camponesas na agenda política brasileira, constituindo o que Martins chamou de ida à sociedade. Depois, com os anos de repressão política, os mediadores ligados à Igreja serviram de abrigo para os militantes desses grupos então perseguidos. No entanto, o autor propõe que tal movimento “de volta” deve ser *pluralista e não-economicista*, como podemos perceber na seguinte citação:

“A volta, porém, deve ser também o movimento de democratização das organizações, para que reconheçam e assumam a diversidade da unidade, a pluralidade das situações, necessidades e reivindicações. É evidente que esse movimento de volta questiona os monolitismos, as unanimidades obrigatórias, as lutas por hegemonia no interior das organizações como lutas prioritárias” (Idem, p.161).

Ao longo desse capítulo reunimos os principais pontos da argumentação central dessa tese, apresentando José de Souza Martins como publicista que criticou as mediações exercidas sobre as nossas mobilizações camponesas, principalmente as do tempo mais contemporâneo.

Os principais pontos em que o professor da USP apóia a sua crítica estão relacionados ao que ele denomina como *problema de interpretação* dos mediadores, que utilizariam categorias criadas para o entendimento de outras realidades espaço-temporais para a compreensão da expansão do capitalismo no mundo rural brasileiro. Em razão deste *problema de interpretação*, tais mediadores defendiam a palavra de ordem da reforma agrária redistributivista, em detrimento da luta pela terra que ocorria em diferentes pontos do país, em

especial nas áreas de fronteira pesquisadas pelo autor, como a Amazônia.

Outra característica insistentemente apontada pelo autor e apresentada ao longo deste capítulo é a *práxis de classe média* dos citados mediadores. Para ele, esses mediadores traziam o seu *hibridismo de classe* e não enxergavam a vitalidade da *práxis camponesa* elaborada pelos próprios camponeses ao longo de sua diáspora pelo território nacional.

Agora que tratamos dos textos “publicistas” em que o sociólogo da USP apresenta a sua interpelação aos mediadores das mobilizações populares do mundo rural, passaremos a expor os termos da crítica do autor dirigida à mesma mediação católico-camponesa que ele ajudou a fundamentar.

Capítulo 6: As críticas à CPT e ao MST

Nos últimos anos do século XX, José de Souza Martins começou a criticar os rumos tomados pelo MST e pela própria CPT. Para ele, esses grupos haviam perdido uma grande oportunidade histórica ao deixar em segundo plano o dinamismo existente na economia familiar, centrando suas ações na luta contra o governo de então (Fernando Henrique Cardoso) e pelo socialismo, orientações muito distantes das preocupações daqueles que integram a base social de que estes grupos se dizem defensores.

As críticas de Martins também devem ser analisadas considerando-se algumas características do novo contexto em que elas tornam-se fortes. A proximidade de Martins com o presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive com a sua constatação de que os governos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) implementavam as diretrizes oriundas do grupo de sociólogos reunidos por Florestan Fernandes, deve ser considerada em sua trajetória, juntamente com a sua anterior relação com os movimentos agrários como pesquisador e assessor da CPT.

De certa forma, podemos dizer que esse momento da história brasileira representava as possibilidades aventadas na trajetória de Martins: um professor de seu grupo implementando o projeto de modernização do Estado contra as forças patrimonialistas, tendo um movimento camponês (o MST) uma posição de destaque nos debates nacionais. Para Martins, essa seria uma oportunidade que deveria ser aproveitada pelo MST, pois haveria condições favoráveis para a implementação de políticas de reforma agrária naquele tempo dos governos do PSDB.

Martins foi indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para integrar uma comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) – a Comissão Executiva do Fundo Voluntário contra as Formas Contemporâneas de Escravidão –, criada em 1991 para servir de suporte ao grupo de trabalho que, há mais de vinte anos, cuidava do problema da persistência de formas de escravidão. Martins integrou essa comissão, junto com outros nomes indicados pela Índia, Maurítânia, Rússia e Inglaterra. O trabalho o pôs em contato com o drama da escravidão contemporânea em diferentes regiões do mundo. Ele foi ainda assessor especial para a questão da escravidão e coordenador, no Ministério da Justiça, da comissão que produziu o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Além disso, integrou a equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)⁴⁰.

Como vimos em outras partes desta tese, o papel de Martins junto a CPT serviu como motivação para a elaboração de um conjunto de textos de apoio aos movimentos de trabalhadores que começaram a surgir no começo dos anos 1980. No entanto, sua posterior posição crítica em relação ao MST e a CPT, na passagem dos séculos XX-XXI, provocou muita polêmica e críticas.

Em fevereiro de 2000, a revista *Tempo Social* (USP) publicou o artigo “Reforma Agrária: o Impossível Diálogo sobre a História Possível”, depois distribuído pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, e, finalmente, originando um livro com outros textos chamado “Reforma Agrária – O Impossível Diálogo”. O argumento principal do artigo era que o MST havia perdido o seu dinamismo inicial e se tornado uma organização política.

O citado artigo causou espanto e indignação entre não poucos pesquisadores. Alguns afirmaram que um intelectual como Martins com tantas contribuições para a ação dos grupos agrários não poderia estar cometendo tamanha “traição” aos mesmos, ao criticar tão duramente o MST. Como exemplo daquelas reações, podemos apontar a resenha de Marco

⁴⁰O NEAD é um projeto de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) que visa contribuir com o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural, promovendo estudos e pesquisas com a intenção de avaliar e aperfeiçoar políticas públicas voltadas à reforma agrária, agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável.

Villa ao livro “Reforma Agrária: O Impossível Diálogo”, na qual Martins é “acusado” de ter desqualificado o MST, de ter ignorado o massacre de camponeses e se haver tornado um sociólogo complacente com o poder (VILLA, p.2001).

O cerne das críticas de Martins ao MST está relacionado com o fato de que a principal frente de luta e as principais lideranças da luta pela reforma agrária pertencerem a “setores médios desenraizados”, questão polêmica já presente nos primeiros textos do autor, como vimos no capítulo três. Citando José de Souza Martins:

“Geralmente, as transições sociais lentas, como as nossas (o autor de *O Poder do Atraso* referia-se à dificuldade que os setores médios da sociedade possuem para a definição de sua própria identidade) tendem a chegar fora de hora à consciência dos setores médios desenraizados, que se sentem impelidos, não raro tardiamente, a radicalizar as mudanças para acelerá-las”. (MARTINS, 2001, p.22).

O sociólogo da USP entende que, em consequência da forte presença de setores da classe média nos quadros mediadores dos movimentos agrários, a proposta de reforma agrária radical estaria desconectada das possibilidades de realização de mudança social naquele momento histórico. Para ele, no novo contexto dos governos de Fernando Henrique Cardoso, esses integrantes da classe média radicalizaram o discurso e assim dificultavam a implantação de políticas públicas que poderiam trazer melhorias que atendessem a alguns interesses dos trabalhadores rurais. O sociólogo da USP criticou os citados mediadores, pois entendia que aquele não havia se mostrado um momento histórico de uma reforma agrária que pusesse radicalmente em questão as origens das nossas injustiças sociais e que propiciasse revisão completa dos nossos rumos históricos (MARTINS, 2000, p.20).

No referido texto, Martins constatava que os grupos de mediação introduziram na reforma agrária o seu próprio hibridismo de classe, levando essa indefinição de identidade para as lutas camponesas dotadas de valores ligados ao conservadorismo e as tradições da cultura popular. Citando o autor:

“Com isso, essas lutas foram contaminadas por esse hibridismo bloqueador, suas relutâncias, incertezas e indefinições, embora sejam compreensíveis suas demandas. Ele exarceba desproporcionalmente a importância da mediação ideológica em detrimento da própria utopia camponesa, de fundo conservador e radical, de que resulta a mística potencialmente renovadora e transformadora da luta pela terra. Um hibridismo que gera a incapacidade de compreender para mudar” (Idem, p.19-20).

Embora reconheça a CPT e o MST como as principais organizações responsáveis pela introdução da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro, o sociólogo da USP considera que as mesmas perderam uma oportunidade histórica de participar de um projeto de transformação do campo brasileiro. Isso porque possuíam uma interpretação do momento em que viviam que não oferecia as condições para que reconhecessem as diferenciações entre os fenômenos político e partidário. De acordo com essa interpretação, essas agências de mediação colocariam a agenda eleitoral (ou político-partidária) à frente das demandas dos trabalhadores rurais. Citando o autor:

“De fato, MST e CPT perderam o controle do seu projeto de transformar a sociedade brasileira através

da transformação da estrutura agrária, porque sua concepção maniqueísta e redutiva da política não lhes permite reconhecer-se como donatários políticos da vontade dos pobres da terra. Querer fazer uma revolução sem dela participar de maneira ativa, pública, responsável, criativa e política, nas condições possíveis e viáveis, é querer nada. **Não se pode fazer política afirmando o partidário e negando o que é propriamente político**” (MARTINS, 2000b, p.21, grifos nossos).

Assim sendo, a contraditória concepção de uma reforma agrária não-reformista (ou de ruptura), negando a inevitabilidade da participação do Estado – como aquela defendida pelas organizações anteriormente citadas – impediria a sua real implementação. Para o professor da USP, essas organizações deixaram de valorizar a potencialidade emancipadora da luta pela terra e se entregaram aos temas pontuais da luta partidária e contra o governo, pondo as demandas camponesas em segundo plano.

Essas organizações, em especial a CPT, que, segundo Martins, teria a função de interpretar os processos de luta pela terra, teriam perdido a sua razão de ser à medida que abriram mão de seu papel original. A CPT – que deveria ser a agência de reflexão e de interpretação dos impasses vividos por organizações como o MST –, passou a atuar *a reboque* deste último, fazendo desse apoio irrestrito e acrítico a sua razão de ser.

A realidade exposta anteriormente resulta do hibridismo que algumas frações da classe média inseriram nas lutas camponesas, que resultou na perda das perspectivas históricas das mesmas. A prioridade dada a aspectos quantitativos em detrimento de aspectos qualitativos é citada como um exemplo dessa carência de perspectivas nas orientações de organizações como a CPT e o MST. Citando Martins:

“A suposição quantitativa de que essa providência (*a distribuição da terra*) incida ‘sobre a concentração da propriedade privada da terra’ revela uma perspectiva de curto prazo, e não uma perspectiva histórica. Nenhuma referência é feita ao fato de que mantida a lógica do regime fundiário, continuam operando simultaneamente às desapropriações e à reforma os mecanismos de reconcentração da propriedade. Coisa que, aliás, vem se observando há muito na história dos assentamentos e das nossas sucessivas políticas fundiárias desde o Império” (Idem, p.23).

Para Martins, o MST e a CPT – quando negavam a legitimidade das ações do governo e do Estado – anulavam sua principal conquista: a inclusão da questão agrária na agenda do Estado. Essas agências de mediação (principalmente a CPT), ao perderem suas perspectivas históricas, passam a guiar suas ações pelas agendas partidária e eleitoral, pondo as reais demandas camponesas num plano secundário, assim como haviam feito as agências criticadas por Martins no passado. Citando o autor:

“Não há vitória alguma quando se consegue levar o interlocutor à mesa de negociação e o suposto vitorioso, ao mesmo tempo, se recusa à interlocução e a reconhecê-lo como interlocutor legítimo, sobretudo porque é o interlocutor do poder. Aceitar o interlocutor significa negociar propostas, admitir

limites e possibilidades. Significa fazer política. Quem quer ganhar tudo, tudo perde, como está acontecendo. O MST e as igrejas, e não só a CPT, vão ficando fora do amplo processo da reforma agrária conduzida pelo Estado. Estão deixando de ser protagonistas políticos daquilo que poderia ser sua maior e única vitória. Aquilo que, de fato, justificaria sua existência” (Idem, p.26).

Para Martins, tais agências de mediação estariam perdendo a *batalha do conhecimento* em relação à questão agrária. Diz o autor que a concepção *fundamentalista e popularista* – segundo a qual a consciência popular já contém um projeto histórico abrangente – seria um dos elementos responsáveis por tal perda. A cultura popular – invocada principalmente pela CPT como a geradora do citado projeto – demonstraria apenas as demandas populares, mas não a forma eficaz de promover as transformações na sociedade. A CPT caberia a função de mediar a transformação das demandas presentes no *projeto em potencial* contido nos valores populares, promovendo o que Gramsci denominou como o encontro da alta com a baixa cultura, no contexto político das generalidades.

As mediações interpretativas – sobretudo as de caráter teórico e não ideológico – poderiam transformar o citado *fundamentalismo* de ponto de partida e chegada das lutas sociais, para o ponto de partida de uma reflexão crítica que apontasse caminhos historicamente possíveis para as transformações sociais. Assim, Martins realçava sua postura crítica em relação à CPT:

“O papel interpretativamente mediador da CPT só poderia ser cumprido eficazmente nas tarefas do conhecimento e não nas tarefas das militâncias e da organização. Esse é um impasse que os agentes de pastoral tem consciência há muito tempo e tentaram resolvê-lo viabilizando o aparecimento do MST. No entanto, a CPT não tem conseguido refuncionalizar sua missão histórica no plano profético do conhecimento ” (Idem, p.30-31).

O desencontro interpretativo (ou as diferentes visões de mundo) existente entre as agências de mediação e o Estado constituiria o principal empecilho para um amplo processo de reforma agrária. Ao negar qualquer outro meio de efetivação de um projeto de reforma agrária por uma via alternativa à desapropriação, tais mediadores estariam contribuindo para sua própria exclusão do processo de reforma agrária. Citando o autor:

“O maniqueísmo interpretativo da realidade agrária e política, que cerca a atuação dessas duas agências de intervenção extra-oficial na questão agrária, começa a produzir sua própria exclusão do processo da reforma agrária. Impede-se de estender sua visão crítica do mundo aos outros âmbitos da reforma e com essa visão ajudar no desenvolvimento da consciência crítica das populações neles envolvidos que já estão, por opção dessas mesmas agências, efetivamente fora de seu alcance” (Idem, p.35).

Em tal contexto, aquelas agências de mediação dedicam boa parte de seus discursos à reforma agrária e não à questão agrária – não tomando essa última como uma referência de tempo que leve em conta a conjuntura histórica na qual a questão agrária se coloca – como

parâmetro principal para ser considerado pelos atores sociais e políticos presentes no campo brasileiro.

Segundo Martins, devido à minimização dessa compreensão da questão agrária, tais grupos de mediação contestavam e desqualificavam toda e qualquer medida classificada pelo governo como reforma agrária, uma vez que eles tinham em mente apenas o modelo clássico de reforma agrária, que romperia um impasse histórico-estrutural e abriria caminho para o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro (MARTINS, 2000).

Partindo do descompasso entre a luta pela reforma agrária conduzida pelas agências de mediação e as potencialidades da luta pela terra, Martins apresenta uma proposta de compreensão crítica dos problemas do conhecimento no trabalho popular da CPT e do MST. A crítica ao que se tornou o MST a partir dos últimos anos 1990 constitui, em nosso entender, um fio condutor coerente com os seus textos sobre o tema da mediação, pois, a partir do final da década de 1970, este autor já criticava no leninismo aquilo que ele então chamava de colocação dos camponeses nos “projetos dos outros”, postura que ele atribuía então ao PCB. Agora, na crítica à CPT e ao MST, o professor da USP também considera que as demandas dos grupos de mediação são postas à frente das demandas dos trabalhadores rurais.

Podemos considerar essas críticas de Martins às orientações da CPT e do MST como um movimento do sociólogo rumo a uma visão mais ampla dos bloqueios que travavam a modernização do país, preocupação inicialmente trabalhada por seus colegas do Grupo da USP (sob a liderança de Florestan Fernandes). Como vimos, ao nos referimos ao *O Poder do Atraso* (1994), o seu autor volta ao tema das estratégias políticas historicamente possíveis num contexto democrático (Cf. SANTOS, 2001); tema esse justamente desenvolvido de modo mais claro em *Reforma Agrária: o impossível diálogo* (2000), como anteriormente mencionado.

A sugestão de Martins feita nesse texto de 2000, segundo a qual o MST e a CPT teriam se auto-excluído do processo de reforma agrária – em virtude de sua própria ideologização, negando, dessa forma, trabalhar em conjunto com os órgãos governamentais –, poderia ser contrastada com seu apoio às lutas camponesas *contra o poder* em textos que escrevera no começo da década de 1980. Nesses dois períodos da história, o autor interpela os grupos que possuem influência nas mobilizações camponesas partindo de sua posição de sociólogo, ou seja, aquele que desvenda os impasses surgidos na ação política e aponta possíveis caminhos para os movimentos sociais analisados por meio de suas pesquisas e reflexões.

Em “Reforma Agrária – O Impossível Diálogo”, o autor também critica os estudiosos e pesquisadores dos processos sociais que possuem como objeto de estudo, temas ligados a CPT e ao MST. Para ele, a grande maioria desses estudos defende as ações destes movimentos sem uma mediação crítica.

“Nós não estamos entendendo hoje, o Brasil, mais do entendíamos há quarenta anos atrás, no que diz respeito a certos temas. A questão agrária, por exemplo, porque se produziu muito, mas a metade disto provavelmente não se salva porque é puramente ideológico. Isto vale para a Sociologia e para as Ciências Sociais vizinhas. Há trabalhos mergulhados em uma justificativa alucinada de tudo que o MST faz. O MST não precisa de bajuladores, ele precisa de críticos. Bajuladores encontram-se às dúzias na rua. Agora, críticos inteligentes e competentes são difíceis” (MARTINS, in BASTOS et.al. 2006, p.73-74).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se mostrar na presente tese como José de Souza Martins contribuiu para fundamentar a mediação católico-camponesa que se afirmou no Brasil entre meados dos anos 1970 e os primeiros anos 1980. Seu exercício intelectual e a assessoria prestada para a CPT e para a CNBB possibilitaram-nos visualizar em sua ensaística o seu papel de crítico das esquerdas (em especial da esquerda agrária), tendo seus textos assumido um papel publicista de grande gravitação nos círculos acadêmicos e militantes desde os anos 1980 (SANTOS, 1999).

Para auxiliar na formulação da mediação católico-camponesa, o autor contou com uma extraordinária bagagem, acumulada durante sua vivência com o grupo da USP, sobretudo como participante da equipe de sociólogos que trabalharam com Florestan Fernandes. Além desse instrumental, ele soube aproveitar as oportunidades resultantes de seu contato com os movimentos sociais aos quais prestava assessoria, no contexto da ação da pastoral católica nos anos 1980.

Na passagem dos anos 1970-1980, é nítido esse duplo exercício de Martins: a produção intelectual aliada à função de assessor da CPT. Os textos deste período refletem bem esta conexão academia-movimentos sociais, com a elaboração de um argumento sociológico para justificar teoricamente a relevância do campesinato ao longo da história brasileira, e também destinado a sugerir parâmetros de política no mundo rural, segundo o autor, por meio de uma mediação de novo tipo.

Percebemos em José de Souza Martins um autor com fortes pretensões para agir em sua época. Basta citar como exemplo as consequências práticas do descompasso que ele se esforça tanto em mostrar que existe entre os valores culturais dos camponeses e as orientações políticas dos atores que interpelam os movimentos sociais rurais.

A crítica de Martins à esquerda agrária teve como ponto de partida a desconstrução dos pressupostos da ação partidária proposta por Lênin, tipo de mediação essa que se tornara hegemônica no campo da esquerda revolucionária brasileira até aquele período, especialmente no PCB, mas também na esquerda agrária representada no MST e na CPT.

Para entender o sentido dessa crítica de José de Souza Martins, fizemos referência ao período mais antigo de sua vida acadêmica, com o objetivo de realizar um mapeamento das influências por ele recebidas em sua formação. Nesse exercício destacamos duas características fundamentais que determinaram não apenas a escolha de seus temas de interesse, com também a metodologia utilizada para desenvolver suas pesquisas, refletindo a importância das questões levantadas e desenvolvidas pelo grupo da USP, grupo esse que partiu dos apontamentos e orientações de Florestan Fernandes, seu maior mestre. Resumidamente são elas: a interpretação dos chamados bloqueios que impediam a modernização do país e a importância de estudar o capitalismo a partir dos processos que ocorrem à sua margem⁴¹.

A citada orientação de Florestan Fernandes para que estudasse o capitalismo a partir de sua margem levou Martins a interpretar a natureza do capitalismo brasileiro, tendo o mundo rural como *locus* privilegiado de análise e a Abolição da Escravatura como seu ponto de partida. Neste contexto, o colono do café passa a ser visto como emblema das especificidades da expansão capitalista no espaço agrário brasileiro (em comparação com os modelos clássicos de modernização burguesa).

Além das referências acima citadas, consideramos fundamental o papel exercido pelo Seminário sobre *O Capital* desenvolvido pelos professores assistentes de Florestan Fernandes.

⁴¹ Consideramos que tais orientações serviram como referência em todas as fases da trajetória de Martins.

Os doze anos de estudos desse clássico da economia política foram fundamentais para que Martins assumisse um marxismo de rigor metodológico, constituindo uma espécie de preparação para a sua própria contribuição para a interpretação de Brasil presente nas preocupações e análises realizadas por aquele grupo de sociólogos. Essa adoção de um marxismo de rigor metodológico vai estar presente em vários de seus textos que tratam da expansão do capitalismo para o espaço agrário brasileiro, sendo *O Cativo da Terra* o principal deles (Cf. SANTOS, 1999).

Como vimos na presente tese, o período histórico que Martins tem como referência para interpretar a expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro é o mesmo de autores citados no início de *O Cativo da Terra*, como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Propondo-se seguir outro caminho, o sociólogo da USP elabora uma interpretação original desse processo, através da proposição da categoria de “produção capitalista de relações não-capitalistas” que ele traz daquele marxismo.

Assim, José de Souza Martins se opõe à ideia de que o desenvolvimento capitalista traria consigo a uniformização automática das relações sociais. Embora não negue a tendência à uniformização, o autor aponta a existência de variados ritmos com os quais a mesma se dá. Para ele, algumas relações sociais consideradas arcaicas contribuem de forma decisiva para a expansão do capitalismo em sociedades historicamente atrasadas como a brasileira, em especial em seu espaço agrário⁴². Além da reprodução do passado, outras relações não-capitalistas seriam criadas com a expansão do capitalismo, aqui o autor se valendo do sentido geral da categoria de formação econômico-social que, como vimos, teria sido sugerida por Marx, popularizada por Lênin e ressignificada por Lefebvre, visão esta última de que se apropria o professor da USP

Deste modo, enquanto a maior parte dos pesquisadores sociais voltava suas atenções para o que ocorria no centro dinâmico do capitalismo nacional (contexto urbano-industrial), ele buscava no “arcaico” (as relações existentes no campo brasileiro) os elementos para a compreensão das características e das especificidades do capitalismo brasileiro. No caso dos estudos sobre o espaço agrário, a maior parte dos pesquisadores dirigia as suas atenções para a atuação dos trabalhadores assalariados. O sociólogo da USP, por sua vez, buscava compreender as especificidades da expansão do capital através do conceito de renda da terra, realçando a luta dos posseiros pela conquista da *terra de trabalho*, em oposição à *terra de negócio*.

O tipo de exercício que praticamos é importante para atentarmos para as relações entre os intelectuais e as ações dos movimentos políticos e sociais que eles interpelam. A tomada de posição de Martins partindo da crítica às posições doutrinárias do campo marxista faz do conjunto de sua obra um emblema para todos aqueles interessados nos debates sobre a natureza do capitalismo brasileiro e as especificidades das lutas sociais ocorridas em seu espaço agrário.

Um importante ponto que destacamos é a valorização dada por Martins à cultura popular para uma interpelação política mais eficaz junto aos trabalhadores atuantes no campo brasileiro. Ele aponta o dinamismo da cultura popular como principal característica dos movimentos que surgiam no campo brasileiro na passagem dos anos 1970-1980. Essa é uma concepção diferente daquela visão hegemônica dos antigos mediadores de esquerda que considerava a cultura popular como uma manifestação estática e atrasada. Diferente ainda de visões romantizadas (a esquerda e a direita do espectro político) que conceberia a cultura popular como portadora de uma pureza inata e ameaçada pela modernização capitalista.

⁴² O apontamento da importância da agricultura familiar – e de algumas relações sociais ditas do passado – para o desenvolvimento do capitalismo foi um dos argumentos defendidos ao longo da obra de Martins, por meio da já citada utilização da categoria de “produção capitalista de relações não-capitalistas”.

O cerne da crítica do professor da USP à esquerda agrária está no que o autor chama de “concepção urbana do problema camponês”, que segundo ele seria própria dos mediadores oriundos da classe média. Como constatamos, essa crítica assume o caráter de fio condutor presente em grande parte da obra do autor. Em certa medida teria ela servido como orientação para os novos agentes de mediação, que passaram a reconhecer e a incentivar na prática dos movimentos sociais uma concepção de reforma agrária que respondesse às demandas concretas e diversificadas – e não apenas econômicas – dos trabalhadores rurais.

Entendemos essa referência do sociólogo da USP ao predomínio de “visões urbanas” nas mobilizações agrárias como um dos principais pontos de convergência entre o seu pensamento e a própria prática dos movimentos sociais dos anos 1980, tendo seus textos a função de fundamentar as ações daqueles movimentos que surgiam no campo brasileiro. Há um conjunto de textos de natureza publicista que apontam para essa contribuição, sendo o principal deles, como nos referimos anteriormente, *Os Camponeses e a Política no Brasil* (1981).

Observe-se que as questões citadas e as alusões a alguns clássicos do marxismo, nos parecem por demais instigantes, se considerarmos o fato de o autor ter elaborado sua obra, em particular seus textos de intervenção sem desenvolver a militância em partidos políticos. Como vimos, o ambiente político em que Martins circulava era o meio de orientação católica, que contribuiu para a formação da CPT e do MST.

Notamos que Henri Lefebvre foi o principal influenciador de Martins em sua crítica às interpretações ortodoxas das idéias de Marx. O sociólogo da USP buscou em Lefebvre inspiração para destacar temas não considerados de valor pelo marxismo ortodoxo, tais como a cultura religiosa popular.

Como pesquisador, professor universitário e assessor da CPT, Martins participou dos debates políticos e acadêmicos que tratavam do lugar dos trabalhadores rurais na nova conjuntura da segunda metade da década de 1970. Sempre utilizando elementos da história brasileira em suas análises sociológicas, o autor fundamentou sua defesa dos camponeses a partir da sua idéia de considerá-los como classe social da *realidade capitalista brasileira*, ao contrário da visão hegemônica que os concebiam como um contingente social em processo de extinção.

Assim, Martins partiu da crítica ao *marxismo vulgar* para desconstruir os principais pilares das idéias defendidas pelos grupos de mediação de esquerda abrigados sob o guarda-chuva do nacional-desenvolvimentismo. No começo dos anos 1980, o autor já cobrava uma posição intelectual nova dos mediadores (principalmente do PCB) diante do impetuoso dinamismo das mobilizações agrárias. Para o professor da USP, esse dinamismo não seria percebido, pois os mediadores do passado utilizavam referenciais teóricos gerados para a compreensão de outras realidades espaço-temporais.

Como vimos, já nos anos 1990, o professor da USP vai cobrar que a CPT desempenhe o seu papel de mediador intelectual dos movimentos sociais sob sua influência (sobretudo o MST), pois, como ele mesmo dizia, movimentos como o MST precisam de críticos que apontem os seus erros, e não bajuladores que em nada contribuiriam para possibilitar que as lutas desses grupos agrários avancem.

Como observamos no capítulo 2 da presente tese, Gramsci foi o intelectual que melhor inseriu o tema da cultura popular no campo marxista. O intelectual italiano não defendia uma adesão cega aos valores da cultura popular, e sim uma mediação intelectual que estabelecesse a conexão entre os diferentes níveis culturais. Deste modo, o marxista valoriza a cultura popular de uma maneira “instrumental”, defendendo a necessidade de, partindo dela, os

mediadores terem a tarefa de “elevar a consciência” das classes subalternas, e não concebendo os valores populares como ponto de chegada do processo emancipatório.

Vimos através do pensamento de Gramsci, que a unidade entre a “filosofia superior” e o “senso comum”, é permitida através da política, sendo essa unidade necessária para o surgimento de um bloco intelectual-moral que permita conquistar a hegemonia na sociedade. Gramsci defende que por meio da conexão “sentimental” (intelectual-povo), forma-se o “bloco histórico”. Para ele, o intelectual deve viver essas contradições, e não valer-se de teorias de uma maneira mecânica e destacada do povo que ele deseja representar.

Gramsci sugere que os intelectuais atentem para a unidade entre a teoria e a prática, observando as especificidades da relação entre o elemento popular e o elemento intelectual. Entendemos que essa também é a principal preocupação dos textos publicistas de José de Souza Martins, constituindo, como defendemos nessa tese, o fio condutor que confere coerência à sua crítica à esquerda agrária no período contemporâneo (PCB) e mais contemporâneo (CPT e MST).

Como observamos, para Gramsci, um movimento revolucionário deveria surgir da autonomia das massas, através de sua radical cisão em relação à hegemonia dominante. Essa autonomia deveria partir do “senso comum” e do “bom senso” à vontade coletiva que se auto-organiza contra a ordem vigente e se contrapõe à condição de subalternidade. Para o intelectual italiano, os comunistas (que desempenhariam o papel de intelectuais⁴³) deveriam promover a unidade entre a alta e a baixa cultura, através de seu trabalho com as massas subalternas. Esses atores teriam a função de cimentar os diferentes níveis de um determinado “bloco histórico”, através da ação de indivíduos especializados em relacionar a teoria à prática, no sentido do “intelectual coletivo”, expressão essa que ele entende como sinônimo de partido revolucionário.

Ao longo de seus textos Martins recusa a uniformização automática das relações sociais com o advento do desenvolvimento capitalista. Embora não negue a tendência à uniformização capitalista, o autor aponta a existência de distintos ritmos com os quais a mesma se dá, de acordo com as diversas realidades espaço-temporais existentes. Para ele, algumas relações sociais consideradas arcaicas seriam funcionais àquele desenvolvimento. Além da reprodução do passado, outras relações não-capitalistas seriam criadas com a expansão do capitalismo, aqui o autor se valendo do sentido geral da categoria de formação econômico-social⁴⁴.

Acerca desse ponto concordamos com Soto quando ele defende a categoria de *produção capitalista de relações não-capitalistas* como importante para os estudos relacionados à formação e expansão do capitalismo no Brasil. Ela conteria a possibilidade de entendimento do capitalismo num país de economia dependente.

No entanto – esse é um ponto importante não privilegiado por Soto –, defendemos que seriam noções como de classes subalternas e de “pobres”, que dariam conta daqueles processos mobilizatórios agrários que ocorrem além da dimensão econômico-produtiva, embora a esta relacionados. Podemos citar as especificidades culturais como exemplo de tais processos. Essas noções tematizadas por Martins nos permitem entender o sentido da sua

⁴³ Como vimos, para o comunista italiano, no mundo moderno, os partidos políticos seriam os grandes elaboradores e difusores dos novos valores sociais, desempenhando o papel do intelectual especializado, porta-vozes da nova formação social, servindo de ligação entre os diferentes níveis da sociedade. Para exercer essa função, esses atores devem romper com os valores da velha sociedade.

⁴⁴ Já em *Os camponeses e a política no Brasil* (1981), Martins apresenta o problema camponês como fruto das próprias contradições da expansão do capitalismo, através do resgate do “lugar histórico” e do “lugar político” dos camponeses na história brasileira.

crítica às concepções do nacional-desenvolvimentismo e às do marxismo ortodoxo.

Em nosso ponto de vista, com as categorias de “produção capitalista de relações não-capitalistas” e de “classes subalternas” e com a noção de *pobres*, poderemos ver como o autor explicita a coexistência não apenas de relações econômicas ditas do passado (parceria, arrendamento, persistência de formas análogas à escravidão, trabalho temporário, etc.), mas também as respostas distintas das classes subalternas ao processo de expansão do capitalismo. Ou seja, ao lado do crescimento da sindicalização rural e da formação de diversos grupos de interesse no campo (sem-terra, pequenos proprietários, assentados, mulheres agricultoras, etc.), teríamos a persistência e a criação, por exemplo, de grupos messiânicos e de formas análogas ao trabalho escravo.

A construção que o autor elabora e utiliza para estudar os processos do espaço agrário é baseada na crítica à concepção por ele chamada de economicista. Nessa crítica e na proposição de uma interpelação camponesa pelos valores sociais ocorre o encontro do pensamento martiniano com o ideário da Igreja.

Defendemos então que, a exemplo de outros autores publicistas como Caio Prado Júnior, José de Souza Martins elaborou uma original visão de Brasil. Essa tendência de interpretar a realidade nacional partindo de interpelações aos movimentos de seu período pode ser registrada ao longo da história vivida pelos clássicos de orientação marxista. Podemos citar como exemplos Lênin, Gramsci e, no caso brasileiro, Caio Prado Júnior.

Entendemos a crítica de José de Souza Martins aos mediadores de esquerda como um fio condutor que percorre todos os seus textos sobre a questão agrária e as mobilizações agrárias brasileiras. As críticas à CPT e ao MST (a partir dos anos 1990) possuem a mesma natureza de sua crítica ao PCB na passagem dos anos 1970-1980. Nessas duas situações o autor entende que as demandas camponesas foram postas em segundo plano, em benefício de projetos políticos que partiam da “visão urbana” de uma classe média radicalizada que não teria os referenciais teóricos adequados para fazer avançar as lutas camponesas (MARTINS, 2000).

Nesses dois momentos de sua crítica, o professor da USP vai cobrar dos cientistas sociais uma colaboração no campo da ciência, ou seja, uma interpelação crítica que contribua para o desenvolvimento dos movimentos camponeses, e não uma adesão cega e acrítica que não teria nenhuma relação com as atribuições do campo científico.

Assim sendo, consideramos que muitas críticas recebidas por Martins em virtude de suas interpelações à CPT e ao MST não contribuem nem para o desenvolvimento das lutas camponesas tampouco para as análises científicas sobre as mobilizações camponesas.

Avaliamos que a extensa obra de José de Souza Martins sobre a questão agrária e as mobilizações camponesas nas últimas três décadas ainda possui uma grande importância para a interpretação dos impasses vividos pelas mobilizações camponesas brasileiras. Para que essa contribuição possa ser bem aproveitada, os cientistas sociais devem utilizar os seus estudos de acordo com as suas funções originais, afastando-se de análises apaixonadas e sem maior valor, ou seja, eles devem contribuir enquanto cientistas, recuperando a natureza crítica das ciências sociais, e não realizar pesquisas enquanto militantes práticos. Sem essa compreensão da natureza crítica de suas funções, as mulheres e os homens da ciência, embora entendam que estejam colaborando com as mobilizações populares, apenas reproduzem ideologias que, ao invés de contribuir, retardam o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELI, P. *Gramsci, De Martino e la crise della scienza del folclore*. In: BARATTA, G.; CATONE, A. (orgs.). *Antonio Gramsci e il "progresso intellettuale di massa"*. Milano: Unicopli, 1995.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A trajetória da pesquisa na Sociologia*. Estud. Av, volume 8, n. 22. São Paulo: 1994.

_____. *Florestan Fernandes: Vocação científica e compromisso de vida*. In: *Um Enigma Chamado Brasil: 29 Intérpretes e um país*. BOTELHO, André; SCHWARCZ, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARATTA, G. *Le rose e i Quaderni: il pensiero dialógico di Antonio Gramsci*. Roma: Carocci, 2003.

BASTOS Elide et al. *Conversas com Sociólogos Brasileiros*. 1ª. ed. São Paulo: EDITORA 34 LTDA, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência*. Paper submetido ao X Encontro Nacional de Economia Política. Campinas, 14-27 maio 2005.

CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMERMAN, Cristiano. *Terra de trabalho e terra de exploração (comentários ao documento da CNBB: Igreja e problemas da terra, Itaici, 1980)*. In: LENZ, Mathias M. (coord.). *A Igreja e a propriedade da terra no Brasil*, São Paulo: Loyola, 1980.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 10ª edição. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Condições sociais da industrialização de São Paulo*. Revista Brasiliense, número 28, São Paulo, 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 7º ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CÔRTEZ, Norma. *Esperança e Democracia: As Idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1998.

_____. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense / Edur, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O lugar do Manifesto na evolução da teoria política marxista*. In: *O Manifesto comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels / Carlos Nelson Coutinho ... [et al.]*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

_____. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *A gênese do Capital, segundo Rosdolsky*: 2001. <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=89>.

DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2007, n.29, pp. 63-78.

FERNANDES, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus-USP, 1965.

_____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FREITAG, Barbara. *Florestan Fernandes: revisitado*. Estud. av. vol.19 no. 55. São Paulo, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Cadernos do cárcere*, volume 2 - Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*, volume 3 - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*, volume 4 – Temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*, volume 5 - O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*, volume 6 – Literatura, folclore, gramática, apêndices: índices e variantes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2004.

_____. *Cadernos do cárcere*, volume 1 - Introdução ao estudo da filosofia - A filosofia de Benedetto Croce. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LENINE, V. *Problema Agrário*. Em dois tomos. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

_____. *Obras Escolhidas*. Em três tomos. São Paulo: EDITORA ALFA-OMEGA, 1982.

LIEKE, D. Enno. *Teoria Social e Método na Escola da USP (1954-1962)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Departamento de Ciências Humanas, UnB. Brasília, 1977.

LUKÁCS, George. *História e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil*. In: *Expropriação e Violência (a questão política no campo)*, São Paulo: Hucitec, 1980c.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981^a.

_____. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil. (Terra e poder: o problema da terra na crise política)* [1.^a edição: 1984], 4.^a edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1985.

_____. *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República*, São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

_____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *O Cativo da Terra* [1.^a edição: 1979], 5.^a edição, São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. *O Poder do Atraso (Ensaio de Sociologia da História Lenta)*, São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. *Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 1998.

_____. *A Sociabilidade do Homem Simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural*. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Número 15, Seropédica: 2000.

_____. *Reforma Agrária. O Impossível Diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000^b.

_____. *Entrevista*. In: BASTOS, Elide; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria; REGO, José. *Conversas com Sociólogos Brasileiros*. 1. ed. SÃO PAULO: EDITORA 34 LTDA, 2006.

_____. *Entrevista: A sociologia que examina as margens, os sonhos e a esperança*. Edição Impressa 147, São Paulo: FAPESP, 2008

MARX, Karl. *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*. In: Karl Marx e Friedrich Engels [1977]. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

_____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. In: *Temas de ciências humanas*, volume 2. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980. v.1.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980. v.2.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980. v.3.

_____. *O capital*, livro I, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. In: O Manifesto comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels / Carlos Nelson Coutinho [et al.]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Leonilde. *Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos*. In: André Chevitarese. O campesinato na História, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MERTON, Robert K. *La sociologia de la ciencia*. Madrid: Alianza Universidad, 1977.

MOITA, G. M.. *A crítica de José de Souza Martins aos grupos de mediação política dos movimentos de trabalhadores do espaço agrário brasileiro (1950-2003)*. In: http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/1/Guilherme_Marinho_Moita.

_____. *As ações do MST nas grandes cidades e a nacionalização da luta pela terra*. Revista Universidade Rural, v. 26, n.1-2, 2004. Séries Ciências Humanas.

NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos*. Porto Alegre: UFRGS EDITORA, 2008.

NOVAES, Regina. *A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização*. In: MEDEIROS, Leonilde et al. Assentamentos Rurais – Uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

OLIVEIRA, V. *A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, V.; SILVA, Marcelo Kunrath. *A dimensão do poder nos processos de mediação: o caso da agricultura ecológica*. In: <http://www.alasru.org>, 2006.

PCB. Declaração sobre a Política do PCB. *Voz Operária*, 18 mar. 1958.

PEREIRA, Luiz (org.). *Trabalho e Desenvolvimento Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

PRADO JR., Caio. *A Revolução brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1966.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Lenin e as heranças do populismo*. Paper submetido ao X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Raimundo. *O pecebismo inconcluso. Escritos sobre ideias políticas*. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural, 1994.

_____. *Camponeses e democratização no segundo debate agrarista*, 1999. <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=100>.

_____. *Caio Prado Junior na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

_____. *Agraristas Políticos Brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

_____. *Política e inovação social no agrarismo brasileiro*. 32º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu: 2008.

_____. *A importância da tradição pecebista*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2009.

_____. *O Sentido da Esquerda na Atual Circunstância*. 2009b, no prelo.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Entrevista*. In: BASTOS, Elide; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria; REGO, José. *Conversas com Sociólogos Brasileiros*. 1ª ed. SÃO PAULO: EDITORA 34 LTDA, 2006.

SOTO, W. H. G.. *A produção do conhecimento social sobre o “mundo rural” no Brasil. As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

STROPASOLAS, Valmir Luiz; MOITA, Guilherme Marinho. *O agrarismo comunista brasileiro*. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2008, vol.16, n.31, pp. 219-222